



ESTRATÉGIA PERNAMBUCANA

PARA PREVENÇÃO AO CRIME E ÀS VIOLÊNCIAS

Marco Lógico e Indicadores de Monitoramento

**COOPERAÇÃO
PERNAMBUCO**
Prevenção, Cidadania e Segurança

ESTRATÉGIA PERNAMBUCANA

PARA PREVENÇÃO AO CRIME E ÀS VIOLÊNCIAS

Marco Lógico e Indicadores

de Monitoramento



ONU HABITAT
POR UM FUTURO URBANO MELHOR

UNODC
Escritório das Nações Unidas
contra Drogas e Crime

Parceiro Implementador

INSTITUTO IGARAPÉ
a think and do tank

SECRETARIA
DE VIDA
SEM DROGAS

Secretaria de
Políticas de Prevenção
à Violência e às Drogas

GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
COMPROMISSO COM O TRABALHO

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime
Estratégia Pernambucana para prevenção ao crime e às
violências: marco lógico e indicadores de monitoramento/
Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime. --
Recife : UNODC, 2022.

ISBN: 978-65-998372-1-0

1. Prevenção ao crime - Pernambuco (Estado). 2. Prevenção
à violência - Pernambuco (Estado). 3. Políticas públicas ao
crime. 4. Políticas públicas à violência. I. Título.

CDD-361.1

Sueli Costa - Bibliotecária - CRB-8/5213
(SC Assessoria Editorial, SP, Brasil)

Índices para catálogo sistemático:

1. Crime e violências : Políticas públicas 361.1.

O conteúdo desta publicação não reflete necessariamente as opiniões ou políticas do UNODC, Estados Membros ou organizações contributivas, nem implica qualquer endosso. Este documento não foi formalmente editado. As designações utilizadas e a apresentação do material contido nesta publicação não implicam a expressão de qualquer opinião por parte do Secretariado das Nações Unidas no que se refere ao status legal de qualquer país, território, cidade ou zona, ou das suas autoridades, ou relativo à delimitação das suas fronteiras ou limites.

FICHA TÉCNICA

GOVERNO DE PERNAMBUCO

Governador do Estado de Pernambuco

Paulo Henrique Saraiva Câmara

Vice-Governadora

Luciana Barbosa de Oliveira Santos

Secretário de Planejamento e Gestão de Pernambuco

Alexandre Távora Rebêlo

Secretário de Políticas de Prevenção à Violência e às Drogas

Humberto Arraes (Jul/2022 – Atual)

Cloves Eduardo Benevides (Jan/2020 a Jun /2022)

Coordenadora Nacional da Cooperação Pernambuco

Rebeca Benevides (Jul/2022 – Atual)

Paula Guedes (Jan/2020 a Jun/2022)

Assessora Técnica da Cooperação Pernambuco

Carla Farias (Jul/2022 – Atual)

Márcia Ribeiro (Jan/2020 a Jan/2022)

Coordenação Técnica SPVD:

Carla Farias, Márcia Ribeiro, Paula Guedes e Rebeca Benevides.

Coordenação Técnica UNODC:

Rafael S. F. Sales, Oficial de Projetos

Supervisão Técnica UNODC:

Eduardo Pazinato

Redação:

Rafael S. F. Sales e Vivian de Almeida Santos

Equipe Técnica SPVD/SEPLAG:

Antônio de Pádua, Carla Farias, Dora Lima, Fátima Lindoso, Gliedson Alves, Lívia Cabral, Luciana Leon, Marcia Ribeiro, Maria Lúcia Freire, Maria Teresa Araújo, Martha Figueiredo, Patrícia Araújo, Paula Guedes, Priscila Linhares, Rebeca Benevides, Ryan Amorim, Vandrê Cechinel, Vivian Lemos, Viviane Câmara.

Editoração e Projeto Gráfico

SC Assessoria Editorial e Acadêmica

www.sceditorial.com.br

São Bernardo do Campo - São Paulo

Ilustrações:

Vilmar Luiz Filho

FICHA TÉCNICA

Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC)

Elena Abbati, Representante para o Brasil

Nívio Nascimento, Coordenador da Unidade Estado de Direito

Eduardo Pazinato, Especialista em Segurança e Compliance e Coordenador da Área de Corrupção e Integridade

Nara Araújo, Supervisora de Proteção Social

Rafael S. F. Sales, Analista de Monitoramento e Avaliação

Antonio Lima, Analista de Monitoramento e Avaliação

Vivian de Almeida Santos, Estagiária

Maria Eduarda da Costa Muniz, Estagiária

Núbia Rodrigues, Estagiária

Tarsila Schorr, Estagiária

Felipe Valente Ribeiro Muniz, Estagiário

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

Katyna Argueta, Representante-Residente

Carlos Arboleda, Representante-Residente Adjunto

Maristela Baioni, Representante-Residente Assistente e Coordenadora da Área Programática

Moema Freire, Coordenadora da Unidade de Paz e Governança

Rosana Tomazini, Gerente de Projeto

Graziela Silveira, Assistente de Projeto

Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat)

Rayne Ferretti Moraes, Oficial Nacional para o Brasil

Daphne Besen, Coordenadora de Programas

Julia Rabelo, Analista de Programas

Bruna Gimba, Analista de Programas

Ana Beatriz Paes, Analista de Comunicação

Equipe Instituto Igarapé

Melina Risso

Terine Husek

APRESENTAÇÃO

Para responder aos desafios urbanos, é essencial desenvolver estratégias e intervenções mais holísticas e integradas. Com base nessa diretriz, o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) apoia tecnicamente os Estados-membros na produção de evidências para subsidiar o diagnóstico e o desenvolvimento de planos integrados de políticas públicas territoriais e integradas voltadas à promoção de cidades saudáveis, seguras, inclusivas e resilientes.

O UNODC entende o valor da sua interface com *stakeholders* locais, ao lado de atores nacionais e regionais, especialmente na elaboração de ferramentas e metodologias informacionais e tecnológicas inovadoras, e na capacitação de profissionais e gestores públicos que atuam na temática da gestão do conhecimento e da inovação em políticas públicas de prevenção das violências no espaço urbano.



Reunião entre UNODC e Governo de Pernambuco, realizada em 09 de maio de 2022. Da esquerda para a direita: Alexandre Rebelo (SEPLAG/PE), Teresa Araújo (SEPLAG/PE), Rafael Sales (UNODC), Eduardo Pazinato (UNODC), Paulo Câmara (Governador do Estado de Pernambuco), Elena Abbati (Representante do UNODC), Humberto Freire (SDS/PE), Cloves Benevides (SPVD/PE) e Paula Guedes (SPVD/PE).

O “Marco Lógico da Prevenção ao Crime e as Violências de Pernambuco” representa uma dessas iniciativas, que só foi possível graças à estratégia conjunta da **Cooperação Pernambuco**, uma iniciativa multiagência, liderada pela Secretaria Estadual de Prevenção à Violência e às Drogas (SPVD) que conta com a participação do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), do Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (ONU-Habitat) e do Instituto Igarapé. Ela marca o primeiro passo para a estruturação de um projeto abrangente e transversal de implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas de prevenção das violências e drogas do Estado de Pernambuco.

Nesse contexto, o desafio da prevenção é o de construir soluções consistentes que modifiquem processos tradicionalmente difíceis de serem modificados: processos culturais e comportamentais, práticas desviantes, concepções de mundo e expectativas de vida, acesso a oportunidades, disponibilidade de drogas, armas e outros fatores de risco. São aspectos complexos e que precisam ser tratados com a devida responsabilidade e capacidade técnica. Com a Cooperação Pernambuco o Estado dá mais um passo em direção ao fortalecimento do **Pacto pela Vida**, iniciativa pioneira que vem salvando vidas há 15 anos.

O “Marco Lógico da Prevenção ao Crime e as Violências de Pernambuco”, concebido e elaborado no âmbito da Cooperação Pernambuco, traz, dessa maneira, o que há de mais refinado nas boas práticas internacionais e na literatura científica especializada para aumentar o alcance e o impacto da política de prevenção de Pernambuco. De maneira conjunta com a Matriz de Indicadores de Prevenção, ambas as ferramentas aprimoram a tomada de decisões, permitindo que seja feita de maneira assertiva, baseada em evidências e focada especificamente na prevenção, reduzindo fatores de risco e reforçando fatores protetivos.

Assim é que o planejamento técnico de longo prazo, lastreado nos referidos Marco Lógico e Matriz de Indicadores, permitirá o acompanhamento qualificado dos resultados do projeto para garantir que toda a população de Pernambuco, especialmente aquela vivendo em contextos de vulnerabilidade e pobreza, possam desenvolver plenamente suas potencialidades, para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.

Elena Abbati

Diretora do UNODC Brasil

CARTA DE APRESENTAÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE PERNAMBUCO

Há 15 anos, Pernambuco implantou o Pacto pela Vida, programa que trouxe avanços importantes para a vida da população e se consolida como a principal política pública de segurança no Estado. Frente aos novos desafios, trazer o olhar da prevenção é hoje uma das nossas prioridades e um caminho que escolhemos traçar, com o horizonte voltado para o bem estar social.

Em 2021, entramos em uma nova fase das políticas de prevenção, resultado das contribuições da Cooperação Pernambuco, uma iniciativa pioneira coordenada pela Secretaria de Políticas de Prevenção à Violência e às Drogas (SPVD), que reúne importantes parceiros: o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat) e o Instituto Igarapé.

Assim, é com imensa satisfação que reconhecemos o exitoso trabalho do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), no contexto da Cooperação Técnica com o Estado de Pernambuco e no desenvolvimento e entrega de produtos de significativa importância para o Governo do Estado. O Marco Lógico da Prevenção, a Matriz de Indicadores e a Pesquisa de Mapeamento da Rede dos Serviços de Tratamento de Transtornos Associados ao Uso de Drogas são ferramentas fundamentais para atuação da política de prevenção com jovens e grupos em situação de vulnerabilidade.

A entrega do Marco Lógico da Prevenção tornou-se um elemento norteador para a política de prevenção pernambucana. Normatizada pela Lei nº 16.569/2019, traz ainda no seu escopo o Relatório de Suporte Técnico e Acompanhamento da sua implementação.

A Matriz Indicadores de Prevenção das Violências, por sua vez, vem apontar um caminho balizador para o monitoramento das ações de prevenção que, desde a implantação da Secretaria de Políticas de Prevenção à Criminalidade e às Drogas (SPVD), tem alcançado importante protagonismo no cenário estadual, seja com o Governo Presente - atuando nas Ações de Cidadania e acompanhamento dos grupos prioritários - seja com as Oficinas de Conexão do Juventude Presente e o Programa Atitude em todos os seus formatos de atendimento e apoio.

Cabe ainda um destaque para a Pesquisa de Mapeamento da Rede dos Serviços de Tratamento de Transtornos Associados ao Uso de Drogas, cujos resultados foram apresentados, no último mês de setembro, no contexto do Observatório Pernambucano de Prevenção, e serviram de rica fonte de debate e análise crítica por parte dos participantes do referido fórum, a partir do compartilhamento de novas percepções sobre a pesquisa.

Reitero minhas considerações de respeito a esse trabalho, que além de excelente qualidade técnica, reforça o olhar humano que deve integrar uma política pública de bons resultados. Enquanto representante da Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de Pernambuco, órgão coordenador do Comitê Gestor do Pacto pela Vida, expresso gratidão pela parceria estabelecida que fortalece a atuação conjunta de importantes atores na condução de um projeto mais sustentável de segurança da população. Não há dúvidas de que essa união em torno dos mesmos propósitos renova as esperanças em um futuro com mais oportunidades.

Alexandre Távora Rebêlo

Secretário de Planejamento e Gestão de Pernambuco

CARTA DE APRESENTAÇÃO DA SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA E ÀS DROGAS

É com grande satisfação que apresentamos, através deste documento, o consolidado dos principais produtos desenvolvidos pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes - UNODC - em parceria com o Governo de Pernambuco, durante o período de 2020 a 2022. Nos últimos anos, o Governo de Pernambuco vem investindo na consolidação da Política de Prevenção através da prática da tomada de decisão pautada em evidências científicas.

A parceria denominada “Cooperação Pernambuco” foi firmada no início de 2020, mediante termo de Cooperação Técnica entre o Governo de Pernambuco e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, por meio da Secretaria de Políticas de Prevenção à Violência e às Drogas – SPVD, “Programa de Prevenção ao Crime e à Violência de Pernambuco”. Além da UNODC, são parceiros dessa cooperação o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos - ONU-Habitat - e o Instituto Igarapé. A iniciativa busca desenvolver conhecimento e compartilhar metodologias inovadoras e integradas que possam fortalecer ações de prevenção social ao crime e à violência, bem como de cuidados às pessoas que fazem uso prejudicial de álcool e outras drogas no estado.

Desse modo, estão expressos neste documento alguns dos produtos gerados por essa cooperação técnica, com o objetivo de fortalecer e consolidar uma política pública multifatorial e integrada: 1. “Marco Lógico da Prevenção ao Crime e às Violências de Pernambuco”; 2. “Matriz de Indicadores de Prevenção”; e 3. “Pesquisa de Mapeamento dos Serviços de Tratamento de Transtornos Associados ao Uso de Drogas”.

O Marco Lógico e a Matriz de Indicadores da Prevenção são importantes instrumentos de gestão que confirmam e subsidiam a formulação, execução e avaliação da Política de Prevenção Social ao Crime e à Violência no estado. Vale ressaltar a aplicação de uma metodologia participativa, na qual foram convidados a fazer parte representantes das agências envolvidas, representantes das áreas estratégica, tática e operacional da SPVD e servidores da Secretaria de Planejamento e Gestão de Pernambuco - SEPLAG. A matriz de indicadores representa um aumento de qualidade na prevenção, considerando o avanço para além de indicadores da segurança pública, incluindo indicadores sociais das mais diversas áreas, a exemplo de saúde, educação e assistência social.

Quanto à Pesquisa de Mapeamentos dos Serviços de Tratamento de Transtorno Associado ao Uso de Drogas, trata-se de uma iniciativa inédita e pioneira que conseguiu alcançar representação dos serviços de saúde nos 184 municípios de Pernambuco,

além do território de Fernando de Noronha. A pesquisa consegue mapear e dialogar sobre os achados acerca de como vem acontecendo o tratamento aos usuários de álcool e outras drogas dentro do estado, trazendo luz sobre os avanços já ocorridos. É uma importante ferramenta de gestão, uma vez que contribui com o diagnóstico da rede de atendimentos aos usuários de drogas, pontuando as dificuldades ainda existentes e, assim, subsidiando o planejamento das ações e a tomada de decisão em nível estratégico.

Portanto, com vontade política, responsabilidade social e capacidade técnica, temos a certeza de que esses novos produtos, inseridos no planejamento de longo prazo, serão essenciais para o trabalho de prevenção realizado no estado. Eles farão diferença na consolidação das políticas públicas preventivas vinculadas ao Pacto pela Vida, através da mitigação de fatores de risco e fortalecimento de fatores protetivos, capazes de reduzir comportamentos e vulnerabilidades específicas dos pernambucanos. Nosso compromisso é de unir esforços para promover uma Cultura de Paz e transformar a realidade social dessas pessoas no Estado de Pernambuco.

Humberto Arraes

Diretor Nacional da Cooperação PE

Rebeca Benevides

Coordenadora Nacional da Cooperação PE

CARTA DE APRESENTAÇÃO DA SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA E ÀS DROGAS (GESTÃO JAN/2020 – JUN/2022)

Pernambuco lança uma nova política de prevenção à violência. Que é nova, porque apresenta novos elementos, um novo desenho de governança, uma perspectiva de integração entre as várias áreas do governo. É forte, porque valoriza resultados constituídos ao longo dos tempos, nos vários programas e nas várias iniciativas e é arrojada, porque se utiliza de mecanismos como legislação própria, estratégia de pactuação com a comunidade e o fomento, a transversalidade, a intersectorialidade na construção das políticas.

O governador Paulo Câmara, como primeiro compromisso desse novo desenho, decidiu que faria a estruturação da política de prevenção por meio de uma lei específica. Pra muitos isso pode parecer pouco, mas ao enviar uma proposta de lei à Assembleia Legislativa, que à aprovou por unanimidade, o governo de Pernambuco apresenta o primeiro legado da política de prevenção. Um mecanismo capaz de permitir a sociedade civil futuros debates, revisões, aprimoramentos e ampliação de conquistas.

Na gestão pública, mais do que a responsabilidade da gestão dos governos de época, a garantia legal permite o fórum adequado para que os movimentos da sociedade e outros especialistas representantes da academia, possam então aprimorar, avaliar a cada dia, os avanços de uma política setorial e nesse caso da política de prevenção à violência.

Mas não apenas garantiu em lei. O governo, ao lançar essa nova iniciativa, fortalece ações, como por exemplo, o Governo Presente. Um programa exitoso, lançado em 2007, com resultados muito expressivos e que ganha avanços no contexto da sua organização. O governo fortalece o acompanhamento dos universos prioritários, compostos por egressos do sistema prisional, do sistema sócio educativo, familiares atendidos; em programas como o Programa Atitude; investe e amplia a atuação nos mediadores de conflitos nos territórios; apresenta inovações na mediação quando articula melhor a atuação dos mediadores, com a estrutura da polícia militar, com a esteira da defesa social, com outros mecanismos que podem disseminar a paz social, nos territórios. Reorganiza a situação das estações do Governo Presente, regionalizando seu enfoque e permitindo que elas assumam um papel de garantia de direitos, um papel de levar serviços ainda mais expressivos e por isso apresenta um calendário de 60 ações de cidadania em todos os finais de semana e durante as semanas.

O Governo Presente também se fortalece quando oferece melhores estratégias de integração entre outros serviços de outras secretarias e firma-se como uma conquista, vez que com a apresentação da nova política ele é incorporado no contexto das políticas de prevenção à violência.

Uma outra ação, um outro programa é o Juventude Presente. Uma inovação! Lançado em meados de 2018, o Juventude Presente foi oriundo de um amplo debate com a juventude pernambucana a partir dos fóruns dos próprios equipamentos educacionais.

Esses fóruns então, levantaram uma série de demandas da comunidade jovem, perspectivas que foram levantadas no sentido de organizar melhor a política de prevenção, de protagonismo juvenil, de empoderamento nesse corte etário, que são potencialmente, os maiores autores de certos tipos de condutas ilícitas, mas também potenciais vítimas desse perverso sistema que se estruturou no ambiente da violência em todo o país.

Fortalecemos a participação da sociedade civil que comporá as comissões locais, a participação das várias instâncias de governo que comporá os comitês nas AIS e a participação da decisão central do governo que monitorará os programas setoriais, a atuação das estações do Governo Presente e a atuação dos núcleos de prevenção à violência nos territórios de toda dinâmica que acontece aí.

Mas as inovações não se encerram nesse novo desenho de governança. O desenho vai a partir de planos territoriais, regionais e do plano estadual, organizar todas as suas atividades, medir e monitorar, mas não só ele, também um observatório de prevenção à violência, um elemento de ligação com a sociedade científica garantido na lei de prevenção. Implementada no contexto do Pacto Pela Vida e por consequência disso, capaz de ao lado das ações de segurança pública, melhorar os resultados, ampliar os índices, sobretudo cuidar das pessoas e apoiar a mudança na trajetória dos jovens e adolescentes.

O desenho então se consolida por meio de ações desenvolvidas pela Cooperação Pernambuco que nasce a partir da oportunidade de consolidar um acordo de cooperação técnica com as agências da ONU e ter acesso às expertises deles. Com suas metodologias próprias, cada escritório capta para enriquecimento da política estadual metodologias específicas por temática, dentre elas drogas e segurança urbana com o pressuposto da visão mundial. Então eles têm uma atuação de muitos anos já na mesma temática. Nesse sentido, proporcionar que o Estado de Pernambuco tenha acesso a essa expertise, a essa metodologia, e que tenha uma avaliação em produtos construídos de forma que possam cancelar e validar tudo que será produzida é sem dúvidas a melhor experiência na construção de uma política pública bem fundada. É a primeira vez que o Estado de Pernambuco faz. É diferente de outros acordos que o Estado faz e dos outros acordos das agências. A Cooperação Pernambuco é forte e inovadora tal qual a Política de Prevenção do Estado.

Cloves Eduardo Benevides

Secretário de Políticas de Prevenção às Drogas e Diretor Nacional da Cooperação Pernambuco (Jan/2020 a Jun/2022)

Paula Guedes

Coordenadora da Cooperação Pernambuco (Jan/2020 a Jun/2022)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
1. ESTRATÉGIA PERNAMBUCANA PARA PREVENÇÃO AO CRIME E ÀS VIOLÊNCIAS	
1.1. Aspectos Metodológicos	29
1.2. Pressupostos e Focos Prioritários	31
1.3. Territórios Estratégicos	32
1.4. Marco Lógico da Prevenção	38
2. FERRAMENTA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO: MATRIZ DE INDICADORES	
2.1. Aspectos Metodológicos	56
2.2. Matriz de Indicadores	58
Referências	116
Apêndice	117

INTRODUÇÃO

Pernambuco é um dos principais estados do Brasil, com grande influência nacional e regional em diversas áreas. Localizado na região nordeste brasileira, Pernambuco possui território e população equivalentes a Portugal¹, porém com uma dinâmica de crimes violentos bastante diversa, a exemplo do número anual de homicídios - cerca de 40 vezes maior em Pernambuco em relação ao referido país europeu². O que aproxima os estados brasileiros e, ao mesmo tempo, os separa do país europeu, também nesse campo, é uma trajetória de desenvolvimento completamente distinta. Ou seja, o desafio da violência no Brasil e, mais especificamente, em Pernambuco, não é apenas um desafio técnico, mas representa um **desafio civilizatório**, arraigado na nossa história, cultura e desigualdade.

Há 15 (quinze) anos o estado de Pernambuco vem inovando nas políticas de segurança pública em nível estadual, tendo lançado o Pacto pela Vida, uma política pública pioneira, transversal e integrada, construída de forma pactuada com a sociedade, em articulação permanente com o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública, a Assembleia Legislativa, os municípios pernambucanos e a União. Desde o início, a prevenção social do crime e da violência se constitui em uma das linhas de ação do Pacto pela Vida. Não obstante, foi somente em 2019 que o estado de Pernambuco passou a ter um agente institucional específico para sua articulação e mobilização: a **Secretaria de Políticas de Prevenção à Violência e às Drogas (SPVD)**.

De maneira inédita no Brasil, a SPVD nasceu com o objetivo de contribuir para a redução da violência através de medidas preventivas, focando esforços onde a ocorrência de crimes violentos é maior, com especial olhar para os segmentos e atores sociais mais vulneráveis e expostos a situações de violências. Para fortalecer a agenda da prevenção local, em 2020, sob liderança direta da SPVD, foram convidadas três agências das **Nações Unidas** e uma organização da não-governamental de abrangência internacional para uma iniciativa singular: a **Cooperação Pernambuco**. Trata-se de uma coalizão multiagência para desenvolver conhecimento e compartilhar metodologias inovadoras e integradas que possam fortalecer ações de prevenção social e situacional ao crime e às violências, assim como ações de cuidado às pessoas que fazem uso prejudicial de álcool e outras drogas no estado de Pernambuco.

A Cooperação Pernambuco conta, portanto, com a participação do **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)**, que coordena a atuação das demais organizações da ONU vinculadas à Cooperação, a saber, o **Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC)** e o **Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat)**, além do **Instituto Igarapé**.

¹ Pernambuco possui 98.312 km² de extensão territorial, uma população de 9,278 milhões de pessoas (2020). Portugal, por sua vez, possui 92.212 km² de extensão territorial, uma população de 10,31 milhões de habitantes.

² No ano de 2020 Pernambuco registrou um total de 3.760 Crimes Violentos Letais Intencionais, já Portugal no mesmo ano teve somente 93 mortes violentas.

Parte-se do pressuposto de qualquer estratégia para prevenir crime e violência envolve necessariamente entender as motivações dos crimes, de modo a atingi-los e cessá-los, por um lado, e, por outro, lançar mão de todos os recursos técnicos para reduzir fatores de risco e amplificar fatores de proteção. Porém, os fatores sociais e individuais que influenciam o envolvimento de pessoas em atividades criminosas ou violentas não são simples. Em geral, exigem grande esforço coletivo e demandam a mudança de processos sociais complexos.

Por esse motivo temos insistido na ideia de que o desafio da violência no Brasil é antes de tudo uma questão civilizatória, na medida em que envolve necessariamente a modificação de estruturas de desigualdade, relações sociais, cultura e visão de mundo. De outro lado, tal mudança demanda que os governos locais sejam capazes de identificar fatores causais com base em evidências científicas, estabeleçam equipamentos de resposta eficientes, qualifiquem constantemente suas equipes e formulem um plano lógico, com ênfase na prevenção das violências e na promoção dos direitos dos públicos mais vulnerabilizados e vitimizados, focado no longo prazo.

A análise das situações de violências em Pernambuco mostra que as armas de fogo continuam sendo o principal vetor de letalidade dos crimes violentos, tornando-se um fator de risco para situações de violências letais e intencionais – CVLI's. Ao mesmo tempo, a maioria das pessoas que morrem de forma violenta em PE tem entre 15 e 30 anos, o que sinaliza a necessidade de se atuar para fazer cessar o engajamento criminoso nas etapas anteriores à juventude: infância e adolescência.

Um dos principais modos de diminuir a entrada de crianças e adolescentes no crime é a partir de políticas preventivas que façam o uso da escola como um elemento essencial para sua realização. Pesquisas recentes demonstram que estratégias focadas na educação e emprego ao longo da trajetória dos indivíduos podem reduzir em até 16 vezes suas chances de sofrerem assassinato³. Nessa mesma direção, a segmentação e a focalização de diferentes estratos sociais das juventudes se mostram de grande importância: o envolvimento de adolescentes (12 a 17 anos) e de jovens (18 a 29 anos) em atividades violentas e/ou criminosas, seja como vítimas ou autores, nos bairros com maior vitimização de jovens de PE é outro aspecto a merecer atenção dos gestores públicos de PE.

Nos termos de uma compreensão de situações de violência em torno do uso e do tráfico de drogas, foi apresentado um grande percentual de casos de tentativas de homicídio relacionadas à dinâmica dos mercados ilegais de drogas. Por último, a inexistência de uma estrutura que integre e articule as informações estratégicas para a política de prevenção, bem como de tratamento/análise e disponibilização dos dados e informações geradas para aprimorar a tomada de decisão e o controle social da política de prevenção são algumas das principais contribuições deste Marco Lógico de Prevenção das Violências de Pernambuco, que se projeta no curto, médio e longo prazos, como uma ferra-

³ (Cerqueira e Moura, 2014, 2015; Cerqueira et al., 2016)

menta de gestão e governança de Estado dessas políticas públicas, com capacidade de estruturar e guiando também atuações futuras do estado de PE nessa agenda, independente das mudanças político-institucionais locais e regionais.

Em termos territoriais, os estudos técnicos produzidos pelo UNODC, que serviram de base para a elaboração desta publicação, no contexto da Cooperação Pernambuco, identificou um total de 8 cidades do estado com um histórico de violências e crimes violentos, concentrando os maiores números de CVLI's, CVP's e ocorrências de fogo cruzado. A existência de territórios desorganizados espacialmente favorece atividades criminosas e/ou violentas. Por conta disso, afigura-se estratégica a focalização da política estadual de prevenção às violências nesses territórios, priorizando uma visão integrada e sistêmica baseada em evidências.

Nesse contexto, o papel do UNODC foi o de apoiar o governo de Pernambuco na implementação de um plano técnico, com base nas melhores experiências e evidências internacionais, para qualificação e implementação da política de prevenção. Para tanto, lançou-se mão da metodologia do referido Marco Lógico (também conhecido como *Logical Framework*, *LogFrame* ou MPP – Matriz de Planejamento de Projetos), um método para elaboração, descrição, acompanhamento e avaliação de programas e projetos, largamente utilizado em nível internacional. A abordagem baseia-se no método científico de pesquisa social, estruturando os projetos em uma cadeia de relações de causa e efeito, construída com base em evidências científicas, envolvidas no enfrentamento da problemática em questão.

Esse documento técnico, elaborado a muitas mãos, ao longo de seis meses, no âmbito da Cooperação Pernambuco, através de oficinas técnicas que sistematizaram e consolidaram os programas, projetos e ações existentes no estado, os dados e informações sobre violências e crimes em PE e, ainda, os resultados alcançados pelo Pacto pela Vida desde 2007, expressa uma visão compartilhada e holística de prevenção das violências e crimes de Pernambuco, com foco nos segmentos sociais mais vulneráveis das juventudes e nos territórios que concentram o maior número de crimes violentos, articulando um conjunto amplo de soluções integradas com impacto geral na política de prevenção à violência e defesa social de PE.

Com o Marco Lógico, a análise realizada pela UNODC redireciona e atualiza os princípios da política estadual de prevenção, harmonizando os programas, os projetos e ações imbricadas e promovendo as conexões necessárias do ponto-de-vista interinstitucional e intersetorial com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Agenda 2030. O referido Marco é apoiado pela Matriz de Indicadores, uma ferramenta única de monitoramento da política de prevenção focada em métricas mais amplas e abrangentes do que aquelas tradicionalmente utilizadas na área da segurança pública.

Utilizando Indicadores-Chave de Desempenho (*Key Performance Indicators*) para direcionamento das políticas públicas de prevenção ao crime e para prestação de contas à sociedade (*accountability*), a Matriz possui 16 indicadores estratégicos e 134 indicadores gerais a serem implantados em curto, médio e longo prazos, com o monitoramento e

a avaliação (M&A) pela SPVD e pelo novel Observatório de Prevenção da Violência, uma das iniciativas gestadas na Cooperação Pernambuco pela SPVD, em sinergia com a Secretaria Estadual de Planejamento (Seplag). Essa Matriz permite uma evolução constante, seguindo a realidade do estado, enquanto a periodicidade das avaliações enseja, ainda, uma visão histórica do processo, com o devido destaque dos avanços e retrocessos da prevenção das violências em PE.

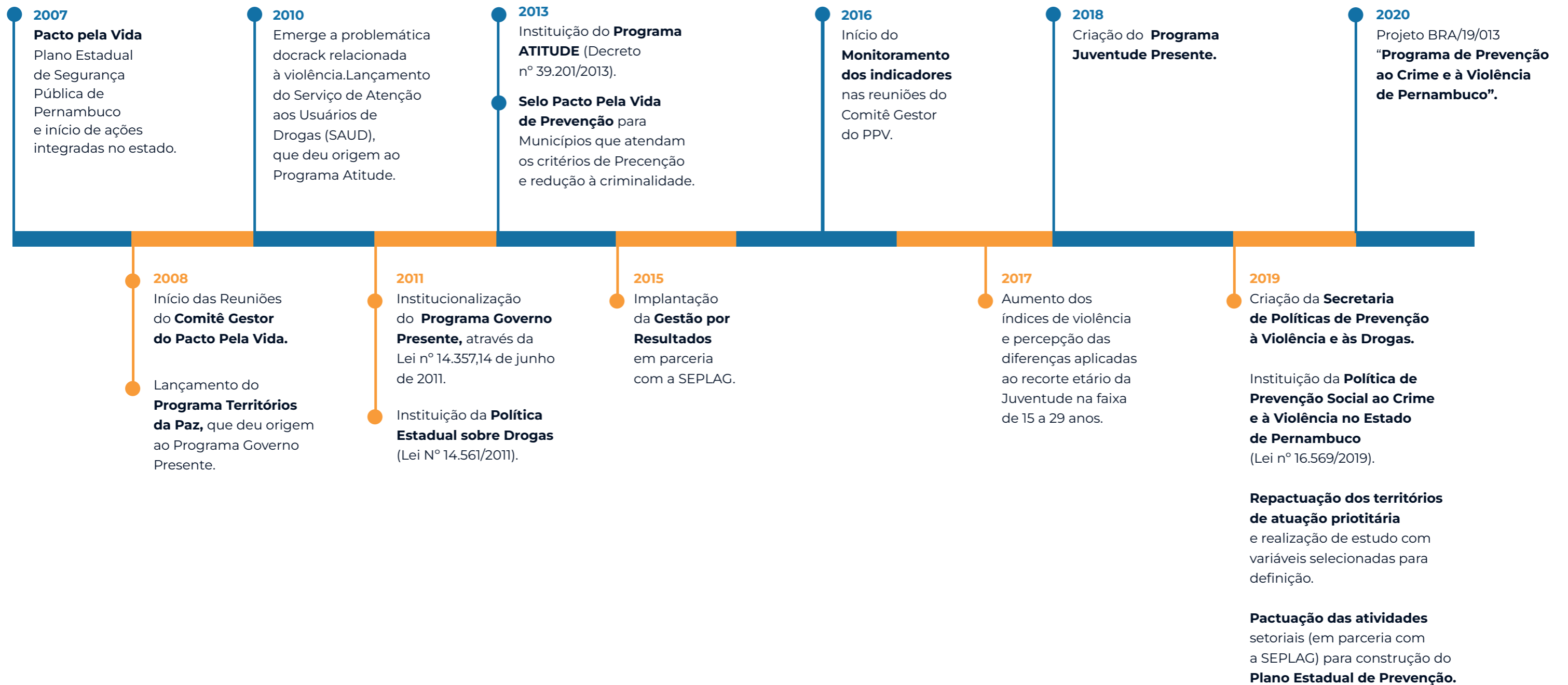
O UNODC tem contribuído com conhecimento sobre os fatores (de risco e de proteção) que colocam populações, comunidades e indivíduos em risco, contribuindo, dessa forma, com o aprimoramento da política estadual de prevenção através do direcionamento das áreas e bairros de maior risco e dos grupos de indivíduos que já estão envolvidos em dinâmicas violentas. Tal alinhamento vem-se mostrando **uma forma eficaz e eficiente de reduzir os níveis de criminalidade e vitimização em Pernambuco.**⁴

Afinal, esta publicação apresenta especificamente os Produtos '1.5 **Marco Lógico das Violências de Pernambuco**, em consonância com o Pacto pela Vida' e '2.1 **Matriz de Indicadores de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas de Prevenção às Violências e Tratamento de Drogas**', produzidos pela Equipe Técnica do UNODC ao longo desse processo. Esperamos que esses subsídios técnicos e informacionais ajudem a alavancar o desenvolvimento sustentável do estado de Pernambuco na busca por melhoria da qualidade de vida da população com a promoção de uma sociedade mais pacífica e não violenta para todos.

Eduardo Pazinato – Especialista em Segurança e Compliance UNODC Brasil

Rafael Sales – Oficial de Projetos UNODC Brasil

⁴ (UNODC, 2010.1, p. 11)



Para fortalecer a agenda da prevenção local, em 2020, sob liderança direta da SPVD, foram convidadas agências das Nações Unidas para uma iniciativa inovadora: a **Cooperação Pernambuco**. Trata-se de uma iniciativa multiagência que conta com a participação do **Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime** (UNODC), do **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento** (PNUD), do **Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos** (ONU-Habitat) e do **Instituto Igarapé**. Trata-se de esforço conjunto para desenvolver conhecimento e compartilhar metodologias inovadoras e integradas que possam fortalecer ações de prevenção social e situacional dos crimes e das violências, assim como de cuidados às pessoas que fazem uso prejudicial de álcool e outras drogas no estado de Pernambuco.

Entretanto, o caminho para a construção de uma política de prevenção de qualidade nos apresenta diversos desafios. Como nosso foco, apresentamos, portanto, a necessidade de um ajuste conceitual sobre Prevenção ao crime e às violências no desenho dos programas e da estratégia geral da política, orientada por princípios e métricas específicas. Na temática de informação e inteligência, o principal desafio é a ausência de compartilhamento de informações entre secretarias, dificuldade de conexão entre os bancos de dados e dificuldade de tomada de decisão com base em informação qualificada. Nos termos da governança institucional, se apresenta como dificuldade uma sobreposição de agendas entre secretarias, bem como a necessidade de pactuação sobre responsabilidades e construção de visão integrada da política. Sobre o processo de monitoramento e avaliação, a ausência de um monitoramento estratégico da Prevenção e de práticas institucionalizadas de avaliação da política representa para esse processo fortes obstáculos a serem derrubados. Por último, as ações do Estado concentradas no enfrentamento à pandemia nos anos de 2020 e 2021 e a vulnerabilidade das equipes técnicas do Projeto em relação à Covid-19 foram situações que desafiaram e nos apontaram a necessidade de perseverança no caminho de construção dessa Política de Prevenção. Nesse contexto, o presente documento apresenta parte dos resultados alcançados no âmbito da Cooperação Pernambuco, especificamente os Produtos '1.5 **Marco Lógico das Violências de Pernambuco**, em consonância com o Pacto pela Vida' e '2.1 **Matriz de Indicadores de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas de Prevenção às Violências e Tratamento de Drogas**', produzidos pela Equipe Técnica do UNODC.



1. ESTRATÉGIA PERNAMBUCANA

PARA PREVENÇÃO AO CRIME
E ÀS VIOLÊNCIAS



1. ESTRATÉGIA PERNAMBUCANA PARA PREVENÇÃO AO CRIME E ÀS VIOLÊNCIAS

Em políticas públicas, soluções eficazes buscam sempre endereçar as causas do problema. No caso do crime e da violência, essas causas são muito diversas: fatores familiares e individuais, exposição à violência, condições habitacionais, meios ambientais, educacionais e comunitários ruins são fatores de risco para o crime e a vitimização, frequentemente exacerbados pela presença de drogas e armas, e também pela falta de oportunidades de (re) inserção social². De tal maneira que um elemento fundamental à ideia de prevenção seria a possibilidade de identificar fatores de risco ou mecanismos causais, bem como elementos de proteção, que poderiam atuar no sentido de facilitar ou dificultar a decisão individual pelo cometimento de crimes ou atividade violentas, fatores esses sem os quais a operacionalização de qualquer medida antecipatória constituiria um experimento às cegas³.

A complexidade desse contexto exige, portanto, um enorme conhecimento técnico sistematizado sobre cada evento social que se objetiva atingir, reunindo esforços no campo das políticas da educação, da saúde e das mais variadas políticas públicas, mas sem ser necessariamente uma política específica de nenhuma dessas especialidades. O foco em políticas de prevenção ao crime vem sendo apontado diversas vezes nos mais diversos países como uma abordagem que economiza orçamento público quando comparada ao financiamento do sistema de justiça criminal⁴. Além disso, em longo prazo, a prevenção ao crime e à violência é responsável por trazer maior segurança e um desenvolvimento sustentável aos locais em que é aplicada, reduzindo gastos futuros ao sistema de justiça criminal e aos serviços sociais. Assim, o objetivo desse projeto de prevenção à violência é construir, em consonância com resultados e metodologias já apresentados em outras partes do país, bem como em contexto nacional ou internacional, ao mesmo tempo em que se utiliza de abordagens inovadoras, um Marco Lógico de Prevenção à Violência que possa desenvolver de forma avançada e integrada uma política de prevenção ao crime para o Estado de Pernambuco a partir do planejamento, avaliação, e monitoramento estratégicos da política.



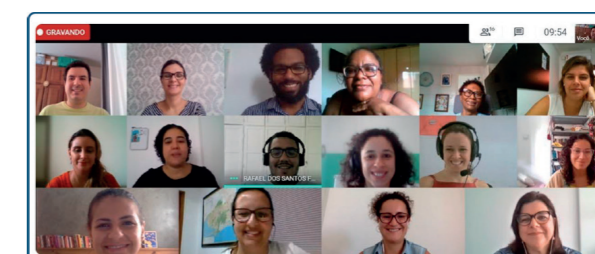
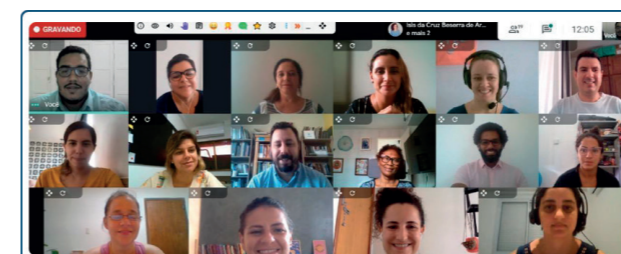
1.1. Aspectos Metodológicos

Para construir a Estratégia Pernambucana de Prevenção ao Crime e às Violências foi utilizada a metodologia do **Marco Lógico** (*Logical Framework*). Trata-se de um método para elaboração, descrição, acompanhamento e avaliação de programas e projetos, baseado no método científico de relações de causa e efeito. Desenvolvido para a US Agency for International Development (USAID) na década de 1960, desde então foi adotado e adaptado por muitas outras organizações internacionais de desenvolvimento. Dentre elas, a agência alemã GTZ, com seu Planejamento de Projeto Orientado a Objetivos (ZOPP), sendo amplamente utilizado hoje em abordagens conhecidas como “Gerenciamento Baseado em Resultados” (RBM) e “Gerenciando para Resultados de Desenvolvimento”⁵.

A implementação da metodologia do Marco Lógico para planejamento da política de prevenção de Pernambuco funcionou no formato de Oficinas técnicas envolvendo as equipes dos Programas em andamento na SPVD, bem como as equipes de gestão da Secretaria, além de técnicos da Secretaria de Planejamento do Estado e demais membros das instituições parceiras da Cooperação Pernambuco. Foram necessárias 51 reuniões virtuais⁶ com base em discussões estruturadas previamente pela equipe do UNODC. As reuniões foram realizadas entre os dias 23 de fevereiro de 2021 e 16 de setembro de 2021, que totalizaram 91 horas de encontros entre as equipes técnicas de apoio ao projeto e o UNODC.



- 6 meses (ma-set/2021)
- 51 reuniões virtuais
- 91 horas de reunião (aprox.)



² (UNODC, 2010a)

³ (SILVEIRA; PEIXOTO, 2010. p. 60)

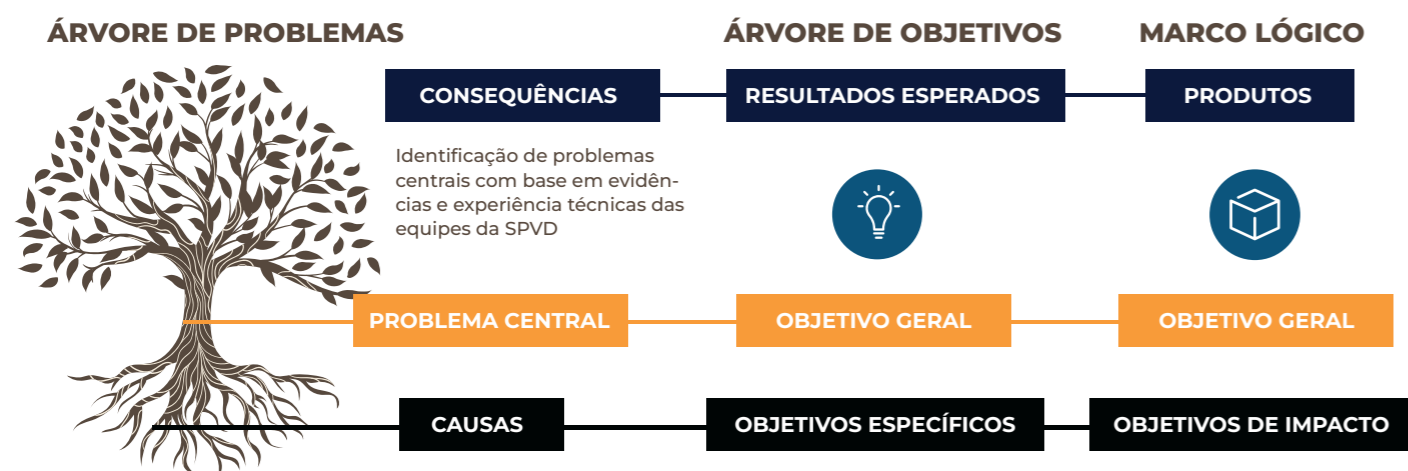
⁴ (UNODC, 2010a)

⁵ (THE WORLD BANK, 2000)

⁶ Importante destacar que o trabalho foi realizado no auge da pandemia de Covid-19 no Brasil, sendo inviável a realização de reuniões presenciais de maneira segura.

As oficinas seguiram alguns princípios técnicos norteadores. O primeiro foi a referência ao ciclo de planejamento de Políticas Públicas, largamente documentado na literatura especializada e especialmente detalhado no Referencial de Controle de Políticas Públicas, do Tribunal de Contas da União⁷. Outro princípio fundamental foi o foco na compreensão das causas dos problemas em tela e a busca por soluções factíveis⁸. O terceiro aspecto técnico privilegiado foi a necessidade de se estabelecer com clareza os objetivos e os caminhos traçados a partir deles, sempre com base em evidências científicas.

Dessa maneira, as oficinas foram criadas para pensar diretamente as causas do problema do crime e da violência no estado de Pernambuco, fornecendo conhecimento sistematizado e técnico que subsidiasse as discussões entre as equipes técnicas a partir da facilitação da equipe do UNODC. O processo envolveu a construção de árvores de problemas para cada um dos Programas em andamento na SPVD para, em seguida, a partir da reflexão coletiva e do confronto com evidências científicas (estatísticas, resultados de pesquisa, posicionamento de especialistas), passar para a construção de árvores de Objetivos e, por último a construção de detalhamentos no formato de Marco Lógico de cada um dos Programas.



Dessa forma, a visão geral da política em si parte tanto dos desafios que emergem das principais situações de crime e violência no estado, como também da análise minuciosa das soluções em andamento nos últimos 15 anos de Pacto pela Vida, incorporando, inclusive, avaliações acadêmicas e da sociedade civil. Nesse ponto específico, foi realizada uma intensa imersão com as equipes técnicas da SPVD para delimitar a ideia de prevenção ao crime e o que constitui boas práticas de prevenção⁹. Com isso, foi ajustada conceitualmente a política de prevenção às drogas e à violência no desenho dos programas.

⁷ (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2000)

⁸ (UNODC; UN-HABITAT, 2010)

⁹ (SALES, 2021)

1.2. Pressupostos e Focos Prioritários

A partir das reuniões e da apresentação de um diagnóstico produzido pelo UNODC¹⁰ sobre a violência em Pernambuco, foi desenvolvida uma visão dos pressupostos atuais da Secretaria de Políticas de Prevenção à Violência e às Drogas (SPVD). Os dados indicam que, em média, 48,72% dos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) ocorridos nos últimos 16 anos (2004-2020) em Pernambuco ocorreram em apenas 8 municípios, apresentando um desafio bastante localizado, onde as vítimas são principalmente jovens que são mortos por armas de fogo.

Além disso, os dados indicados na Nota Técnica UNODC 002/2021¹¹ reforçam entendimentos bastante consolidados na literatura técnica, trazendo aspectos centrais de focalização, territorialização e estratégias antecipatórias a situações de letalidade:

A partir do diagnóstico apresentado, foram definidos 5 pressupostos para orientação do desenho da política. O primeiro ressalta a importância de decisões tomadas com informações sistemáticas e transparentes, com validade científica. O segundo estabelece o foco na redução dos riscos e vulnerabilidade de populações específicas (fatores de risco), conseguindo mudar trajetórias. O terceiro se refere à necessidade de fortalecimento de elementos que diminuam a probabilidade de os indivíduos serem alvos ou vítimas de crime e/ou violências (fatores protetivos). O quarto pressuposto destaca a importância da construção de ações localizadas em etapas anteriores da escalada de violência, evitando o agravamento de situações evitáveis e antecipando a contenção de mortes violentas. Por último, o quinto pressuposto retoma a percepção qualificada das dinâmicas de crimes e violências, direcionando esforços segmentados aos fatores de risco e de proteção específicos das diferentes fases da vida dos indivíduos, seus contextos sociais, de raça e de gênero, e interferindo em suas trajetórias de vida.

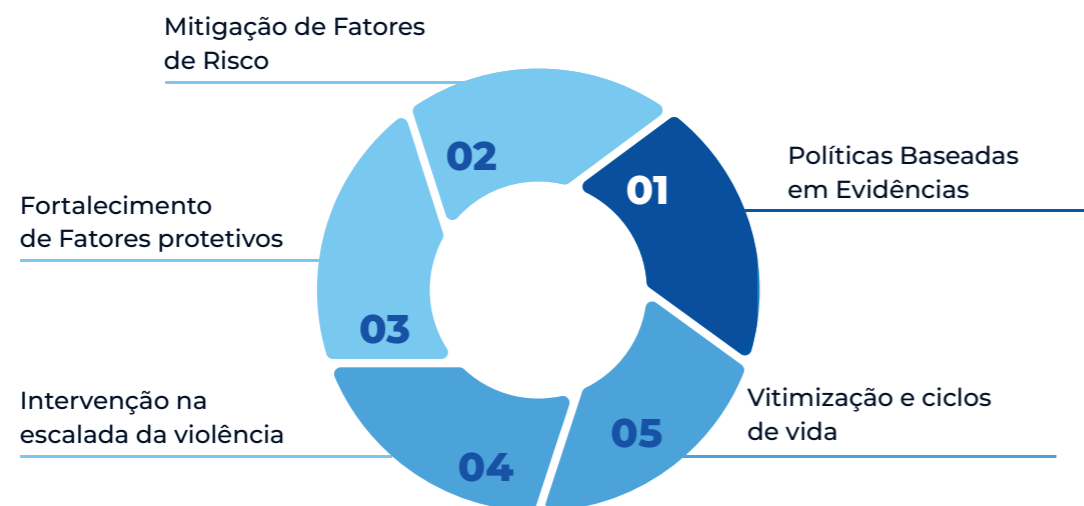
Da mesma maneira, foram definidos focos prioritários para a política, os quais giram em torno da a) redução de oportunidades ao crime e à violência, com um b) foco na juventude e nos c) municípios mais violentos, ao mesmo tempo em que apresenta um olhar às d) drogas e violência e se utiliza de e) inteligência em prevenção, com um monitoramento e avaliação das ações implementadas para tomada de decisão com base em informação qualificada.

Em resumo, a ideia é realizar a identificação dos problemas centrais com base em evidências, construindo objetivos viáveis a partir da análise de causas e consequências dos problemas identificados. Com isso em mente, o papel do Marco Lógico seria também o de estruturar essas etapas de intervenção, utilizando indicadores de impacto,

¹⁰ Sob responsabilidade de Rafael Sales (UNODC), com especial contribuição de Terine Husek (Instituto Igarapé). Vide Apêndices.

¹¹ Vide apêndice.

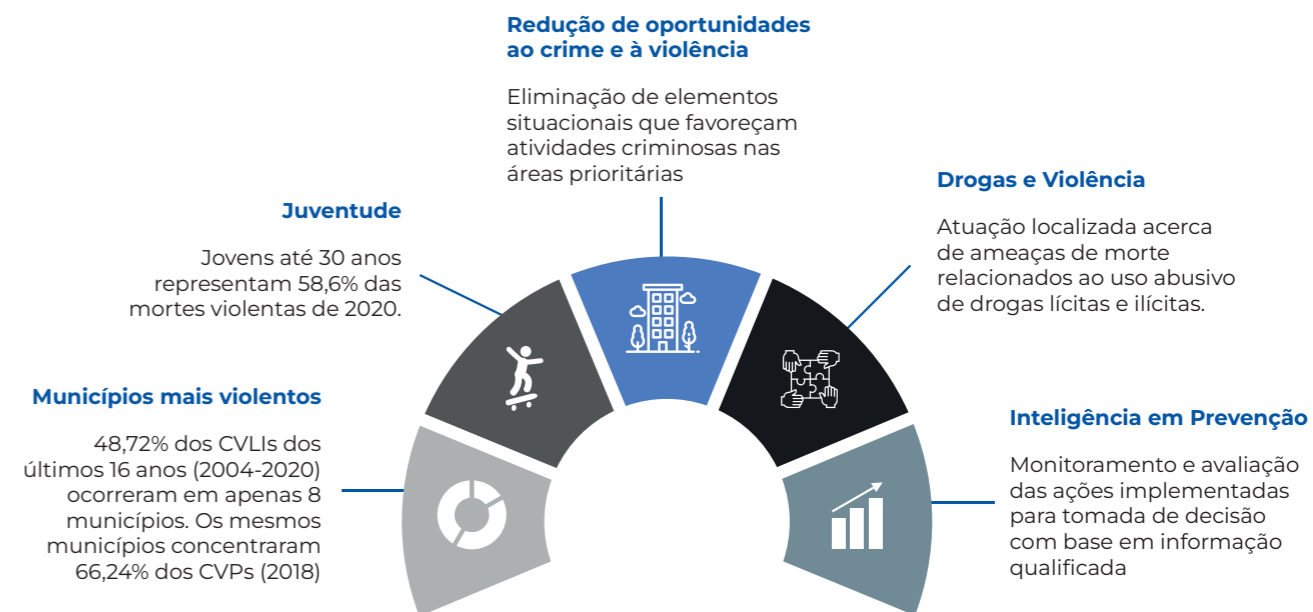
processo e análise de riscos. Tudo isso é auxiliado pela experiência técnica das equipes da Secretaria de Políticas de Prevenção à Violência e às Drogas (SPVD) e pelo trabalho de diferentes programas do Governo de Pernambuco, em especial Juventude Presente, Governo Presente, Programa Atitude e Observatório Estadual de Prevenção Social ao Crime e à Violência, nos marcos do Pacto pela Vida.



1.3. Territórios Estratégicos

Segundo as Nações Unidas¹², é preciso mudar a forma com a qual os problemas das cidades são tratados, de forma que é preciso compreender quais são as principais dificuldades que elas possuem, reconhecendo os territórios mais afetados, refazendo os trajetos pelos quais a cidade é planejada, integrando as abordagens institucionais e criando políticas urbanas efetivas para responder aos problemas encontrados, retirando a cidade da posição de problemas e colocando-a na posição de solução dos desafios a serem enfrentados, e permitindo um acesso igualitário às oportunidades que as cidades podem oferecer aos seus habitantes, de modo a reduzir as desigualdades sociais que estão ali presentes.

É importante alterar a forma de resolução de problemas relacionados à produção de crime e violência, compreendendo que em cidades inseguras diversos grupos sociais tornam-se mais vulneráveis que outros, intensificando o nível em que serão subjugados e aprofundando a desigualdade social, atingindo principalmente parcelas mais vulneráveis. Os estudos mais recentes mostram que a criação de políticas públicas estaduais e municipais de prevenção ao crime é uma ferramenta essencial para diminuir o crime e a vitimização, ao passo que também contribui para o desenvolvimento socioeconômico de comunidades urbanas, pois compreende fatores



de risco relacionados ao planejamento urbano inadequado, trabalhando assim no sentido da diminuição de características negativas rumo ao avanço na qualidade de vida dos habitantes¹³.

Embora muitas das responsabilidades nas áreas de justiça e segurança sejam muitas vezes do governo estadual, as cidades sentem o impacto desses crimes e têm um papel fundamental a desempenhar na identificação dos riscos e vulnerabilidades associados e na garantia de que as políticas e programas para combater e prevenir esses riscos sejam adaptados para o contexto local e implementados de forma sustentável¹⁴.

Após levantamento das bases de dados das Secretarias, foi criado um Grupo de Trabalho para definição de Territórios prioritários (**GT Territórios**) envolvendo técnicos da SPVD, da Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG), do UNODC e do Instituto Igarapé, para cruzamento das bases de dados e construção de indicadores que qualificassem a informação sobre o crime e a violência em Pernambuco, que resultou em um ranking¹⁵ de municípios e bairros considerados mais vulneráveis à violência e à criminalidade para definição da equipe da SPVD daqueles prioritários para atuação.

Ao final do processo de redefinição, chegou-se a um total de **62 territórios** de atuação da SPVD que estão listados a seguir:

REGIONAL RECIFE			
ESTAÇÃO RECIFE			
NÚCLEO REGIONAL ATITUDE RECIFE			
MUNICÍPIO	BAIRRO	RANKING	EQUIPES
RECIFE	COHAB* NPS	1°	NPS
	IMBIRIBEIRA	2°	ER
	IBURA	3°	ER
	PINA	4°	NPS
	VASCO DA GAMA	5°	ER
	IPUTINGA	6°	NPS
	CORDEIRO	7°	NPS, ANR
	SANTO AMARO	8°	ER, ANR
	PASSARINHO	9°	ER
	NOVA DESCOBERTA	10°	ER
	VÁRZEANPS	11°	NPS
	BOA VIAGEM	12°	ER, ANR
	AFOGADOS	13°	NPS, ANR
	DOIS UNIDOS	15°	ER
	SÃO JOSÉ	16°	ANR
	GUABIRABA	17°	ER
	JARDIM SÃO PAULO	18°	ER
	SANTO ANTÔNIO	37°	ANR
TOTAL	18 TERRITÓRIOS		

REGIONAL METRONORTE			
ESTAÇÃO METRONORTE			
NÚCLEO REGIONAL ATITUDE RECIFE			
MUNICÍPIO	BAIRRO	RANKING	EQUIPES
OLINDA	PEIXINHOS NPS	1°	NPS, ANR
	JARDIM ATLÂNTICO	3°	ER
CAMARAGIBE	ALDEIA	1°	NPS
	TIMBI	2°	ER
IGARASSU	AGAMENON	1°	ER
PAULISTA	ENGENHO MARANGUAPE	6°	ER
	JANGA	7°	ER
	MARANGUAPE I	8°	NPS
PAULISTA	PENEDO	1°	ER
	TIUMA	2°	ER
TOTAL	10 TERRITÓRIOS		

¹³ (UN-HABITAT, 2020)

¹⁴ (UNODC, 2021b)

¹⁵ A metodologia utilizada para a definição do ranking dos municípios e bairros será objeto de outra Nota Técnica produzida pelo Instituto Igarapé, como produto da Cooperação Pernambuco.

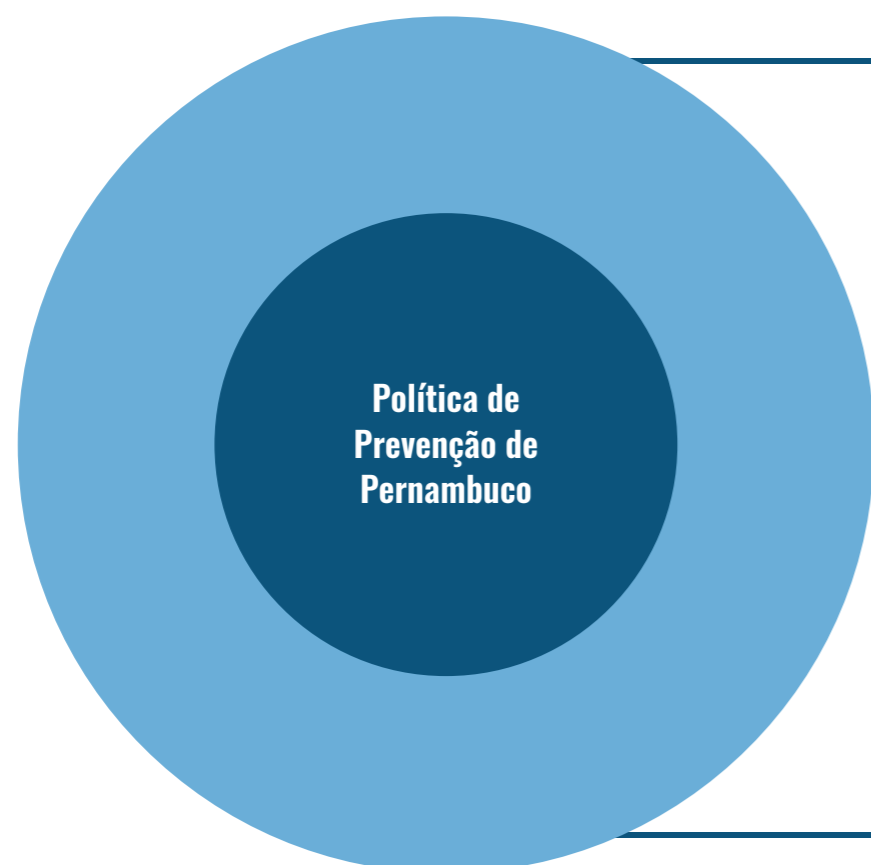
REGIONAL METROSUL			
ESTAÇÃO METROSUL			
NÚCLEO REGIONAL ATITUDE JABOATÃO DOS GUARARAPES			
NÚCLEO REGIONAL ATITUDE CABO DE SANTO AGOSTINHO			
MUNICÍPIO	BAIRRO	RANKING	EQUIPES
JABOATÃO DOS GUARARAPES	SANTO ALEIXO	1°	ANR
	PRAZERES	2°	ER, ANR
	CAVALEIRO	4°	ANR
	PIEDADE	5°	ER, ANR
	BARRA DE JANGADA	6°	ER, ANR
	CAJUEIRO SECO	7°	NPS
	VILA RICA	9°	ANR
	JABOATÃO DOS GUARARAPES	CENTRO	1°
PONTE DOS CARVALHOS		2°	ER, ANR
CHARNECA		3°	ANR
GAIBU		4°	NPS, ANR
COHAB		5°	ER
GARAPU		7°	ANR
CHARNEQUINHA		8°	ANR
PONTEZINHA		9°	ANR
SÃO FRANCISCO		10°	ANR
ZONA RURAL		11°	ANR
SUAPE	12°	ANR	
VITÓRIA DE SANTO ANTÃO	CENTRO	S/R**	NPS
PALMARES	CENTRO	S/R**	NPS
TOTAL	20 TERRITÓRIOS		

REGIONAL AGRESTE			
ESTAÇÃO AGRESTE			
NÚCLEO REGIONAL ATITUDE CARUARU			
MUNICÍPIO	BAIRRO	RANKING	EQUIPES
CARUARU	SALGADO NPS	1°	ER, ANR
	SANTA ROSA	2°	ER, ANR
	SÃO JOÃO DA ESCÓCIA	3°	ER, ANR
	CENTENÁRIO	4°	ER, ANR
	VASSOURAL	5°	ANR
	INDIANÓPOLIS	6°	ANR
	MAURÍCIO DE NASSAU	7°	ANR
	ALTO DO MOURA	8°	ANR
	CIDADE JARDIM	9°	ANR
	JOÃO MOTA	10°	ANR
TOTAL	10 TERRITÓRIOS		

REGIONAL SERTÃO			
ESTAÇÃO SERTÃO			
MUNICÍPIO	BAIRRO	RANKING	EQUIPES
PETROLINA	JOSÉ E MARIA	1°	ER
	JOÃO DE DEUS	2°	ER
	SÃO GONÇALO	3°	ER
	JARDIM PETRÓPOLIS	4°	ER
TOTAL	04 TERRITÓRIOS		
TOTAL GERAL	62 TERRITÓRIOS DE ATUAÇÃO		

1.4. Marco Lógico da Prevenção

O **Marco Lógico da Prevenção ao Crime e às Violências de Pernambuco**, em consonância com o Pacto pela Vida, é um documento técnico-político que reúne as principais referências técnicas nacionais e internacionais, bem como o conhecimento adquirido pelas equipes técnicas da Secretaria de Políticas de Prevenção à Violência e às Drogas (SPVD), aliado à expertise do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) e diretrizes específicas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Trata-se de um planejamento de longo prazo para orientar a implementação de ações de prevenção de maneira sistemática e lógica, garantindo resultados exitosos nos próximos anos.



De maneira geral, a política está estruturada em 3 Eixos estratégicos, que devem dar lastro conceitual aos futuros programas a serem desenvolvidos, e nos quais se localizam os programas atualmente existentes. Cada eixo possui um conjunto de objetivos de impacto Gerais e específico, seguidos das ações principais que serão desenvolvidas para alcançá-los. Tal estrutura orienta ainda toda estratégia de monitoramento e avaliação detalhada no item 2 desta publicação.

Juventude
Juventude Presente
Drogas e violência
Atitude

Fortalecendo fatores protetivos e Reduzindo fatores de risco das populações específicas.

Reduzir o envolvimento de adolescentes (12 a 17) em atividades violentas e/ou criminosas, seja como vítima ou autores, nos bairros com a maior vitimização de jovens de PE.

Reduzir o envolvimento de adolescentes (18 a 29) em atividades violentas e/ou criminosas, seja como vítima ou autores, nos bairros com a maior vitimização de jovens de PE.

Reduzir agressões, ameaças, tentativas de homicídio e homicídio relacionados a drogas, através da oferta de serviços especializados para atendimento de pessoas com uso problemático de drogas em situação de ameaça (ou risco).

Informação para Prevenção
Observatório

Inteligência em Prevenção

Atuar na produção e sistemização de informação estratégica para subsidiar tomada de decisão na Política de Prevenção de maneira integrada e articulada com demais áreas de políticas públicas de Pernambuco.

Territórios Prioritários
Governo Presente

Influenciando fatores situacionais e reduzindo oportunidades ao crime e violência

Diminuir as oportunidades para eventos criminosos e/ou violentos em espaços públicos através do fomento à requalificação de espaços urbanos com melhoria das condições de habitabilidade, favorecendo a apropriação e o uso dos espaços públicos pela população.

Diminuir a ocorrência de crimes de proximidade nos territórios selecionados através da promoção da prática da não violência.



**GOVERNO
PRESENTE**



PROBLEMA

OBJETIVOS GERAIS

Existência de territórios desorganizados espacialmente que favorecem atividades criminosas e/ou violentas.

Diminuir as oportunidades para eventos criminosos e/ou violentos em espaços públicos através do fomento à requalificação de espaços urbanos com melhoria das condições de habitabilidade, favorecendo a apropriação e o uso dos espaços públicos pela população.



Estimular bairros favoráveis à circulação segura das pessoas e aumento da sensação de segurança através do estímulo à requalificação da iluminação pública pelos municípios em áreas mais violentas.

Estimular a integração intra e inter em bairros mais violentos através da melhoria da infraestrutura urbana (pontos de ônibus sinalizados, calçadas adequadas, ciclovias/ciclofaixas, etc) para mobilidade ativa.

Estimular a conservação e novos usos de edificações ociosas localizadas em áreas de maior incidência de crimes violentos das cidades selecionadas.

Estimular padrões mais adequados de urbanização nas cidades, que garantam a habitabilidade, especialmente em áreas de maior incidência de crimes/violência.

OBJETIVOS DE IMPACTO

Convênio com os municípios prioritários para requalificação conjunta de áreas urbanas selecionadas com foco em requalificação da iluminação pública, conservação do patrimônio arquitetônico, redução de espaços públicos hostis, criação de espaços públicos inclusivos e integração dos bairros através da mobilidade ativa na cidade.

PRODUTOS

PROBLEMA

OBJETIVOS GERAIS

34,6% do total dos CVLIs de PE são Crimes de Proximidade (Violência Interpessoal + Crimes por Intolerância).

Diminuir a ocorrência de crimes de proximidade nos territórios selecionados através da promoção da prática da não violência na perspectiva da desconstrução de valores históricos e culturais indutores da violência, e com foco na cultura de paz.



Estimular ruas povoadas, com atividades diversificadas, muros baixos, arquitetura amigável e “olhos da rua” em locais considerados inseguros pela população nas áreas mais violentas das cidades selecionadas.

Mapear as áreas vulneráveis nos territórios, (ex: do mercado ilegal de drogas que funciona à luz do dia) e demais fatores que fazem do território ser vulnerável à violência).

Estimular o atendimento ágil das ocorrências em virtude de conflitos comunitários em áreas mais violentas.

Estimular a redução da circulação de arma de fogo nas áreas mais violentas, através do policiamento orientador para armas.

Reduzir a opção pela resolução violenta de conflitos comunitários através da difusão de valores de cultura de paz, da comunicação não violenta, mediação de conflitos e justiça restaurativa.

Edital para organizações locais Sociedade Civil para desenvolvimento de eventos culturais nos bairros e ocupações sistemática de espaços públicos.

Aplicativo Vizinhança “whatch” para construção de mapas colaborativos de pontos vulneráveis nas comunidades.

Monitoramento do tempo de resposta a ocorrências policiais nas áreas selecionadas, de maneira articulada ao Observatório da Prevenção, fornecendo informação qualificada e inteligência prevenção para as Secretarias afeitas ao tema.

Capacitação das equipes da Polícia Militar para policiamento com foco na redução da circulação de armas de fogo nas comunidades selecionadas.

Monitoramento de agressões e ameaças nas comunidades, com estímulo ao registro das ocorrências e fornecimento de instâncias de mediação de conflito/ justiça restaurativa.



OBSERVATÓRIO

PROBLEMA

Inexistência de uma estrutura que integre e articule as informações estratégicas para política de prevenção existentes no estado.

Inexistência de tratamento/análise e disponibilização dos dados para que possa ser consumido para tomada de decisão e controle social da política de prevenção.

OBSERVATÓRIO

OBJETIVO GERAL

Atuar na produção e sistematização de informação estratégica para subsidiar tomada de decisão na Política de Prevenção de maneira integrada e articulada com demais áreas de políticas públicas de Pernambuco.



Melhorar a captação e registro de dados sobre Crime, Violência, Fatores de Risco, e Fatores de Proteção em Pernambuco.

Atualização de protocolos de alimentação, auditoria e limpeza de base de dados sobre crime, violência e fatores de risco e proteção;

Formatação de um curso EAD para a equipe de coleta e tratamentos de dados das secretarias afetas ao tema de prevenção.



Qualificar a produção de informação sobre causas da violência, indicando fatores de risco e proteção em Pernambuco.

Proteção interna de pesquisas sobre causas da violência e fatores de risco e proteção;

Edital aberto de pesquisas a partir de dados do Observatório;

Seminário anual de produção de dados para subsidiar políticas de prevenção.



Articular a participação das diferentes secretarias na construção integrada e no monitoramento das estratégias de prevenção.

Estruturação de grupos de trabalho temáticos intersecretárias para melhoria dos banco de dados e das informações.



Estabelecer procedimentos e protocolos de acesso, segurança, compartilhamento e transparência de dados.

Elaboração do Decreto de criação do Observatório;

Estruturação da estratégia de compartilhamento e níveis de acesso entre secretarias;

Adequação do fornecimento de informações sobre crime, violência e fatores de risco e proteção aos parâmetros de transparência da LAI;

Criação de um boletim de acesso público à análise periódicas de prevenção.



Garantir uma estrutura mínima para o funcionamento do Observatório e suas análises.

Configuração mínima necessária para o funcionamento das unidades de análise e nas secretarias correlatas.



ATTITUDE



PROBLEMA

Grande percentual de casos de tentativa de homicídio relacionadas a dinâmica de drogas.

ATITUDE

Grande percentual de CVLI relacionado a dinâmica de drogas.

OBJETIVO GERAL

Reduzir agressões, ameaças, tentativas de homicídio e homicídios relacionados a drogas, através da oferta de serviços especializados para atendimento de pessoas com uso problemático de drogas em situação de ameaça (ou risco).



Promoção de fatores protetivos associados à segurança e organização financeira de pessoas com uso problemático de drogas: elevação da escolaridade, qualificação profissional, acesso ao mercado formal, acesso a serviços públicos e programas sociais (CadÚnico, Bolsa Família, etc.)

Projeto de reinserção produtiva, qualificação profissional e geração de renda de pessoas com uso problemático de drogas e em situação de ameaça, e seus familiares.



Reduzir a vulnerabilidade social de pessoas com uso problemático de drogas, através da promoção do acesso a serviços públicos, acesso a direitos e promoção da cidadania, e fortalecimento de vínculos familiares.

Acompanhamento multiprofissional do público beneficiário e seus familiares, com apoio ao acesso de serviços públicos, acesso a direitos, e fortalecimento de vínculos familiares e comunitário.



Promover a proteção social de pessoas em situação de rua com uso problemático de drogas.

Articulação do acesso de pessoas em situação de rua aos serviços públicos; Atitude nas ruas: Sensibilização e orientação de pessoas em situação de rua para estratégias de redução de danos, bem como oferta de acolhimento para o público específico do Atitude.



Promover atendimento adequado a níveis distintos de vulnerabilidade de risco no Programa, através de protocolo único de tiragem e encaminhamento.

Capacitação de equipes multiprofissionais no Instrumental de categorização de situações de ameaça e risco de morte, e no Protocolo de intervenção para grupos das categorias definidas; Protocolo de intervenção para grupos das categorias definidas.



Criar metodologias de planejamento, matriciamento e gerenciamento de casos, para identificação das vulnerabilidades específicas de cada pessoa e acesso a serviços relacionados.

Instrumental de categorização de situações de ameaça e risco de morte; Protocolo de intervenção para grupos das categorias definidas.



Agilizar processos burocráticos e fluxo de encaminhamentos de pessoas em situações de risco/ameaça relacionadas a drogas entre serviços públicos (saúde, assistência, educação, etc.) definindo responsabilidades compartilhadas.

Protocolos interseoriais de atuação do Programa com demais serviços públicos, definindo responsabilidade compartilhada.



Sensibilizar, articular e capacitar serviços públicos nos territórios para atenção conjunta ao público atendido pelo Programa.

1- Mapeamento de serviços públicos relacionados a atenção, cuidado e proteção social nos territórios de atuação prioritária; 2- Campanha de sensibilização acerca da demanda específica do Atitude para equipes profissionais e gestores de serviços públicos relacionados a atenção, cuidado e proteção social nos territórios de atuação prioritária; 3- Capacitação de profissionais de serviços públicos relacionados ao atendimento de pessoas com uso problemático de drogas para atendimento especializado ao público específico do Atitude. 4- Articulação para desenvolvimento de estratégias de cooperação e atuação conjunta com serviços públicos relacionados a atenção, cuidado e proteção social.



Prover a formação teórica e prática de equipes multiprofissionais no atendimento aos usuários de drogas como forma de qualificar o serviço ofertado.

Projeto Sócio-pedagógico Atitude; Curso de curta duração em formato EAD; Curso de Especialização; Programa de Estágio.



Garantir qualificação técnica adequada para profissionais em função de gestão de serviços de atenção a pessoas com uso problemático de drogas, promovendo a integração de serviços e a resposta especializada para casos de violência.

Programa de formação direcionada aos profissionais da gestão.



Reduzir número de mortes de pessoas em alta vulnerabilidade/ameaçadas em decorrência da dinâmica das drogas, através da promoção de atendimento ágil e encaminhamento para serviço especializado.

Sistema de Gestão de público beneficiário, com categorização de risco aperfeiçoada, gestão do tempo e fluxos de atendimento na rede.



**JUVENTUDE
PRESENTE**



JUVENTUDE PRESENTE

PROBLEMA

Envolvimento de adolescentes (12 a 17 anos) e atividades violentas e/ou criminosas, seja como vítima ou autores, nos bairros com maior vitimização de jovens de PE.

OBJETIVOS GERAIS

Reduzir o envolvimento de adolescentes (12 a 17) em atividades violentas e/ou criminosas, seja como vítima ou autores, nos bairros com maior vitimização de jovens de PE.



Articular e acompanhar o atendimento, acolhimento e orientação de adolescentes (e familiares) envolvidos em atividades violentas e/ou criminosas nos bairros com maior vitimização de jovens de PE.

Mobilização da Rede de serviços voltados para atendimento dos adolescentes (12 a 17 anos) envolvidos em atividades violentas e/ou criminosas nos territórios, com foco no fortalecimento de relações de supervisão, orientação e acolhimento de adolescentes e seus familiares.



Articulação e fortalecimento da rede protetiva dos adolescentes para promoção escuta e orientação do jovem, com participação de responsáveis.

Edital de fortalecimento de Coletivos locais (em conjunto com Governo Presente)- com premiação de Boas Práticas em Prevenção da Violência com foco na juventude;

Premiação de boas práticas, a partir de Edital de fortalecimento de Coletivos Locais.



Construir e fortalecer referências positivas que influenciem jovens, promova a superação barreiras simbólicas e ampliação de repertório cultural.

Hackaton sobre soluções para jovens e para violência no território;

Edital Intercâmbio Social (Internacional) (Premiação do Hackaton);

Circulainter oficinas (regional)

Coalização de articulação de agentes de Prevenção nas Torcidas Organizadas.



Fomentar oportunidades educativas, culturais e profissionais valorizadas pelos adolescentes nas escolas, organizações sociais e comunitárias, e equipamentos públicos dos bairros com maior vitimização de jovens de PE

Oficinas de Conexão Socio-Cultural;

PAPO RETO: Roda de diálogos com especialistas sobre temas voltados para juventude;

Circuito de arte e debate com jovens em espaços de poder das cidades.



Fomentar oportunidades educativas, culturais e profissionais valorizadas pelos adolescentes nas escolas, organizações sociais e comunitárias, e equipamentos públicos dos bairros com maior vitimização de jovens de PE.

Oficinas de Conexão Socio-Cultural;

PAPO RETO: Roda de diálogos com especialistas sobre temas voltados para juventude;

Circuito de arte e debate com jovens em espaços de poder das cidades;

Escola - Núcleos de Cultura de Paz;

Oficinas de Conexão Socio-Cultural

JUVENTUDE PRESENTE

PROBLEMA

Envolvimento de jovens (18 a 29 anos) em atividades violentas e/ou criminosas, seja como vítima ou autores, nos bairros com maior vitimização de jovens de PE

OBJETIVOS GERAIS

Reduzir o envolvimento de jovens (18 a 29) em atividades violentas e/ou criminosas, seja como vítima ou autores, nos bairros com maior vitimização de jovens de PE.



Fortalecer fatores protetivos de Envolvimento de jovens (18 a 29) em atividades violentas e/ou criminosas, através da promoção da continuidade da trajetória escolar e/ou acesso ao mundo do trabalho formal.

Núcleo de acompanhamento de Universos Prioritários para identificação de necessidades e potencialidades dos jovens, e encaminhamento a novas oportunidades educacionais e profissionais;

Selo para parceiros da Prevenção.



Promover a ressignificação da trajetória de jovens com histórico de envolvimento em atividades criminosas/violência, através da articulação de atividades profissionais e de capacitação, e acesso ao mundo do trabalho formal, nos bairros com maior vitimização de jovens de PE.



2. FERRAMENTA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO: MATRIZ DE INDICADORES

2. FERRAMENTA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO: MATRIZ DE INDICADORES

A medição do desempenho é um princípio fundamental da gestão. Ela permite identificarmos lacunas de desempenho e fornece indicação da direção para o fechamento de tais lacunas. Indicadores-Chave de Desempenho (*Key Performance Indicators* - KPI) são a principal ferramenta utilizada internacionalmente para tal tarefa em vários campos de atuação (indústria, comércio, setor público não governamental, etc.). O Indicador-Chave de Desempenho é um valor mensurável que demonstra a eficácia com que uma organização está atingindo seus principais objetivos. Está, portanto, relacionado a um resultado específico, devendo expressar os objetivos estratégicos da sua organização.

Porém, estes indicadores não medem diretamente a qualidade do desempenho, não podendo ser usados para avaliar a eficácia dos resultados de trabalho individuais, mas sim para fornecer aos cidadãos se estão ou não sendo atendidos de forma eficaz, eficiente e equitativa por organizações do setor público, sendo assim uma forma de prestar contas. Nesse sentido, os KPIs podem ser usados para motivar melhorias no desempenho da prestação de serviços públicos, encorajar boas práticas, apontar áreas que exigem mais atenção, etc.

Assim, é possível medir a eficácia e eficiência dos projetos, os territórios e os grupos sociais mais afetados por determinadas situações monitoradas, auxiliando a desenvolver uma maior efetividade em ações de projetos futuros ou ajustes naqueles existentes. Ao pensar no desenvolvimento dessas ferramentas para serem monitoradas e medidas é preciso pensar também na inovação e experiência, sendo necessário o desenvolvimento de um conjunto integrado de ferramentas disponíveis localmente, baseadas na comunidade, que possam ser disseminadas, ampliadas e adaptadas.

No campo da Prevenção ao crime e à violência, o objetivo é construir indicadores que direcionem e auxiliem no monitoramento das políticas, apontando os principais problemas do Estado em conjunto com o desenho dos locais de maior risco à criminalidade violenta e não violenta, arquitetando estratégias e medidas que reduzam a ocorrência de crimes, promovendo cada vez mais prevenção e, conseqüentemente, segurança aos cidadãos. Além disso, a estratégia deve focar de modo plural nas raízes dos diversos fatores sociais, econômicos e ambientais que atingem desigualmente diversas populações, auxiliando na construção de cidades mais seguras e igualitárias, e isso apenas é possível com o reconhecimento das vulnerabilidades e necessidades apresentadas pelos variados grupos sociais e seus contextos.

Trata-se, portanto, de uma abordagem coordenada e fundamentada de forma multissetorial e multidisciplinar na temática de prevenção ao crime e à violência. Assim, com o acompanhamento de indicadores para monitorar o crime, a violência e as políticas do estado de Pernambuco, trabalhando em conjunto com diferentes programas para um diagnóstico cuidadoso dos problemas sociais do estado, esperamos implementar estratégias e auxiliar no ajuste de políticas, prevenindo o crime, a violência e a vitimização e promovendo comunidades mais seguras.

2.1. Aspectos Metodológicos

A construção dos indicadores para a política de prevenção de Pernambuco se deu, primeiramente, a partir da consolidação de métricas nacionais e internacionais, baseadas em evidências científicas¹⁶, com o objetivo de adequá-los à agenda de prevenção ao crime e à violência na região. Inicialmente foi criada uma carteira de indicadores, reunindo cerca de 430 indicadores das mais variadas referências consolidadas de mensuração de aspectos relacionados a crime e violência, mas com um olhar específico sobre estratégias preventivas.

Base para monitoramento e avaliação



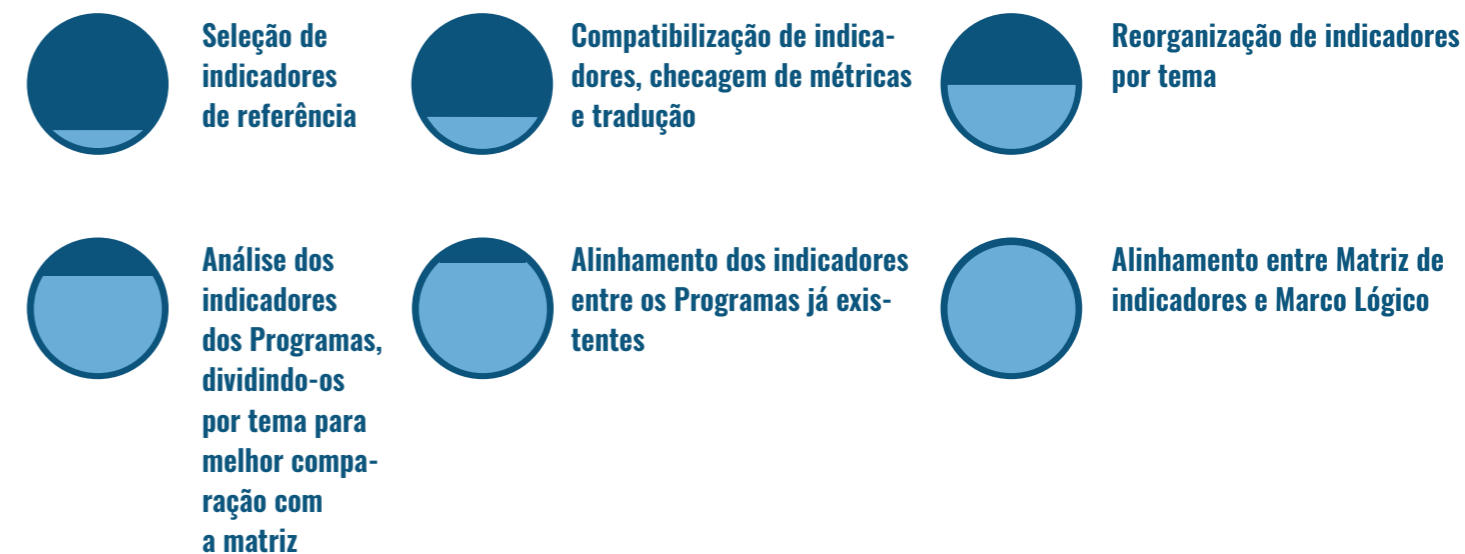
- Metodologia ICAP e Etapas de Monitoramento e Avaliação.
- Safety Governance Approach for Safe, Inclusive, and Resilient Cities:
- Promovendo a Prevenção ao Crime: Diretrizes e projetos selecionados. (2004)
- Better data to monitor violence, trafficking, corruption and access to justice. (2017)
- Report on the Urban Safety Governance Assessment in Mathare, Nairobi City. (2021)
- Urban Safety Governance: addressing the root causes of threats to city safety. CCPCJ Side Event.(2021)
- Ferramenta de Avaliação de Prevenção ao crime: Kit de ferramentas de avaliação da justiça criminal. (2010)
- Manual for the measurement of juvenile justice indicators UNITED NATIONS.(2006)

Após a seleção da carteira de indicadores de referência, foi realizada a compatibilização dos indicadores, checando suas métricas (repetições, redundâncias e limitações) e traduzindo do inglês para o português, e do português para o inglês¹⁷, destacando aqueles que apresentam maior importância analítica para os objetivos traçados no Marco Lógico. Em seguida, os indicadores foram reorganizados por tags, dividindo-os em 15 categorias temáticas iniciais¹⁸. A partir da estruturação temática dos indicadores, foi realizado mais uma vez o alinhamento entre eles a partir das dimensões específicas que cada um busca mensurar e, por último, o alinhamento entre os indicadores e cada um dos objetivos gerais e específicos do Marco Lógico.

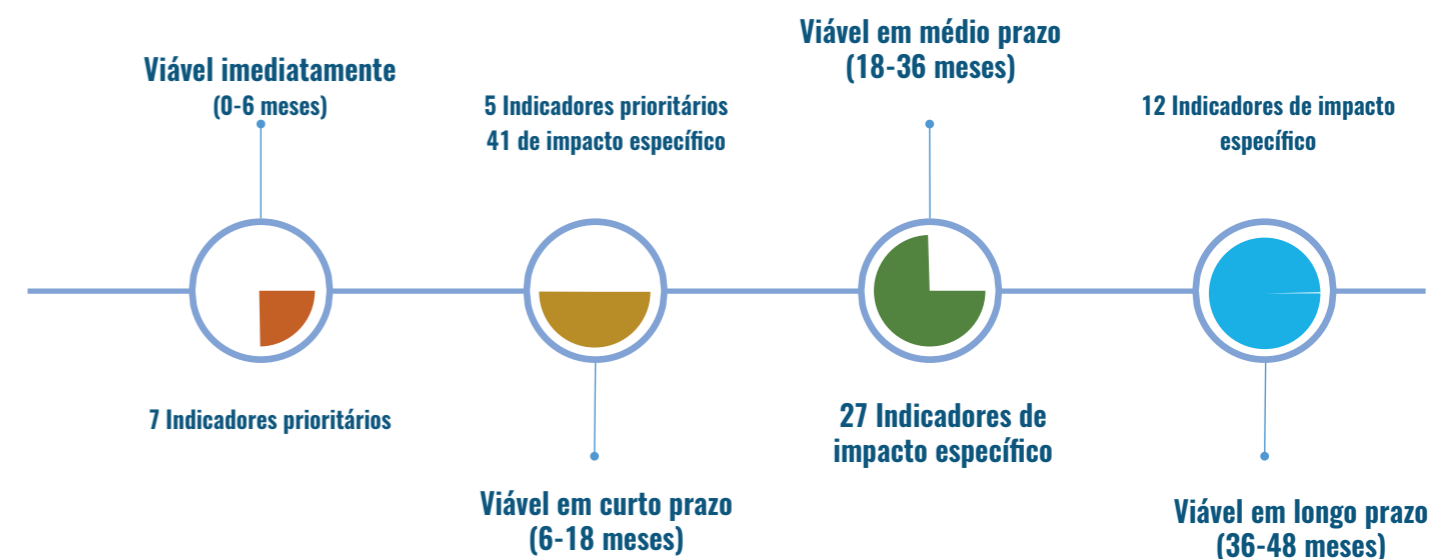
¹⁶(BISOGNO, 2011; HOPE, 1986; LÉONARD, 2014; MAIA; ASSIS, 2020; RUMMENS, 2016; TILLEY, 2014; UNODC, 2004, 2010b, 2020, 2021a, 2021b; UNODC; UN-HABITAT, 2010; WHITZMAN, 2008)

¹⁷ Para permitir consultas à equipe do UNODC Global, em Viena.

¹⁸ Governabilidade; Accountability (inclui indicadores de transparência); Uso de Drogas; Renda e Desigualdade; Mercado de Trabalho; Saúde e/ou Demografia; Crianças e Jovens; Gênero; Raça e Etnia; Cidade; Educação; Família; Mediação de Conflitos; Segurança Pública; Polícia.



Tal exercício analítico gerou uma Matriz com 150 Indicadores, dentre os quais 16 são indicadores prioritários para macro acompanhamento dos resultados e 134 são indicadores de monitoramento de objetivos específicos de impacto da Política. Por último, foi realizada uma análise de viabilidade de implementação dos indicadores a partir da disponibilidade dos dados, o que gerou um planejamento de implementação de curto, médio e longo prazo, assim como a indicação dos indicadores que precisarão de coleta de dados específica.



Todas as etapas de seleção e alinhamento de indicadores contaram com reuniões de discussão interna no âmbito da Cooperação Pernambuco, bem como com o Grupo de Estudos do UNODC Brasil e a *Justice Section* do UNODC Global. Por último, a Matriz passou por validação direta da Secretaria de Políticas de Prevenção à Violência e às Drogas (SPVD) e demais partes interessadas.



2.2. MATRIZ DE INDICADORES



N	Indicador Unificado	Linha de Base	Fórmula	Nível de Desagregação	Meio de Verificação	Frequência de Monitoramento	Responsável	Tipo de Dado	Disponibilidade	Observações	TAG	Prioritário?	Programa
1	- Crimes contra a propriedade por 100.000 (ISO 37122)	Taxa por 100 mil habitantes	$(\text{Número de crimes contra a propriedade} \div \text{Total de habitantes em determinado território}) \times 100.000$	(Estado/Município)	Verificação dos registros da Polícia Civil	Anualmente	SDS	Secundário	Viável imediatamente (0-6 meses)	Dados disponibilizados	Prevenção Situacional	SIM	Governo Presente
2	- Mortes por armas de fogo (Cidades Sustentáveis)	Número absoluto	Número total de mortes pelo uso de armas de fogo	(Estado/Município/Bairro)	Verificação dos registros da Polícia Civil	Mensalmente	GACE-SDS	Secundário	Viável imediatamente (0-6 meses)	Dados disponibilizados (Fogo Cruzado)	Segurança Pública	SIM	Governo Presente
3	- Porcentagem de motivações de CVLI sem definição, por ano	%	$(\text{Determinada motivação de CVLI} \div \text{Total de CVLIs}) \times 100$	(Estado/Município/Bairro)	Verificação dos registros da Polícia Civil	Anualmente	GACE-SDS	Secundário	Viável imediatamente (0-6 meses)	Dados disponibilizados	Violência Letal	SIM	Observatório
4	- Porcentagem de motivações de Tentativa de CVLI sem definição, por ano	%	$(\text{Determinada motivação de tentativa de CVLI} \div \text{Total de CVLIs}) \times 100$	(Estado/Município/Bairro)	Verificação dos registros da Polícia Civil	Anualmente	GACE-SDS	Secundário	Viável imediatamente (0-6 meses)	Dados disponibilizados	Violência Letal	SIM	Observatório
5	- Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI)	Número absoluto	Número total de vítimas de homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal seguida de morte e feminicídio	(Estado/Município/Bairro)	Verificação dos registros da Polícia Civil	Mensalmente	GACE-SDS	Secundário	Viável imediatamente (0-6 meses)	Dados coletados	Violência Letal	NÃO	Indicadores de Apoio
6	- Taxa de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI)	Taxa por 100 mil	$(\text{Número total de vítimas de CVLI} \div \text{População}) \times 100.000$	(Estado/Município/Bairro)	Verificação dos registros da Polícia Civil	Mensalmente	GACE-SDS	Secundário	Viável imediatamente (0-6 meses)	Dados coletados	Violência Letal	NÃO	Indicadores de Apoio
7	- Porcentagem de CVLIs na residência	%	$(\text{Número de vítimas de CVLI mortas em residência} \div \text{Número total de vítimas de CVLI}) \times 100$	(Estado/Município/Bairro)	Verificação dos registros da Polícia Civil	Mensalmente	GACE-SDS	Secundário	Viável imediatamente (0-6 meses)	Dados coletados	Violência Letal	NÃO	Indicadores de Apoio
8	- Familiares de vítimas de CVLI em acompanhamento	%	$(\text{Número de familiares de vítimas de CVLI em acompanhamento por programas estaduais} \div \text{Pessoas vítimas de CVLI no mesmo período}) \times 100$	(Estado/Município)	Registros do SEDH	Anualmente	SEDH-SJDH	Secundário	Viável em médio prazo (18-36 meses)	Dados coletados	Violência Letal; Programas de Prevenção/Proteção	NÃO	Indicadores de Apoio

N	Indicador Unificado	Linha de Base	Fórmula	Nível de Desagregação	Meio de Verificação	Frequência de Monitoramento	Responsável	Tipo de Dado	Disponibilidade	Observações	TAG	Prioritário?	Programa
9	- Tentativa de CVLI de Adolescentes	Número absoluto	Número total de vítimas de 12 a 18 anos de tentativa de homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal seguida de morte e feminicídio	(Estado/Município/Bairro)	Verificação dos registros da Polícia Civil	Mensalmente	GACE-SDS	Secundário	Viável imediatamente (0-6 meses)	Dados disponibilizados	Violência Letal; Juventude	SIM	Juventude Presente
10	- Indicador de homicídios entre os jovens de 18 a 29 anos – IHJ1 (IVJ)	Número absoluto	Número total de vítimas de 18 a 29 anos de homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal seguida de morte e feminicídio	(Estado/Município/Bairro)	Verificação dos registros da Polícia Civil	Mensalmente	GACE-SDS	Secundário	Viável imediatamente (0-6 meses)	Dados disponibilizados	Violência Letal; Juventude; IVJ	SIM	Juventude Presente
11	- Tentativa de CVLI de Jovens	Número absoluto	Número total de vítimas de 18 a 29 anos de tentativa de homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal seguida de morte e feminicídio	(Estado/Município/Bairro)	Verificação dos registros da Polícia Civil	Mensalmente	GACE-SDS	Secundário	Viável imediatamente (0-6 meses)	Dados disponibilizados	Violência Letal; Juventude; IVJ	SIM	Juventude Presente
12	- Incidência de violência nas ruas contra mulheres e meninas (UNO-DC)	Taxa por 10 mil	(Número de casos de violência nas ruas contra mulheres e meninas relatados ÷ Número de mulheres e meninas em determinado território) x 10.000	(Estado/Município/Bairro)	Notificações de casos de violência	Anualmente	SPVD	Secundário	Viável em médio prazo (18-36 meses)		Gênero	NÃO	Governo Presente
13	- Proporção da população que relatou ter se sentido pessoalmente discriminada ou assediada nos 12 meses anteriores com base em um fundamento de discriminação proibido pelo direito internacional dos direitos humanos (ODS)	%	(Número de relatos de sensação de discriminação/assédio nos últimos 12 meses ÷ Número de habitantes em determinado território) x 100	(Estado/Município/Bairro)	Notificações de casos de discriminação ou assédio	Anualmente	Verificar	Secundário	Viável em médio prazo (18-36 meses)		Segurança Pública	NÃO	Governo Presente

N	Indicador Unificado	Linha de Base	Fórmula	Nível de Desagregação	Meio de Verificação	Frequência de Monitoramento	Responsável	Tipo de Dado	Disponibilidade	Observações	TAG	Prioritário?	Programa
14	- Taxa de cobertura de intervenções de tratamento (farmacológico, psicossocial e reabilitação e atenção pós-tratamento) para usuários de drogas (desagregando em álcool e outras drogas); (ODS/ONU)	%	$(\text{Número de usuários de drogas cobertos por tratamentos} \div \text{Número de usuários de drogas total}) \times 100$	(Estado/Município)	Verificação dos registros da Saúde e dos registros da Assistência Social	Anualmente	SES E SDSCJ	Secundário	Viável em médio prazo (18-36 meses)	Dados NÃO disponibilizados	Uso de Drogas	NÃO	Programa Atitude
15	- Proporção de crianças de 1 a 17 anos que sofreram qualquer punição física e/ou agressão psicológica por parte de cuidadores no último mês (ODS)	%	$(\text{Número de crianças e adolescentes de 1 a 17 anos que sofreram qualquer punição física e/ou agressão psicológica por parte dos cuidadores no último mês} \div \text{Número total de crianças e adolescentes de 1 a 17 anos em determinado território}) \times 100$	(Estado/Município/Bairro)	A definir	Anualmente	SDSCJ	Secundário	Viável em médio prazo (18-36 meses)		Juventude	NÃO	Juventude Presente
16	- CVLI de Proximidade e Retaliação por dívida de drogas	Número absoluto	Número total de vítimas de CVLI cuja motivação criminal tenha sido "proximidade", "feminicídio" e "retaliação por dívida de drogas"	(Estado/Município/Bairro)	Verificação dos registros da Polícia Civil	Mensalmente	GACE-SDS	Secundário	Viável em curto prazo (6-18 meses)	Dados coletados	Violência Letal	NÃO	Governo Presente
17	- Incidência de assaltos residenciais (UNODC)	Taxa por 10 mil	$(\text{Número total de registros de assaltos residenciais} \div \text{Número de habitantes no estado/município/bairro}) \times 10.000$	(Estado/Município/Bairro)	Verificação dos registros da Polícia Civil	Mensalmente	GACE-SDS	Secundário	Viável em curto prazo (6-18 meses)		Sensação de Segurança	NÃO	Governo Presente
18	- Número de ocorrências de roubo por habitante (IVJ)	Taxa por 10 mil	$(\text{Número total de roubos registrados} \div \text{Número de habitantes no estado/município/bairro}) \times 10.000$	(Estado/Município/Bairro)	Verificação dos registros da Polícia Civil	Mensalmente	GACE-SDS	Secundário	Viável em curto prazo (6-18 meses)	Dados NÃO disponibilizados	Sensação de Segurança; IVJ	NÃO	Governo Presente

N	Indicador Unificado	Linha de Base	Fórmula	Nível de Desagregação	Meio de Verificação	Frequência de Monitoramento	Responsável	Tipo de Dado	Disponibilidade	Observações	TAG	Prioritário?	Programa
19	Roubo a transeunte	Número absoluto	Número de vítimas de roubo a transeunte	(Estado/Município/Bairro)	Verificação dos registros da Polícia Civil	Mensalmente	GACE-SDS	Secundário	Viável imediatamente (0-6 meses)	Dados coletados	Sensação de Segurança	NÃO	Indicadores de Apoio
20	Roubo a residência e Roubo a comércio	Número absoluto	Número de registros de roubos a residência e a comércio	(Estado/Município/Bairro)	Verificação dos registros da Polícia Civil	Mensalmente	GACE-SDS	Secundário	Viável imediatamente (0-6 meses)	Dados coletados	Sensação de Segurança	NÃO	Indicadores de Apoio
21	- Número de ocorrências de furto por habitante (IVJ)	Taxa por 10 mil	(Número total de furtos registrados ÷ número de habitantes no estado/município/bairro) x 10.000	(Estado/Município/Bairro)	Verificação dos registros da Polícia Civil	Mensalmente	GACE-SDS	Secundário	Viável em curto prazo (6-18 meses)	Dados NÃO disponibilizados	Sensação de Segurança; IVJ	NÃO	Governo Presente
22	- Vítimas de "bala perdida"	Número absoluto	(Número de vítimas de CVLI por motivação "bala perdida" + Número de vítimas de tentativa de CVLI por motivação "bala perdida")	(Estado/Município/Bairro)	Verificação dos registros da Polícia Civil	Mensalmente	GACE-SDS	Secundário	Viável em curto prazo (6-18 meses)	Dados coletados	Segurança Pública	NÃO	Governo Presente
23	- Disparo de arma de fogo	Número absoluto	Número total de eventos registrados (tiroteio e disparo de arma de fogo)	(Estado/Município/Bairro)	Registros da plataforma "Fogo Cruzado"	Mensalmente	Fogo Cruzado	Secundário	Viável em curto prazo (6-18 meses)	Dados coletados	Segurança Pública	NÃO	Governo Presente
24	- Agressões por arma de fogo	%	(Número total de internações relacionadas a ferimentos por arma de fogo ÷ Número total de internações de determinado hospital) x 100	(Estado/Município/Bairro)	Verificação dos registros da Saúde	Mensalmente	SIH-SES	Secundário	Viável em curto prazo (6-18 meses)	Dados NÃO disponibilizados	Segurança Pública	NÃO	Governo Presente
25	- Número de ocorrências de crimes de armas e munições (porte ilegal de armas, fabricação ilegal de armas e munições, apreensão de arma de fogo e disparo de arma) por habitante (IVJ)	Taxa por 10 mil	(Quantidade de ocorrências de crimes relacionados a armas e munições [porte ilegal de armas e munições, apreensão de arma de fogo e disparo de arma] ÷ Número de habitantes no estado/município/bairro) x 10.000	(Estado/Município/Bairro)	Verificação dos registros da Polícia Civil	Mensalmente	GACE-SDS	Secundário	Viável em curto prazo (6-18 meses)		Sensação de Segurança; IVJ	NÃO	Governo Presente

N	Indicador Unificado	Linha de Base	Fórmula	Nível de Desagregação	Meio de Verificação	Frequência de Monitoramento	Responsável	Tipo de Dado	Disponibilidade	Observações	TAG	Prioritário?	Programa
26	- Proporção de armas apreendidas, encontradas ou entregues cuja origem ou contexto ilícito tenha sido rastreado ou estabelecido por uma autoridade competente de acordo com instrumentos internacionais (ODS)	%	(Número total de armas apreendidas pela polícia em determinado território que tenham sido rastreadas ou estabelecidas por uma autoridade competente de acordo com instrumentos internacionais ÷ Número de armas apreendidas/encontradas/entregues em determinado território) x 100	(Estado/Município/Bairro)	Verificação dos registros da Polícia Civil	Mensalmente	GACE-SDS	Secundário	Viável em curto prazo (6-18 meses)	Dados NÃO disponibilizados	Segurança Pública	NÃO	Governo Presente
27	- Incidência de violência doméstica (UNODC)	Taxa por 10 mil	(Número de casos de violência doméstica relatados ÷ Número de habitantes em determinado território) x 10.000	(Estado/Município/Bairro)	Notificações de casos de violência doméstica	Anualmente	SPVD	Secundário	Viável em curto prazo (6-18 meses)		Segurança Pública	NÃO	Governo Presente
28	- Agressão a idosos (Cidades Sustentáveis)	Número absoluto	Número de eventos de agressão registrados contra idosos	(Estado/Município/Bairro)	Verificação dos registros da Polícia Militar	Mensalmente	CIODS-SDS	Secundário	Viável em curto prazo (6-18 meses)	Dados já coletados	Escalada da Violência	NÃO	Governo Presente
29	- Incidência de crimes raciais ou de ódio (UNODC)	Número absoluto	Número de crimes contra as pessoas motivados pelo pertencimento da vítima à determinada raça, etnia, cor, origem nacional ou territorial, sexo, orientação sexual, identidade de gênero, religião, ideologia, condição social, física ou mental	(Estado/Município/Bairro)	Verificação dos registros da Polícia Militar	Mensalmente	CIODS-SDS	Secundário	Viável em curto prazo (6-18 meses)	Dados já coletados	Escalada da Violência; Gênero; Raça	NÃO	Governo Presente
30	- Femicídio	Taxa por 10 mil	(Número de mulheres mortas por homicídio ÷ Número total de vítimas de CVLI) x 10.000	(Estado/Município/Bairro)	Verificação dos registros da Polícia Civil	Mensalmente	GACE-SDS	Secundário	Viável em curto prazo (6-18 meses)	Dados coletados	Gênero	NÃO	Governo Presente

N	Indicador Unificado	Linha de Base	Fórmula	Nível de Desagregação	Meio de Verificação	Frequência de Monitoramento	Responsável	Tipo de Dado	Disponibilidade	Observações	TAG	Prioritário?	Programa
31	- Taxa de matrícula líquida de 15 a 17 anos Ensino Médio	%	$(\text{Número de estudantes de 15 a 17 anos matriculados no Ensino Médio} \div \text{Número total de pessoas de 15 a 17 anos}) \times 100$	(Estado/Município/Bairro)	Verificação dos dados da Educação	Anualmente	SIEPE-SEE	Secundário	Viável em curto prazo (6-18 meses)	Dados coletados	Educação; Juventude	NÃO	Juventude Presente
32	- Porcentagem de abandono escolar no Ensino Fundamental	%	$(\text{Número de estudantes matriculados no Ensino Fundamental que abandonaram os estudos} \div \text{Número total de estudantes matriculados no Ensino Fundamental naquele ano}) \times 100$	(Estado/Município/Bairro)	Verificação dos dados da Educação	Anualmente	SIEPE-SEE	Secundário	Viável em curto prazo (6-18 meses)	Dados coletados	Educação; Juventude	NÃO	Juventude Presente
33	- Porcentagem de abandono escolar no Ensino Médio	%	$(\text{Número de estudantes matriculados no Ensino Médio que abandonaram os estudos} \div \text{Número total de estudantes matriculados no Ensino Médio naquele ano}) \times 100$	(Estado/Município/Bairro)	Verificação dos dados da Educação	Anualmente	SIEPE-SEE	Secundário	Viável em curto prazo (6-18 meses)	Dados coletados	Educação; Juventude	NÃO	Juventude Presente
34	- Proporção de jovens de 18 a 29 anos que não trabalham e não estudam (IVJ)	%	$(\text{Número de jovens de 18 a 29 anos que não trabalham e não estudam} \div \text{Número total de jovens de 18 a 29 anos}) \times 100$	(Estado/Município)	PNAD (abrangência regiões metropolitana e interior)	Anualmente	PNADC-IBGE	Secundário	Viável em curto prazo (6-18 meses)	Dados NÃO disponibilizados	Território; IVJ	NÃO	Juventude Presente
35	- Número de lesões corporais e ameaças por habitante (IVJ)	Taxa por 10 mil	$(\text{Número de lesões corporais e ameaças por habitante} \div \text{Número de habitantes em determinado território}) \times 10.000$	(Estado/Município/Bairro)	Verificação dos registros da Polícia Civil	Mensalmente	GACE-SDS	Secundário	Viável em curto prazo (6-18 meses)	Dados NÃO disponibilizados	Segurança Pública; IVJ	SIM	Governo Presente

N	Indicador Unificado	Linha de Base	Fórmula	Nível de Desagregação	Meio de Verificação	Frequência de Monitoramento	Responsável	Tipo de Dado	Disponibilidade	Observações	TAG	Prioritário?	Programa
36	- Número de lesões corporais e ameaças relacionadas à dinâmica de drogas por habitante	Taxa por 1.000 habitantes	$(\text{Número de lesões corporais e ameaças relacionadas à dinâmica de drogas por habitante} \div \text{Número total de habitantes em determinado território}) \times 1.000$	(Estado/Município/Bairro)	Verificação dos registros da Polícia Civil	Anualmente	GACE-SDS	Secundário	Viável em curto prazo (6-18 meses)	Não encontrei informação	Uso de Drogas	SIM	Programa Atitude
37	- Tentativa de CVLI relacionado a drogas	Número absoluto	Número total de tentativas de CVLI relacionadas a drogas que foram registradas	(Estado/Município/Bairro)	Verificação dos registros da Polícia Civil	Anualmente	GACE-SDS	Secundário	Viável em curto prazo (6-18 meses)	Não encontrei informação	Uso de Drogas	SIM	Programa Atitude
38	- Tentativas de homicídio que viraram CVLI relacionado à dinâmica de drogas	Número absoluto	Número total de tentativas de homicídio que se tornaram casos de CVLI relacionados à dinâmica de drogas	(Estado/Município/Bairro)	Verificação dos registros da Polícia Civil	Anualmente	GACE-SDS	Secundário	Viável em curto prazo (6-18 meses)	Não encontrei informação	Uso de Drogas	SIM	Programa Atitude
39	- Adolescentes envolvidos em ato infracional (Cidades Sustentáveis)	Número absoluto	Número total de adolescentes (12 a 17 anos) envolvidos em ato infracional	(Estado/Município)	Verificações dos registros da SDSDH	Anualmente	Verificar	Secundário	Viável em curto prazo (6-18 meses)	Dados disponibilizados	Juventude	SIM	Juventude Presente
40	- Proporção de adolescentes (12 a 17 anos) em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida (IVJ)	%	$(\text{Número de adolescentes de 12 a 17 anos em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida} \div \text{Número total de adolescentes de 12 a 17 anos}) \times 100$	(Estado/Município/Bairro)	Verificação dos registros da Funase	Anualmente	FUNASE-SDSCJ	Secundário	Viável em médio prazo (18-36 meses)	Dados NÃO disponibilizados	Juventude; Repressão	NÃO	Juventude Presente
41	- Proporção de adolescentes (12 a 17 anos) em cumprimento de medida socioeducativa em regime fechado (IVJ)	%	$(\text{Número de adolescentes de 12 a 17 anos em cumprimento de medida socioeducativa em regime fechado} \div \text{Número total de adolescentes de 12 a 17 anos}) \times 100$	(Estado/Município/Bairro)	Verificação dos registros da Funase	Anualmente	FUNASE-SDSCJ	Secundário	Viável em médio prazo (18-36 meses)	Dados NÃO disponibilizados	Juventude; Repressão	NÃO	Juventude Presente

N	Indicador Unificado	Linha de Base	Fórmula	Nível de Desagregação	Meio de Verificação	Frequência de Monitoramento	Responsável	Tipo de Dado	Disponibilidade	Observações	TAG	Prioritário?	Programa
42	- Proporção de adolescentes (12 a 17 anos) em cumprimento de medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade (IVJ)	%	$(\text{Número de adolescentes de 12 a 17 anos em cumprimento de medida socioeducativa de PSC} \div \text{Número total de adolescentes de 12 a 17 anos}) \times 100$	(Estado/Município/Bairro)	Verificação dos registros da Funase	Anualmente	FUNASE-SDSCJ	Secundário	Viável em médio prazo (18-36 meses)	Dados NÃO disponibilizados	Juventude; Repressão	NÃO	Juventude Presente
43	- Proporção de jovens (18 a 29 anos) em regime prisional (IVJ)	%	$(\text{Número total de pessoas de 18 a 29 anos presas} \div \text{Número total de pessoas de 18 a 29 anos}) \times 100$	(Estado/Município/Bairro)	Verificação de dados da SERES	Anualmente	SERES-SJDH	Secundário	Viável em curto prazo (6-18 meses)	Dados NÃO disponibilizados	Repressão	NÃO	Juventude Presente
44	- Número de incidentes/insegurança em transporte público (UNODC)	Número absoluto	Número total de incidentes e situações de insegurança em transporte público	(Estado/Município/Bairro)	Verificação dos registros da Polícia Civil	Mensalmente	Verificar	Secundário	Viável em curto prazo (6-18 meses)		Caracterização do Território	NÃO	Governo Presente
45	- Incidentes/insegurança doméstica/residencial (UNODC)	Número absoluto	Número total de incidentes e situações de insegurança no meio doméstico/residencial	(Estado/Município/Bairro)	Verificação dos registros da Polícia Civil	Mensalmente	GACE-SDS	Secundário	Viável em curto prazo (6-18 meses)		Sensação de Segurança	NÃO	Governo Presente
46	- Proporção de adolescentes de 12 a 17 anos que não frequentam escola (IVJ)	%	$(\text{Número de adolescentes de 12 a 17 anos que não frequentam escola} \div \text{Número total de adolescentes de 12 a 17 anos}) \times 100$	(Estado/Município)	PNAD (abrangência regiões metropolitana e interior)	Anualmente	PNADC-IBGE	Secundário	Viável em curto prazo (6-18 meses)	Dados NÃO disponibilizados	Educação; Juventude; IVJ	NÃO	Juventude Presente
47	- Porcentagem de adolescentes de 12 a 17 anos que fizeram prova do ENEM no último ano	%	$(\text{Número de adolescentes de 12 a 17 anos que realizaram o ENEM} \div \text{Número total de adolescentes de 12 a 17 anos}) \times 100$	(Estado/Município/Bairro)	Dados do INEP	Anualmente	Verificar	Secundário	Viável em curto prazo (6-18 meses)		Educação; Juventude	NÃO	Juventude Presente
48	- Proporção de mães adolescentes (14 a 19 anos) (IVJ)	Taxa por 1.000 habitantes	$(\text{Número de mães de nascidos vivos com idade inferior a 20 anos} \div \text{Total de nascidos vivos}) \times 1.000$	(Estado/Município)	Verificação dos registros da Saúde	Anualmente	Datasus	Secundário	Viável em curto prazo (6-18 meses)	Dados NÃO disponibilizados	Território; IVJ	NÃO	Juventude Presente

N	Indicador Unificado	Linha de Base	Fórmula	Nível de Desagregação	Meio de Verificação	Frequência de Monitoramento	Responsável	Tipo de Dado	Disponibilidade	Observações	TAG	Prioritário?	Programa
49	- Porcentagem da população em idade escolar matriculada em escolas, por sexo	%	$(\text{Número total de meninas de 12 a 18 anos matriculadas em escolas} \div \text{Número total de meninas de 12 a 18 anos}) \times 100$ $(\text{Número total de meninos de 12 a 18 anos matriculados em escolas} \div \text{Número total de meninos de 12 a 18 anos}) \times 100$	(Estado/Município)	Verificação de dados da Educação	Anualmente	SIEPE-SEE	Secundário	Viável em curto prazo (6-18 meses)	Dados NÃO disponibilizados	Educação; Juventude; Mulher	NÃO	Juventude Presente
50	- Proporção de jovens de 18 a 29 anos que não frequentam escola e com Fundamental incompleto (IVJ)	%	$(\text{Número de jovens de 18 a 29 anos que não frequentam escola e com Fundamental incompleto} \div \text{Número total de jovens de 18 a 29 anos}) \times 100$	(Estado/Município)	PNAD (abrangência regiões metropolitana e interior)	Anualmente	PNADC-IBGE	Secundário	Viável em curto prazo (6-18 meses)	Dados NÃO disponibilizados	Juventude; Educação; Território; IVJ	NÃO	Juventude Presente
51	- Proporção de pessoas de 25 anos ou mais com menos de quatro anos de estudo (IVJ)	%	$(\text{Pessoas de 25 anos ou mais com menos de quatro anos de estudo} \div \text{População total com 25 anos ou mais}) \times 100$	(Estado/Município)	Verificação dos títulos de escolaridade mais recentes da população; Survey	Anualmente	PNADC-IBGE	Secundário	Viável em curto prazo (6-18 meses)	Dados NÃO disponibilizados	Território; IVJ	NÃO	Juventude Presente
52	- Proporção de pessoas de 25 anos ou mais com Ensino Fundamental incompleto (IVJ)	%	$(\text{Pessoas de 25 anos ou mais com Ensino Fundamental incompleto} \div \text{População total com 25 anos ou mais}) \times 100$	(Estado/Município)	Verificação dos títulos de escolaridade mais recentes da população; Survey	Anualmente	PNADC-IBGE	Secundário	Viável em curto prazo (6-18 meses)	Dados NÃO disponibilizados	Território; IVJ	NÃO	Juventude Presente
53	- Proporção de pessoas de 25 anos ou mais com Superior completo ou incompleto (IVJ)	%	$(\text{Pessoas de 25 anos ou mais com curso Superior} \div \text{População total com 25 anos ou mais}) \times 100$	(Estado/Município)	Verificação dos títulos de escolaridade mais recentes da população; Survey	Anualmente	PNADC-IBGE	Secundário	Viável em curto prazo (6-18 meses)	Dados NÃO disponibilizados	Território; IVJ	NÃO	Juventude Presente
54	- Número de graduados no Ensino Superior por 100.000 habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	$(\text{Pessoas de 25 anos ou mais com curso Superior} \div \text{População total com 25 anos ou mais}) \times 100.000$	(Estado/Município)	Verificação dos títulos de escolaridade mais recentes da população; Survey	Anualmente	PNADC-IBGE	Secundário	Viável em curto prazo (6-18 meses)	Dados NÃO disponibilizados	Caracterização do Território	NÃO	Juventude Presente

N	Indicador Unificado	Linha de Base	Fórmula	Nível de Desagregação	Meio de Verificação	Frequência de Monitoramento	Responsável	Tipo de Dado	Disponibilidade	Observações	TAG	Prioritário?	Programa
55	- Número de incidentes/insegurança em espaços públicos (parques, centros urbanos, etc.) (UNODC)	Número absoluto	Número total de incidentes e situações de insegurança em espaços públicos	(Estado/Município/Bairro)	Verificação dos registros da Polícia Civil	Mensalmente	SDS	Primário	Necessária coleta de dados específica	Não encontrei informação	Caracterização do Território	SIM	Governo Presente
56	- Proporção da população que se sente segura andando sozinha na área em que vive (ODS)	%	(Número de pessoas que se sentem seguras andando sozinhas na área em que vivem ÷ Total de habitantes em determinado território) x 100	(Estado/Município/Bairro)	Aplicação de Survey e levantamento do Estado	Anualmente	Verificar	Primário	Necessária coleta de dados específica	O PNAD já produziu esse dado. "Características da Vitimização e do Acesso à Justiça". Não sabemos se ainda produz.	Acesso a Serviços	SIM	Governo Presente
57	- Tempo de resposta do departamento de Polícia a partir da chamada inicial (ISO 37123)	Média	(Soma de todos os tempos de resposta do departamento de Polícia após a chamada inicial ÷ Total de chamadas iniciais)	(Estado/Município/Bairro)	Verificação dos registros da Polícia Civil	Mensalmente	GACE-SDS	Primário	Necessária coleta de dados específica	Não encontrei informação	Polícia	SIM	Governo Presente
58	- Proporção de estudantes do Ensino Médio de escolas públicas que declararam ter utilizado drogas pelo menos uma vez no período de 12 meses (IVJ)	%	(Número de estudantes do Ensino Médio de escolas públicas que declararam ter utilizado drogas pelo menos uma vez nos últimos 12 meses ÷ Número total de estudantes do Ensino Médio de escolas públicas) x 100	(Estado/Município/Bairro)	Aplicação de Survey	Anualmente	Verificar	Primário	Necessária coleta de dados específica	Não encontrei informação	Uso de Drogas; IVJ	SIM	Juventude Presente
59	- Calçadas acessíveis (PCS)	Número absoluto	Número total de calçadas acessíveis a pessoas com deficiência	(Estado/Município/Bairro)	Levantamento do Estado	Semestralmente	Verificar	Primário	Necessária coleta de dados específica		Caracterização do Território	NÃO	Governo Presente

N	Indicador Unificado	Linha de Base	Fórmula	Nível de Desagregação	Meio de Verificação	Frequência de Monitoramento	Responsável	Tipo de Dado	Disponibilidade	Observações	TAG	Prioritário?	Programa
60	- Porcentagem da população que tem acesso conveniente a transporte público, por sexo, idade e pessoas com deficiência (ODS/ONU)	%	$(\text{População que tem acesso conveniente a transporte público por sexo [homem, mulher], idade [valores de 12 a 65 anos] e pessoas com deficiência [auditiva, visual, física, mental]} \div \text{Total da população por sexo [homem, mulher], idade [valores de 12 a 65 anos] e pessoas com deficiência [auditiva, visual, física, mental]}) \times 100$	(Estado/Município/Bairro)	Levantamento do Estado	Anualmente	Verificar	Primário	Necessária coleta de dados específica		Caracterização do Território; Acesso a Serviços	NÃO	Governo Presente
61	- Área verde (hectares) por 100.000 habitantes (ISO37120)	Área (hectares)	$(\text{Área verde em hectares}) \times 100.000 \text{ habitantes}$	(Estado/Município/Bairro)	Levantamento do Estado	Anualmente	SPVD	Primário	Necessária coleta de dados específica		Caracterização do Território	NÃO	Governo Presente
62	- Metros quadrados de espaço público de recreação ao ar livre per capita (ISO37120)	Número absoluto	Quantidade de praças, parques, ginásios esportivos ao ar livre	(Estado/Município/Bairro)	Levantamento do Estado	Anualmente	SPVD	Primário	Necessária coleta de dados específica		Caracterização do Território	NÃO	Governo Presente
63	- Metros quadrados de espaço público interno de recreação per capita (ISO37120)	Número absoluto	Quantidade de praças, parques, ginásios esportivos em ambiente interno	(Estado/Município/Bairro)	Levantamento do Estado	Anualmente	SPVD	Primário	Necessária coleta de dados específica		Caracterização do Território	NÃO	Governo Presente
64	- Há acesso equitativo a espaços, programas e instalações de recreação? (UNODC)	Sim/Não	Qualificação de como se dá o acesso a esses espaços e instalações	(Estado/Município/Bairro)	Levantamento do Estado	Anualmente	SPVD	Primário	Necessária coleta de dados específica		Caracterização do Território	NÃO	Governo Presente
65	- Proporção entre número de áreas de risco (violência) identificadas e número de áreas de risco requalificadas	%	$(\text{Número de áreas de risco identificadas} \div \text{Número de áreas de risco requalificadas}) \times 100$	(Estado/Município/Bairro)	Levantamento do Estado	Anualmente	SDS	Primário	Necessária coleta de dados específica		Caracterização do Território	NÃO	Governo Presente

N	Indicador Unificado	Linha de Base	Fórmula	Nível de Desagregação	Meio de Verificação	Frequência de Monitoramento	Responsável	Tipo de Dado	Disponibilidade	Observações	TAG	Prioritário?	Programa
66	- Área de influência direta de equipamentos de prevenção nos bairros	Área (km²)	Cálculo da área de influência direta de equipamentos de prevenção nos bairros em km²	(Bairro)	Levantamento com Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, Saúde e Assistência	Anualmente	SPVD	Primário	Necessária coleta de dados específica	Dados coletados	Caracterização do Território	NÃO	Governo Presente
67	- Mortes relacionadas a conflitos por 100.000 habitantes, por sexo, idade e causa (ODS)	Taxa por 100.000 habitantes	(Número de mortes de indivíduos do sexo masculino que tenham relação com conflito ÷ Número de habitantes do sexo masculino) x 100.000 (Número de mortes de indivíduos do sexo feminino que tenham relação com conflito ÷ Número de habitantes do sexo feminino) x 100.000 (Número de mortes de indivíduos de 12 a 17 anos que tenham relação com conflito ÷ Número de habitantes de 12 a 17 anos) x 100.000 (Número de mortes de indivíduos de 18 a 29 anos que tenham relação com conflito ÷ Número de habitantes de 18 a 29 anos) x 100.000 (Número de mortes de indivíduos de 30 a 45 anos que tenham relação com conflito ÷ Número de habitantes de 30 a 45 anos) x 100.000 (Número de mortes relacionadas a conflitos destrinchadas por causa ÷ Número de habitantes em determinado território) x 100.000	(Estado/Município/Bairro)	Verificação dos registros da Polícia Civil	Mensalmente	GACE-SDS	Secundário	Viável em longo prazo (36-48 meses)		Violência Letal	NÃO	Governo Presente

N	Indicador Unificado	Linha de Base	Fórmula	Nível de Desagregação	Meio de Verificação	Frequência de Monitoramento	Responsável	Tipo de Dado	Disponibilidade	Observações	TAG	Prioritário?	Programa
68	- Proporção da população que experimentou uma disputa nos últimos dois anos e que acessou um mecanismo formal ou informal de resolução de disputas, por tipo de mecanismo (ODS)	%	(Número de indivíduos que acessaram um mecanismo formal ou informal de resolução de disputa ÷ Número de habitantes em determinado território) x 100	(Estado/Município/Bairro)	Notificações de disputas e dados de acesso a mecanismos de resolução de disputas	Mensalmente	Verificar	Secundário	Viável em médio prazo (18-36 meses)		Segurança Pública; Acesso a Serviços	NÃO	Governo Presente
69	- Proporção de vítimas de violência nos últimos 12 meses que relataram sua vitimização às autoridades competentes ou outros mecanismos de resolução de conflitos oficialmente reconhecidos (ODS)	%	(Número de vítimas de violência que relataram sua vitimização às autoridades oficiais ÷ Número de habitantes em determinado território) x 100	(Estado/Município/Bairro)	Verificação dos registros da Polícia Civil	Anualmente	GACE-SDS	Secundário	Necessária coleta de dados específica		Segurança Pública; Acesso a Serviços	NÃO	Governo Presente
70	- Mulheres em medida protetiva	Número absoluto	Número total de mulheres em medida protetiva por território	(Estado/Município/Bairro)	Verificação dos registros da Polícia Civil	Anualmente	GACE-SDS	Secundário	Viável em longo prazo (36-48 meses)		Gênero	NÃO	Governo Presente
71	- Reincidência de homens violentos	%	(Número total de registros de homens violentos ÷ Número total de reincidentes dentro deste grupo) x 100	(Estado/Município/Bairro)	Verificação dos registros da Polícia Civil	Anualmente	GACE-SDS	Secundário	Viável em longo prazo (36-48 meses)		Gênero	NÃO	Governo Presente
72	- Tempo médio de atualização das motivações de CVLI	Média	(Soma do tempo de atualização das motivações de CVLI ÷ Quantidade de atualizações das motivações de CVLI)	(Estado/Município/Bairro)	Verificação dos registros da Polícia Civil	Mensalmente	GACE-SDS	Secundário	Viável em médio prazo (18-36 meses)		Violência Letal	NÃO	Observatório

N	Indicador Unificado	Linha de Base	Fórmula	Nível de Desagregação	Meio de Verificação	Frequência de Monitoramento	Responsável	Tipo de Dado	Disponibilidade	Observações	TAG	Prioritário?	Programa
73	- Tempo médio de atualização das motivações de Tentativa de CVLI	Média	(Soma do tempo de atualização das motivações de Tentativa de CVLI ÷ Quantidade de atualizações das motivações de Tentativa de CVLI)	(Estado/Município/Bairro)	Verificação dos registros da Polícia Civil	Mensalmente	GACE-SDS	Secundário	Viável em curto prazo (6-18 meses)		Violência Letal	NÃO	Observatório
74	- Existência de base cartográfica georreferenciada no setor de produção de informações em segurança pública	Sim/Não	Existência de base cartográfica georreferenciada no setor de produção de informações da Secretaria de Segurança Pública, Polícia Civil, Polícia Militar, Defesa Social e afins	(Estado/Município/Bairro)	Levantamento do Estado	Anualmente	Verificar	Secundário	Viável em curto prazo (6-18 meses)		Acesso à Informação	NÃO	Observatório
75	- Existência de base cartográfica georreferenciada no setor de registro de emergências (CIODS)	Sim/Não	Existência de base cartográfica georreferenciada no setor de registros de emergências	(Estado/Município/Bairro)	Verificação dos registros da Saúde	Anualmente	SIH-SES	Secundário	Viável em curto prazo (6-18 meses)		Acesso à Informação	NÃO	Observatório
76	- Periodicidade de repasse das informações da Polícia Militar e Civil à Secretaria de Defesa Social	Média	(Soma do tempo demorado para o repasse de cada informação da Polícia Militar e Civil à SDS ÷ Total de informações)	(Estado/Município/Bairro)	Verificação em banco de dados da Secretaria de Defesa Social	Anualmente	GACE-SDS	Secundário	Viável em curto prazo (6-18 meses)		Acesso à Informação	NÃO	Observatório
77	- Existência de documento regulamentando formalmente as competências do setor de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública, por instituição	Sim/Não	Existência de documento regulamentando formalmente as competências do setor de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública, analisado por instituição: Polícia Militar, Polícia Civil, Secretaria de Defesa Social	(Estado/Município)	Verificação nos registros da Polícia Civil, Polícia Militar e Secretaria de Defesa Social	Anualmente	GACE-SDS	Secundário	Viável em curto prazo (6-18 meses)		Acesso à Informação	NÃO	Observatório

N	Indicador Unificado	Linha de Base	Fórmula	Nível de Desagregação	Meio de Verificação	Frequência de Monitoramento	Responsável	Tipo de Dado	Disponibilidade	Observações	TAG	Prioritário?	Programa
78	- Porcentagem de profissionais da equipe de coleta e tratamento de dados das secretarias afetas ao tema de prevenção que possuem capacitação específica para a função	%	(Número de profissionais de coleta e tratamento de dados das secretarias que possuem capacitação no tema ÷ Número total de profissionais da equipe de coleta e tratamento de dados) x 100	(Estado/Município)	Verificação em banco de dados da Secretaria de Defesa Social	Anualmente	SDS	Secundário	Necessária coleta de dados específica		Acesso à Informação	NÃO	Observatório
79	- Investimento anual em pesquisas sobre crime e violência	Número absoluto	Número total de reais/dólares gastos em pesquisas sobre crime e violência por ano	(Estado/Município/Bairro)	Verificação com a Secretaria de Defesa Social	Anualmente	Verificar	Secundário	Viável em médio prazo (18-36 meses)		Acesso à Informação; Segurança Pública	NÃO	Observatório
80	- Porcentagem de Pedidos de Acesso à Informação relacionados a crime e violência respondidos dentro do prazo legal	%	(Total de Pedidos de Acesso à Informação relacionados a crime e violência respondidos dentro do prazo legal ÷ Total de Pedidos de Acesso à Informação relacionados a crime e violência) x 100	(Estado/Município/Bairro)	Verificação com a Secretaria de Defesa Social	Anualmente	Verificar	Secundário	Viável em médio prazo (18-36 meses)		Acesso à Informação	NÃO	Observatório
81	- Número de Pedidos de Acesso à Informação relacionados a crime e violência registrados	Número absoluto	Total de Pedidos de Acesso à Informação relacionados a crime e violência registrados	(Estado/Município/Bairro)	Verificação com a Secretaria de Defesa Social	Anualmente	Verificar	Secundário	Viável em médio prazo (18-36 meses)		Acesso à Informação	NÃO	Observatório
82	- Periodicidade de atualização de dados relacionados a crime e violência nos portais oficiais	Média	(Soma do tempo demorado para a realização de uma atualização de dados relacionados a crime e violência nos portais oficiais ÷ Total de dados relacionados a crime e violência nos portais oficiais)	(Estado/Município/Bairro)	Verificação com a Secretaria de Defesa Social	Anualmente	Verificar	Secundário	Viável em médio prazo (18-36 meses)		Acesso à Informação	NÃO	Observatório

N	Indicador Unificado	Linha de Base	Fórmula	Nível de Desagregação	Meio de Verificação	Frequência de Monitoramento	Responsável	Tipo de Dado	Disponibilidade	Observações	TAG	Prioritário?	Programa
83	- Existência de sistema informatizado integrando as informações da sua organização com as seguintes instituições: Polícia Civil, Polícia Militar, Disque-Denúncia, Guarda Municipal, Sistema Prisional, Secretaria de Defesa, Secretaria de Justiça, Polícia Técnico-Científica ou Sistema Judiciário	Sim/Não	Existência de sistema informatizado integrando as informações da sua organização com as instituições: Polícia Civil, Polícia Militar, Disque-Denúncia, Guarda Municipal, Sistema Prisional, Secretaria de Defesa, Secretaria de Justiça, Polícia Técnico-Científica ou Sistema Judiciário	(Estado/Município)	Verificação com as respectivas instituições (Polícia Civil, Polícia Militar, Disque-Denúncia, Guarda Municipal, Sistema Prisional, Secretaria de Defesa, Secretaria de Justiça, Polícia Técnico-Científica ou Sistema Judiciário)	Anualmente	Verificar	Secundário	Necessária coleta de dados específica		Acesso à Informação	NÃO	Observatório
84	- Porcentagem de renovação dos equipamentos da organização, por Secretaria	%	(Equipamentos renovados nos últimos 36 meses, por Secretaria ÷ Total de equipamentos da organização) x 100	(Estado/Município)	Verificação com as respectivas instituições (Diferentes Secretarias dos governos Municipal e Estadual)	A cada três anos	Verificar	Secundário	Necessária coleta de dados específica		Acesso à Informação	NÃO	Observatório
85	- Quantidade de profissionais existentes e ideais para os setores de Tecnologia da Informação, segundo a função a ser exercida e a instituição	Número absoluto	Número total de profissionais ideais para os setores de Tecnologia da Informação, separados por função a ser exercida e instituição	(Estado/Município)	Verificação do banco de dados da Secretaria de Defesa Social	Anualmente	Verificar	Secundário	Necessária coleta de dados específica		Acesso à Informação	NÃO	Observatório
86	- Proporção de pessoas com uso problemático de drogas que não trabalham e não estudam	%	(Número total de usuários de drogas que não trabalham e não estudam ÷ Número total de indivíduos com uso problemático de drogas) x 100	(Estado/Município/Bairro)	Verificação dos registros da Saúde e dos registros da Assistência Social	Anualmente	SES E SDSCJ	Secundário	Viável em longo prazo (36-48 meses)		Uso de Drogas; Educação; Mercado de Trabalho	NÃO	Programa Atitude

N	Indicador Unificado	Linha de Base	Fórmula	Nível de Desagregação	Meio de Verificação	Frequência de Monitoramento	Responsável	Tipo de Dado	Disponibilidade	Observações	TAG	Prioritário?	Programa
87	- Proporção de pessoas em idade economicamente ativa com uso problemático de drogas e inserção precária no mercado de trabalho	%	(Número total de pessoas com idade economicamente ativa [15 a 65 anos] que fazem uso problemático de drogas e possuem inserção precária no mercado de trabalho ÷ Número total de indivíduos em idade economicamente ativa [15 a 65 anos]) x 100	(Estado/Município/Bairro)	Verificação dos registros da Saúde e dos registros da Assistência Social	Anualmente	SES E SDSCJ	Secundário	Viável em longo prazo (36-48 meses)		Uso de Drogas; Mercado de Trabalho	NÃO	Programa Atitude
88	- Taxa de desemprego de pessoas em idade economicamente ativa e com uso problemático de drogas	Taxa por 100.000 habitantes	(Número total de pessoas com idade economicamente ativa [15 a 65 anos] que fazem uso problemático de drogas e estão desempregadas ÷ Número total de indivíduos em idade economicamente ativa [15 a 65 anos]) x 100.000	(Estado/Município/Bairro)	Verificação dos registros da Saúde e dos registros da Assistência Social	Anualmente	SES E SDSCJ	Secundário	Viável em longo prazo (36-48 meses)		Uso de Drogas; Mercado de Trabalho	NÃO	Programa Atitude
89	- Proporção de mulheres com uso problemático de drogas que são mães adolescentes (de 12 a 18 anos)	%	(Número total de usuárias de drogas que são mães adolescentes [12 a 18 anos] ÷ Número total de mulheres usuárias de drogas com 12 a 18 anos) x 100	(Estado/Município/Bairro)	Verificação dos registros da Saúde e dos registros da Assistência Social	Anualmente	SES E SDSCJ	Secundário	Viável em longo prazo (36-48 meses)		Uso de Drogas; Gênero	NÃO	Programa Atitude
90	- Proporção de pessoas com uso problemático de drogas que são adolescentes de 12 a 18 anos que não frequentam escola	%	(Número total de adolescentes [12 a 18 anos] usuários de drogas que não frequentam a escola ÷ Número total de usuários de drogas de 12 a 18 anos) x 100	(Estado/Município/Bairro)	Verificação dos registros da Saúde e dos registros da Assistência Social	Anualmente	SES E SDSCJ	Secundário	Necessária coleta de dados específica		Uso de Drogas; Juventude; Educação	NÃO	Programa Atitude

N	Indicador Unificado	Linha de Base	Fórmula	Nível de Desagregação	Meio de Verificação	Frequência de Monitoramento	Responsável	Tipo de Dado	Disponibilidade	Observações	TAG	Prioritário?	Programa
91	- Proporção de pessoas com uso problemático de drogas que são jovens de 19 a 29 anos que não frequentam escola	%	(Número total de jovens [19 a 29 anos] usuários de drogas que não frequentam a escola ÷ Número total de usuários de drogas de 19 a 29 anos) x 100	(Estado/Município/Bairro)	Verificação dos registros da Saúde e dos registros da Assistência Social	Anualmente	SES E SDSCJ	Secundário	Necessária coleta de dados específica		Uso de Drogas; Juventude; Educação	NÃO	Programa Atitude
92	- Proporção de pessoas com uso problemático de drogas que estão em idade escolar e matriculadas	%	(Número total de pessoas usuárias de drogas em idade escolar [6 a 17 anos] que estão matriculadas em escolas ÷ Número total de pessoas usuárias de drogas em idade escolar [6 a 17 anos]) x 100	(Estado/Município/Bairro)	Verificação dos registros da Saúde e dos registros da Assistência Social	Anualmente	SES E SDSCJ	Secundário	Necessária coleta de dados específica		Uso de Drogas; Juventude; Educação	NÃO	Programa Atitude
93	- Proporção de pessoas com uso problemático de drogas que são jovens (18 a 29 anos) que não frequentam escola e com Fundamental incompleto (IVJ)	%	(Número total de jovens [18 a 29 anos] usuários de drogas que não frequentam escola e possuem Fundamental incompleto ÷ Número total de jovens usuários de drogas [18 a 29 anos]) x 100	(Estado/Município/Bairro)	Verificação dos registros da Saúde e dos registros da Assistência Social	Anualmente	SES E SDSCJ	Secundário	Necessária coleta de dados específica		Uso de Drogas; Juventude; Educação; IVJ	NÃO	Programa Atitude
94	- Taxa de incidência de AIDS segundo categoria de transmissão (Usuários de Drogas Injetáveis – UDI) (IVJ)	%	(Número de indivíduos que fazem uso de drogas injetáveis e estão com AIDS ÷ Número total de indivíduos que fazem uso de drogas injetáveis) x 100	(Estado/Município/Bairro)	Verificação dos registros da Saúde e dos registros da Assistência Social	Anualmente	SES E SDSCJ	Secundário	Viável em médio prazo (18-36 meses)		Uso de Drogas; Saúde; IVJ	NÃO	Programa Atitude
95	- Proporção de pessoas com uso problemático de drogas que possuem RG	%	(Número de usuários de drogas que possuem RG ÷ Número de usuários de drogas total) x 100	(Estado/Município/Bairro)	Verificação dos registros da Saúde e dos registros da Assistência Social	Anualmente	SES E SDSCJ	Secundário	Necessária coleta de dados específica		Uso de Drogas	NÃO	Programa Atitude
96	- Proporção de pessoas com uso problemático de drogas que possuem conta bancária	%	(Número de usuários de drogas que possuem conta bancária ÷ Número de usuários de drogas total) x 100	(Estado/Município/Bairro)	Verificação dos registros da Saúde e dos registros da Assistência Social	Anualmente	SES E SDSCJ	Secundário	Necessária coleta de dados específica		Uso de Drogas	NÃO	Programa Atitude

N	Indicador Unificado	Linha de Base	Fórmula	Nível de Desagregação	Meio de Verificação	Frequência de Monitoramento	Responsável	Tipo de Dado	Disponibilidade	Observações	TAG	Prioritário?	Programa
97	- Proporção de pessoas com uso problemático de drogas que tiveram consulta médica nos últimos 12 meses	%	(Número de usuários de drogas que acessaram consulta médica nos últimos 12 meses ÷ Número de usuários de drogas total) x 100	(Estado/Município/Bairro)	Verificação dos registros da Saúde e dos registros da Assistência Social	Anualmente	SES E SDSCJ	Secundário	Viável em médio prazo (18-36 meses)		Uso de Drogas	NÃO	Programa Atitude
98	- Número de pessoas com uso problemático de drogas cadastradas no CadÚnico	Número absoluto	Número total de usuários de drogas que estão cadastradas no CadÚnico	(Estado/Município/Bairro)	Verificação dos registros da Saúde e dos registros da Assistência Social	Semestralmente	SES E SDSCJ	Secundário	Necessária coleta de dados específica		Uso de Drogas	NÃO	Programa Atitude
99	- Número de pessoas com uso problemático de drogas beneficiárias de programas de transferência de renda	Número absoluto	Número total de usuários de drogas que estão cadastrados em programas de transferência de renda (Bolsa Família, etc.)	(Estado/Município/Bairro)	Verificação dos registros da Saúde e dos registros da Assistência Social	Semestralmente	SES E SDSCJ	Secundário	Necessária coleta de dados específica		Uso de Drogas	NÃO	Programa Atitude
100	- Número de pessoas com uso problemático de drogas que se encontram em situação de rua	Número absoluto	Número total de usuários de drogas que estão em situação de rua	(Estado/Município/Bairro)	Verificação dos registros da Saúde e dos registros da Assistência Social	Semestralmente	SES E SDSCJ	Secundário	Viável em médio prazo (18-36 meses)		Uso de Drogas	NÃO	Programa Atitude
101	- Número de pessoas com uso problemático de drogas que se encontram em situação de rua no CadÚnico	Número absoluto	Número total de usuários de drogas que estão cadastrados no CadÚnico e se encontram em situação de rua	(Estado/Município/Bairro)	Verificação dos registros da Saúde e dos registros da Assistência Social	Semestralmente	SES E SDSCJ	Secundário	Necessária coleta de dados específica		Uso de Drogas	NÃO	Programa Atitude
102	- Número de pessoas com uso problemático de drogas que se encontram em situação de rua em programas de transferência de renda	Número absoluto	Número total de usuários de drogas que estão cadastrados em programas de transferência de renda (Bolsa Família, etc.) e se encontram em situação de rua	(Estado/Município/Bairro)	Verificação dos registros da Saúde e dos registros da Assistência Social	Anualmente	SES E SDSCJ	Secundário	Necessária coleta de dados específica		Uso de Drogas	NÃO	Programa Atitude

N	Indicador Unificado	Linha de Base	Fórmula	Nível de Desagregação	Meio de Verificação	Frequência de Monitoramento	Responsável	Tipo de Dado	Disponibilidade	Observações	TAG	Prioritário?	Programa
103	- Número de pessoas com uso problemático de drogas que se encontram em situação de rua acompanhadas por serviços de proteção social especial	Número absoluto	Número total de usuários de drogas que estão em situação de rua e são acompanhados por serviços de proteção social especial	(Estado/Município/Bairro)	Verificação dos registros da Saúde e dos registros da Assistência Social	Semestralmente	SES E SDSCJ	Secundário	Necessária coleta de dados específica		Uso de Drogas	NÃO	Programa Atitude
104	- Número de pessoas com uso problemático de drogas que se encontram em situação de rua acompanhadas por serviços especializados de saúde (CAPS)	Número absoluto	Número total de usuários de drogas que estão em situação de rua e são acompanhados por serviços especializados de saúde (CAPS)	(Estado/Município/Bairro)	Verificação dos registros da Saúde e dos registros da Assistência Social	Semestralmente	SES E SDSCJ	Secundário	Necessária coleta de dados específica		Uso de Drogas	NÃO	Programa Atitude
105	- Relação demanda vs número de profissionais capacitados para atendimento especializado em serviços de cuidado a pessoas com uso problemático de drogas	Razão	(Número de pessoas em atendimento para uso problemático de drogas ÷ Número total de profissionais capacitados para atendimento em serviços de cuidado a pessoas com uso problemático de drogas)	(Estado/Município/Bairro)	Verificação dos registros da Saúde e dos registros da Assistência Social		SES E SDSCJ		Viável em médio prazo (18-36 meses)		Uso de Drogas; Saúde e Demografia	NÃO	Programa Atitude
106	- Proporção de pessoas com uso problemático de drogas atendidas por ano, por tipo de equipamento (público e privado)	%	(Número de pessoas com uso problemático de drogas atendidas em determinado equipamento de saúde (público e privado) ÷ Número estimado de pessoas com uso problemático de drogas) x 100	(Estado/Município/Bairro)	Verificação dos registros da Saúde e dos registros da Assistência Social	Anualmente	SES E SDSCJ	Secundário	Viável em médio prazo (18-36 meses)		Uso de Drogas	NÃO	Programa Atitude
107	- Número de encaminhamentos entre serviços, por tipo de equipamento (público e privado)	Número absoluto	Número total de pessoas encaminhadas entre serviços por tipo de equipamento	(Estado/Município/Bairro)	Verificação dos registros da Saúde e dos registros da Assistência Social	Anualmente	SES E SDSCJ	Secundário	Viável em longo prazo (36-48 meses)		Saúde e Demografia	NÃO	Programa Atitude

N	Indicador Unificado	Linha de Base	Fórmula	Nível de Desagregação	Meio de Verificação	Frequência de Monitoramento	Responsável	Tipo de Dado	Disponibilidade	Observações	TAG	Prioritário?	Programa
108	- Proporção de pessoas vítimas de lesões corporais e ameaças relacionadas a drogas atendidas pelo programa Atitude vs Número de lesões corporais e ameaças relacionadas ao uso problemático de drogas	%	$(\text{Número de pessoas vítimas de lesões corporais e ameaças relacionadas a drogas atendidas pelo Programa Atitude} \div \text{Número de lesões corporais e ameaças relacionadas ao uso problemático de drogas}) \times 100$	(Estado/ Município/ Bairro)	Verificação dos registros do Programa Atitude, registros da Saúde e das Assistências Sociais	Anualmente	SES E SDSCJ	Secundário	Viável em médio prazo (18-36 meses)		Uso de Drogas; Saúde e Demografia	NÃO	Programa Atitude
109	- Número de serviços que atendem pessoas com uso problemático de drogas nos territórios prioritários	Número absoluto	Número total de serviços que atendem pessoas com uso problemático de drogas nos territórios prioritários	(Estado/ Município/ Bairro)	Levantamento do Estado	Anualmente	SES E SDSCJ	Secundário	Necessária coleta de dados específica		Uso de Drogas	NÃO	Programa Atitude
110	- Número de serviços especializados em situações de violência relacionadas a pessoas com uso problemático de drogas nos territórios prioritários	Número absoluto	Número total de serviços especializados em situações de violência com indivíduos com uso problemático de drogas nos territórios prioritários	(Estado/ Município/ Bairro)	Levantamento do Estado	Anualmente	SES E SDSCJ	Secundário	Necessária coleta de dados específica		Uso de Drogas	NÃO	Programa Atitude
111	- Número de pessoas com uso problemático de drogas e em situação de risco/ameaça encaminhadas ao programa Atitude a partir de outros equipamentos públicos	Número absoluto	Número total de pessoas que fazem uso problemático de drogas, se encontram em situação de risco/ameaça e foram encaminhadas ao programa Atitude por meio de outros equipamentos públicos	(Estado/ Município/ Bairro)	Verificação de dados do Programa Atitude	Anualmente	SES E SDSCJ	Secundário	Viável em médio prazo (18-36 meses)		Uso de Drogas; Saúde e Demografia	NÃO	Programa Atitude

N	Indicador Unificado	Linha de Base	Fórmula	Nível de Desagregação	Meio de Verificação	Frequência de Monitoramento	Responsável	Tipo de Dado	Disponibilidade	Observações	TAG	Prioritário?	Programa
112	- Número de pessoas com uso problemático de drogas sem situação de risco/ameaça encaminhadas pelo Atitude a outros equipamentos públicos	Número absoluto	Número total de pessoas que fazem uso problemático de drogas, NÃO se encontram em situação de risco/ameaça e foram encaminhadas pelo programa Atitude para outros equipamentos públicos	(Estado/Município/Bairro)	Verificação de dados do Programa Atitude	Anualmente	SES E SDSCJ	Secundário	Viável em médio prazo (18-36 meses)		Uso de Drogas; Saúde e Demografia	NÃO	Programa Atitude
113	- Número de pessoas do Atitude com formação específica para atendimento de pessoas com uso problemático de drogas em situação de risco de morte ou ameaça	Número absoluto	Número total de pessoas do Programa Atitude que possuem capacitação para o atendimento de pessoas com uso problemático de drogas em situação de risco de morte ou ameaça	(Estado/Município/Bairro)	Verificação de dados do Programa Atitude	Anualmente	SES E SDSCJ	Secundário	Viável em curto prazo (6-18 meses)		Uso de Drogas; Saúde e Demografia	NÃO	Programa Atitude
114	- Investimento em treinamento de equipes técnicas do Programa Atitude	Valor em reais	Valor total do investimento realizado em treinamento das equipes técnicas do Programa Atitude	(Estado/Município/Bairro)	Verificação de dados do Programa Atitude	Anualmente	SPVD	Secundário	Viável em médio prazo (18-36 meses)		Investimento Público	NÃO	Programa Atitude
115	- Relação demanda vs número de profissionais de gestão capacitados para atendimento especializado em serviços de cuidado a pessoas com uso problemático de drogas em situação de violência	%	(Demanda de profissionais de gestão capacitados para o atendimento especializado em serviços de cuidado a pessoas com uso problemático de drogas e em situação de violência ÷ Número de profissionais de gestão capacitados para o atendimento especializado em serviços de cuidado a pessoas com uso problemático de drogas e em situação de violência) x 100	(Estado/Município/Bairro)		Anualmente	SIAES	Secundário	Viável em médio prazo (18-36 meses)		Uso de Drogas; Saúde e Demografia	NÃO	Programa Atitude

N	Indicador Unificado	Linha de Base	Fórmula	Nível de Desagregação	Meio de Verificação	Frequência de Monitoramento	Responsável	Tipo de Dado	Disponibilidade	Observações	TAG	Prioritário?	Programa
116	- Investimento em treinamento de equipes de gestão do Programa Atitude	Valor em reais	Valor total do investimento realizado em treinamento das equipes de gestão do Programa Atitude	(Estado)	Verificação de dados do Programa Atitude	Anualmente	Verificar	Secundário	Viável em curto prazo (6-18 meses)		Investimento Público	NÃO	Programa Atitude
117	- CVLI relacionado a drogas	Número absoluto	Número total de CVLIs relacionados a drogas que foram registrados	(Estado/Município/Bairro)	Verificação dos registros da Polícia Civil	Anualmente	GACE-SDS	Secundário	Viável em curto prazo (6-18 meses)		Uso de Drogas	NÃO	Programa Atitude
118	- Proporção de tentativas de homicídios relacionadas à dinâmica de drogas que foram consumadas/proporção de tentativas consumadas por usuários do Programa	%	(Número de tentativas de homicídios relacionadas à dinâmica de drogas que foram consumadas ÷ Tentativas consumadas por usuários do Programa) x 100	(Estado/Município/Bairro)	Verificação dos registros da Polícia Civil	Anualmente	GACE-SDS	Secundário	Viável em médio prazo (18-36 meses)		Uso de Drogas	NÃO	Programa Atitude
119	- Taxa de uso nocivo do álcool, definida pelo conceito de consumo per capita (entre maiores de 15 anos) de todo o álcool puro disponível em um ano	%	(Quantidade de álcool utilizado de forma nociva, per capita de indivíduos de 15 anos ou mais ÷ Todo o álcool puro disponível em um ano) x 100	(Estado/Município/Bairro)	Verificação dos registros da Saúde	Anualmente	SIA-SES	Secundário	Necessária coleta de dados específica		Uso de Drogas	NÃO	Programa Atitude
120	- Porcentagem da população entre pessoas com 15 anos ou mais que consome tabaco	%	(População de 15 anos ou mais que consome tabaco ÷ População total de determinado território) x 100	(Estado/Município/Bairro)		Anualmente	SIA-SES	Secundário	Viável em médio prazo (18-36 meses)		Uso de Drogas	NÃO	Programa Atitude
121	- Número de pessoas com transtornos de uso de drogas, por tipo	Número absoluto	Número total de pessoas com transtornos de uso de drogas, diferenciado por tipo de droga	(Estado/Município)	Verificação dos registros da Saúde	Anualmente	SIA-SES	Secundário	Viável em médio prazo (18-36 meses)		Uso de Drogas	NÃO	Programa Atitude

N	Indicador Unificado	Linha de Base	Fórmula	Nível de Desagregação	Meio de Verificação	Frequência de Monitoramento	Responsável	Tipo de Dado	Disponibilidade	Observações	TAG	Prioritário?	Programa
122	- Prevalência de uso de drogas na vida em cidades com mais de 200 mil habitantes, por gênero (Relatório Brasileiro sobre Drogas, 2009)	%	(Quantidade de pessoas que utilizam drogas [listar tipos de drogas considerados], por gênero ÷ População das cidades com mais de 200 mil habitantes no Estado de Pernambuco [Recife, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Caruaru, Petrolina, Paulista e Cabo de Santo Agostinho]) x 100	(Estado/Município)	Verificação dos registros da Saúde, da Assistência Social e aplicação de <i>Survey</i>	Anualmente	SIA-SES	Secundário	Viável em longo prazo (36-48 meses)		Uso de Drogas	NÃO	Programa Atitude
123	- Prevalência de uso de drogas na vida em cidades com mais de 200 mil habitantes, por faixa etária (Relatório Brasileiro sobre Drogas, 2009)	%	(Quantidade de pessoas que utilizam drogas [listar tipos de drogas considerados], por faixa etária [12-17 anos; 18-29 anos; 30-45 anos; 46-60 anos; 61+ anos] ÷ População das cidades com mais de 200 mil habitantes no Estado de Pernambuco [Recife, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Caruaru, Petrolina, Paulista e Cabo de Santo Agostinho]) x 100	(Estado/Município)	Verificação dos registros da Saúde, da Assistência Social e aplicação de <i>Survey</i>	Anualmente	SIA-SES	Secundário	Viável em longo prazo (36-48 meses)		Uso de Drogas	NÃO	Programa Atitude
124	- Proporção de adolescentes de 12 a 17 anos em atendimento (relacionado à violência) nos Conselhos Tutelares vs população de adolescentes de 12 a 17 anos	%	(Número total de adolescentes de 12 a 17 anos em atendimento nos Conselhos Tutelares por motivos de violência ÷ População total de adolescentes de 12 a 17 anos) x 100	(Estado/Município/Bairro)	Verificação dos registros de Assistências Sociais	Anualmente	SDSCJ	Secundário	Viável em longo prazo (36-48 meses)		Juventude	NÃO	Juventude Presente
125	- Adolescentes cumprindo medidas socioeducativas (Cidades Sustentáveis)	Número absoluto	Número total de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas	(Estado/Município/Bairro)	Verificação dos registros da Polícia Civil	Anualmente	SDSCJ	Secundário	Viável em médio prazo (18-36 meses)		Juventude	NÃO	Juventude Presente

N	Indicador Unificado	Linha de Base	Fórmula	Nível de Desagregação	Meio de Verificação	Frequência de Monitoramento	Responsável	Tipo de Dado	Disponibilidade	Observações	TAG	Prioritário?	Programa
126	- Porcentagem de crianças em internação que foram visitadas por pais, responsáveis ou um membro adulto da família nos últimos 3 meses (UNODC)	%	$(\text{Número de crianças em internação que foram visitadas por pais, responsáveis ou membro adulto da família nos últimos 3 meses} \div \text{Número total de crianças em internação}) \times 100$	(Estado/Município)	Verificação de registros das casas de internação de adolescentes	Trimestralmente	SDSCJ	Secundário	Viável em longo prazo (36-48 meses)		Juventude	NÃO	Juventude Presente
127	- Proporção de adolescentes de 12 a 17 anos responsáveis pelo domicílio	%	$(\text{Número de adolescentes de 12 a 17 anos responsáveis pelo domicílio} \div \text{Número total de adolescentes de 12 a 18 anos}) \times 100$	(Estado/Município/Bairro)	PNAD (abrangência regiões metropolitana e interior)		Verificar	Secundário	Viável em médio prazo (18-36 meses)		Juventude; IVJ	NÃO	Juventude Presente
128	- Porcentagem de alunos que concluem o Ensino Secundário: taxa de sobrevivência (ISO37120/WCCD)	%	$(\text{Número total de alunos de escolas públicas que concluem o Ensino Secundário} \div \text{Número total de alunos originalmente matriculados na primeira série do Ensino Secundário}) \times 100$	(Estado/Município/Bairro)	Verificação dos dados da Educação		Verificar	Secundário	Viável em médio prazo (18-36 meses)		Educação; Juventude	NÃO	Juventude Presente
129	- Porcentagem de distorção idade/série no Ensino Médio	%	$(\text{Número total de alunos com mais de 2 anos de atraso escolar no Ensino Médio} \div \text{Número total de alunos no Ensino Médio}) \times 100$	(Estado/Município/Bairro)	Verificação dos dados da Educação	Anualmente	SIEPE-SEE	Secundário	Viável em curto prazo (6-18 meses)		Educação; Juventude	NÃO	Juventude Presente
130	- Crianças e adolescentes que sofreram violência sexual (Cidades Sustentáveis)	Número absoluto	Número de crianças e adolescentes (5 a 17 anos) que relataram terem sofrido violência sexual	(Estado/Município)	Conselhos Tutelares	Anualmente	Verificar	Secundário	Viável em médio prazo (18-36 meses)		Juventude	NÃO	Juventude Presente
131	- Incidentes/insegurança baseada na escola (UNODC)	Número absoluto	Número de incidentes relacionados à insegurança baseada na escola	(Estado/Município)	Secretaria de Educação	Anualmente	Verificar	Secundário	Viável em curto prazo (6-18 meses)		Educação; Juventude	NÃO	Juventude Presente

N	Indicador Unificado	Linha de Base	Fórmula	Nível de Desagregação	Meio de Verificação	Frequência de Monitoramento	Responsável	Tipo de Dado	Disponibilidade	Observações	TAG	Prioritário?	Programa
132	- Taxa de desemprego dos jovens de 18 a 29 anos (IVJ)	%	$(\text{Número de pessoas de 18 a 29 anos sem inserção no mercado de trabalho} \div \text{Número total de pessoas de 18 a 29 anos}) \times 100$	(Estado/Município)	Verificação do número de ocupações potencialmente precárias	Anualmente	PNADC-IBGE	Secundário	Viável em curto prazo (6-18 meses)	Dados NÃO disponibilizados	Território; IVJ	NÃO	Juventude Presente
133	- Proporção de jovens de 18 a 29 anos com inserção precária no mercado de trabalho (no total dos jovens ocupados) (IVJ)	%	$(\text{Número de pessoas de 18 a 29 anos, ocupadas, sem contribuição para Instituto de Previdência em qualquer trabalho} \div \text{Número total de pessoas de 18 a 29 anos ocupadas}) \times 100$	(Estado/Município)	Verificação do número de ocupações potencialmente precárias	Anualmente	PNADC-IBGE	Secundário	Viável em curto prazo (6-18 meses)	Dados NÃO disponibilizados	Território; IVJ	NÃO	Juventude Presente
134	- Proporção de adolescentes de 12 a 18 anos responsáveis pelo domicílio (IVJ)	%	$(\text{Número total de adolescentes [12 a 18 anos] responsáveis pelo domicílio} \div \text{Número total de adolescentes de 12 a 18 anos}) \times 100$	(Estado/Município/Bairro)	PNAD (abrangência regiões metropolitana e interior)	Anualmente	PNADC-IBGE	Secundário	Viável em curto prazo (6-18 meses)		Território; IVJ	NÃO	Juventude Presente
135	- Porcentagem de Mortes decorrentes de Intervenção Policial (ICAP)	%	$(\text{Número total de vítimas de CVLI com motivação excludente de ilicitude} \div \text{Número total de vítimas de CVLIs}) \times 100$	(Estado/Município/Bairro)	Verificação dos registros da Polícia Civil	Mensalmente	GACE-SDS	Secundário	Viável imediatamente (0-6 meses)	Dados coletados	Violência Letal; Relação Polícia e Comunidade	NÃO	Indicadores de Apoio
136	- Mortes de policiais em confronto em serviço (ICAP)	Número absoluto	Número total de policiais mortos em serviço	(Estado/Município/Bairro)	Verificação dos registros da Polícia Civil	Mensalmente	GACE-SDS	Secundário	Viável em curto prazo (6-18 meses)	Dados coletados	Violência Letal; Relação Polícia e Comunidade	NÃO	Indicadores de Apoio
137	- Mortes de policiais em confronto na folga (ICAP)	Número absoluto	Número total de policiais mortos na folga	(Estado/Município/Bairro)	Verificação dos registros da Polícia Civil	Mensalmente	Fogo Cruzado	Secundário	Viável em médio prazo (18-36 meses)	Dados coletados	Violência Letal; Relação Polícia e Comunidade	NÃO	Indicadores de Apoio
138	- Ferimentos de Policiais em confronto em serviço	Número absoluto	Número de policiais feridos em serviço	(Estado/Município/Bairro)	Verificação dos registros da Polícia Civil	Mensalmente	Fogo Cruzado	Secundário	Viável em médio prazo (18-36 meses)	Dados coletados	Relação Polícia e Comunidade	NÃO	Indicadores de Apoio
139	- Existência de discriminações praticadas por policiais contra civis durante abordagem policial (ICAP)	Número absoluto	Número de registros de discriminação e abuso policial	(Estado/Município/Bairro)	Verificação dos registros da Polícia Civil	Mensalmente	CIODS-SDS	Secundário	Viável em médio prazo (18-36 meses)	Dados NÃO disponibilizados	Relação Polícia e Comunidade	NÃO	Indicadores de Apoio

N	Indicador Unificado	Linha de Base	Fórmula	Nível de Desagregação	Meio de Verificação	Frequência de Monitoramento	Responsável	Tipo de Dado	Disponibilidade	Observações	TAG	Prioritário?	Programa
140	- Existência de desacato praticado contra policiais (em serviço) (ICAP)	Número absoluto	Número de registros de desacato praticado contra policiais	(Estado/Município/Bairro)	Verificação dos registros da Polícia Civil	Mensalmente	CIODS-SDS	Secundário	Viável em médio prazo (18-36 meses)	Dados NÃO disponibilizados	Relação Polícia e Comunidade	NÃO	Indicadores de Apoio
141	- Existência de instâncias de diálogo e interação da polícia com as juventudes (espaços comunitários, junto à rede escolar, entre outros) (ICAP)	Sim/Não	Existência de instâncias de diálogo e interação da polícia com as juventudes (espaços comunitários, junto à rede escolar, entre outros)	(Estado/Município/Bairro)	Verificação dos registros da Polícia Militar	Anualmente	Polícia Militar	Secundário	Viável em médio prazo (18-36 meses)	Dados NÃO disponibilizados	Relação Polícia e Comunidade	NÃO	Governo Presente
142	- Porcentagem das vítimas de violência nos últimos 12 meses que reportaram sua experiência para autoridades competentes ou outros mecanismos oficialmente reconhecidos de resolução de conflitos	%	(Vítimas de violência nos últimos 12 meses que reportaram sua experiência para autoridades competentes ou outros mecanismos ÷ Casos de violência denunciados) x 100	(Estado/Município/Bairro)	Notificações de casos de violência	Anualmente	SPVD	Secundário	Viável em longo prazo (36-48 meses)	Dados NÃO disponibilizados	Escalada da Violência; Programas de Prevenção/Proteção	NÃO	Governo Presente
143	- Porcentagem de pessoas vítimas de violência que foram atendidas pelos equipamentos de saúde	%	(Número de vítimas de violência que deram entrada nos serviços de saúde ÷ Número de vítimas de violência registradas nos equipamentos de segurança) x 100	(Estado/Município/Bairro)	Notificações de casos de violência	Anualmente	GACE-SDS e SES	Secundário	Viável em longo prazo (36-48 meses)	Dados NÃO disponibilizados	Escalada da Violência; Programas de Prevenção/Proteção	NÃO	Governo Presente
144	- Porcentagem de pessoas vítimas de violência que foram atendidas pelo CREAS	%	(Número de vítimas de violência que deram entrada nos serviços de assistência ÷ Número de vítimas de violência registradas nos equipamentos de segurança) x 100	(Estado/Município/Bairro)	Notificações de casos de violência	Anualmente	GACE-SDS e SDSCJ	Secundário	Viável em longo prazo (36-48 meses)	Dados NÃO disponibilizados	Escalada da Violência; Programas de Prevenção/Proteção	NÃO	Governo Presente
145	- Egressos do sistema prisional com baixa qualificação	Número absoluto	Número de egressos do sistema prisional com até Ensino Médio incompleto	(Estado/Município/Bairro)	Verificação dos dados do Patronato	Mensalmente	PATRONATO-SJDH	Secundário	Viável imediatamente (0-6 meses)	Dados coletados	Prisional	NÃO	Indicadores de Apoio

N	Indicador Unificado	Linha de Base	Fórmula	Nível de Desagregação	Meio de Verificação	Frequência de Monitoramento	Responsável	Tipo de Dado	Disponibilidade	Observações	TAG	Prioritário?	Programa
146	- Egressos do sistema prisional desempregados	Número absoluto	Número de egressos do sistema prisional desempregados	(Estado/Município/Bairro)	Verificação dos dados do Patronato	Mensalmente	PATRONATO-SJDH	Secundário	Viável imediatamente (0-6 meses)	Dados coletados	Prisional	NÃO	Indicadores de Apoio
147	- Estupros sofridos por mulheres	Número absoluto	Número total de ocorrências de estupros	(Estado/Município/Bairro)	Verificação dos registros da Polícia Civil	Mensalmente	GACE-SDS	Secundário	Viável em curto prazo (6-18 meses)	Dados NÃO disponibilizados	Escalada da Violência; Mulheres	NÃO	Indicadores de Apoio
148	- Violência contra mulher (física, sexual, psicológica e patrimonial)	Número absoluto	Número de meninas e mulheres vítimas de violência física, sexual, psicológica e patrimonial	(Estado/Município)	Verificação dos registros da Saúde	Mensalmente	SINAN-SES	Secundário	Viável em curto prazo (6-18 meses)	Dados NÃO disponibilizados	Escalada da Violência; Mulheres	NÃO	Indicadores de Apoio
149	- Porcentagem de mulheres que foram vítimas de violência por seus parceiros (ODS/ONU)	%	(Número total de mulheres que foram vítimas de violência por seus parceiros ÷ Número total de mulheres vítimas) x 100	(Estado/Município)	Verificação dos registros da Saúde	Mensalmente	SINAN-SES	Secundário	Viável em curto prazo (6-18 meses)	Dados NÃO disponibilizados	Escalada da Violência; Mulheres	NÃO	Indicadores de Apoio
150	- Ameaças/violências sofridas por profissional da Educação dentro das escolas	Número absoluto	Número de registro de ameaças e violências sofridas por profissionais da Educação dentro das escolas	(Estado/Município/Bairro)	Verificação dos dados da Educação	Mensalmente	SOE-SEE	Secundário	Viável em médio prazo (18-36 meses)	Dados NÃO disponibilizados	Escalada da Violência; Educação	NÃO	Juventude Presente

Disponibilidade dos indicadores:

Viável imediatamente (0-6 meses)

Viável em curto prazo (6-18 meses)

Viável em médio prazo (18-36 meses)

Viável em longo prazo (36-48 meses)

Necessária coleta de dados específica

REFERÊNCIAS

- BISOGNO, E. **Patterns of Homicide at the Global Level: Which Indicators for Crime Prevention?** Global Study on Homicide. **Anais...**2011.
- HOPE, T. **Implementing crime prevention measures.** London: Her Majesty Stationery Office, 1986.
- LÉONARD, L. **Advancing Effective Crime Prevention through the Use of Data and Information.** Building a safe and resilient Canada. **Anais...**2014.
- MAIA, T. P.; ASSIS, M. A. Monitoring the crime prevention policy in Minas Gerais. **Brazilian Journal of Public Administration**, v. 54, n. 3, p. 545–560, 2020.
- RUMMENS, A. **Criteria for the evaluation of crime prevention practices.** Ghent, Belgium: European Crime Prevention Network, 2016.
- SALES, R. S. F. **Nota técnica 001/2021: Ajustando o olhar sobre Prevenção do crime e à violência.** Recife: Cooperação Pernambuco, 2021.
- SILVEIRA, A. M.; PEIXOTO, B. **Manual de Avaliação de Programas de Prevenção à violência.** Brasília: Organização Panamericana de Saúde, Ano 2010.
- THE WORLD BANK. **The Logframe Handbook: A Logical Framework Approach to Project Cycle Management.** Washington DC: [s.n.]. Disponível em: <https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Evaluation-Reports-_Shared-With-OPEV_/00158077-EN-WB-LOGICALFRAMEWORK-HANDBOOK.PDF>. Acesso em: 20 mar. 2021.
- TILLEY, N. Thinking about Crime Prevention Performance Indicators. **Crime Detection & Prevention Series - Home Office Police Research Group**, n. 57, p. 1–210, 2014.
- TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Referencial de Controle de Políticas Públicas.** Brasília: Tribunal de Contas da União, 2000.
- UN-HABITAT. **United Nations System-Wide Guidelines on Safer Cities and Human Settlements.** Nairobi: United Nations, 2020.
- UNODC. **PROMOVENDO A PREVENÇÃO AO CRIME: Diretrizes e projetos selecionados.** Brasília, fev. 2004.
- UNODC. **Handbook on the Crime Prevention Guidelines: Making them work.** New York: UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME, 2010a.
- UNODC. **Handbook on the crime prevention guidelines : making them work.** New York: United Nations, 2010b.
- UNODC. **Report on the Urban Safety Governance Assessment in Mathare, Nairobi City.** Nairobi: United Nations Office on Drugs and Crime, 2020.
- UNODC. **Safety Governance Approach for Safe, Inclusive, and Resilient Cities: A Practical Guide for conducting Safety Governance Assessments in urban environments.** Viena, 2021a. Acesso em: 6 dez. 2021
- UNODC. **Urban Safety Governance: addressing the root causes of threats to city safety.** Vienna: The Commission on Crime Prevention and Criminal Justice, 2021b.
- UNODC; UN-HABITAT. **Ferramenta de Avaliação de Prevenção ao crime: Kit de ferramentas de avaliação da justiça criminal.** Nova Iorque, 2010.
- WHITZMAN, C. Community safety indicators: Are we measuring what counts? **Urban Policy and Research**, v. 26, n. 2, p. 197–211, 2008.

APÊNDICE

1. MEMÓRIA DE ÁRVORES (PROBLEMAS E OBJETIVOS) DO MARCO LÓGICO

PROBLEMA	#	Objetivo Geral			
Existência de territórios desorganizados espacialmente que favorecem atividades criminosas e/ou violentas.	OG1	Diminuir as oportunidades para eventos criminosos e/ou violentos em espaços públicos através do fomento à requalificação de espaços urbanos com melhoria das condições de habitabilidade, favorecendo a apropriação e o uso dos espaços públicos pela população.			
CAUSAS	Objetivos de Impacto	CONSEQUÊNCIAS	Produtos		
- Problemas de iluminação pública.	O11	Estimular bairros favoráveis à circulação segura das pessoas e aumentar a sensação de segurança através do estímulo à requalificação da iluminação pública pelos municípios em áreas mais violentas.	- Maior vulnerabilidade das pessoas ao circularem nos bairros/comunidades. - Ruas escuras/perigosas.	P1 Convênio com os municípios prioritários para requalificação conjunta de áreas urbanas selecionadas com foco em requalificação da iluminação pública, conservação do patrimônio arquitetônico, redução de espaços públicos hostis, criação de espaços públicos inclusivos e integração dos bairros através da mobilidade ativa na cidade.	
- Ausência de pontos de ônibus sinalizados, calçadas, ciclovias/ciclofaixas que favoreçam a mobilidade ativa na cidade.	O12	Estimular a integração intra e inter bairros mais violentos através de melhoria da infraestrutura urbana (pontos de ônibus sinalizados, calçadas adequadas, ciclovias/ciclofaixas, etc.) para mobilidade ativa.	- Diminuição do número de pessoas nas ruas e restrição aos tipos de uso do espaço público. - Diminuição da integração entre as partes do bairro e criação de áreas de risco.		
- Má conservação do patrimônio arquitetônico e espaços públicos hostis.	O13	Estimular a conservação e novos usos de edificações ociosas localizadas em áreas de maior incidência de crimes violentos das cidades selecionadas.	- Impede o uso do espaço de maneira cidadã pela comunidade. - Espaços coletivos dominados pelo uso e tráfico de drogas (lícitas e ilícitas).		
- Adensamento desordenado nas comunidades.	O14	Estimular padrões mais adequados de urbanização nas cidades que garantam a habitabilidade, especialmente em áreas de maior incidência de crimes/violência.	- Ambiência insalubre no território, inclusive com impacto nas relações sociais. - Becos e vielas sem condições de transitar/habitar. - Favorece o conflito por questões de convivência cotidiana (água, lixo, barulho, etc.).		

- Ruas desertas/muros altos/arquitetura do medo/ausência dos "olhos da rua". - Estimular atividades diversificadas em locais considerados inseguros pela população nas cidades selecionadas. - Estimular ruas povoadas, muros baixos, arquitetura amigável e "olhos da rua". - Estimular bairros favoráveis à circulação segura de pessoas.	O15	Estimular ruas povoadas, com atividades diversificadas, muros baixos, arquitetura amigável e "olhos da rua" em locais considerados inseguros pela população nas áreas mais violentas das cidades selecionadas.	- Favorecimento da ocorrência de Crimes Violentos contra o Patrimônio (CVP). - Quebra do senso de comunidade.	P2 Edital para organizações locais da Sociedade Civil para desenvolvimento de eventos culturais nos bairros e ocupação sistemática de espaços públicos.
- Mercado ilegal de drogas funcionando à luz do dia (tráfico).	O16	Mapear as áreas vulneráveis nos territórios (por exemplo, a do mercado ilegal de drogas que funciona à luz do dia) e demais fatores que fazem o território ser vulnerável à violência.	- Dificuldade de entrada das Políticas de Prevenção nesses territórios. - Restrição da circulação das pessoas e das atividades dos bairros em locais. - Apropriação de propriedades (imóveis). - Presença de armas na comunidade. - Aliciamento de jovens.	P3 Aplicativo Vizinhaça "watch" para construção de mapas colaborativos de pontos vulneráveis nas comunidades.
PROBLEMA	#	Objetivo Geral		
34,6% do total dos CVLIs de PE são Crimes de Proximidade (Violência Interpessoal + Crimes por Intolerância).	OG2	Diminuir a ocorrência de crimes de proximidade (quais? - trazer definição) nos territórios selecionados através da promoção da prática da não violência na perspectiva da desconstrução de valores históricos e culturais indutores da violência, e com foco na cultura de paz.		
CAUSAS	Objetivos de Impacto	CONSEQUÊNCIAS	Produtos	
- Dificuldade de acessar serviços de controle em ocorrências de vizinhança (som alto, brigas, etc.) de maneira ágil.	O17	Estimular o atendimento ágil das ocorrências em virtude de conflitos comunitários em áreas mais violentas.	- Demora no atendimento das situações de conflito e possível escalada da violência. - Descrédito das Instituições de Segurança Pública. - Aumento da sensação de Impunidade.	P4 Monitoramento do tempo de resposta a ocorrências policiais nas áreas selecionadas, de maneira articulada ao Observatório da Prevenção, fornecendo informação qualificada e inteligência em prevenção para as Secretarias afeitas ao tema.
- Fácil acesso a armas.	O18	Estimular a redução da circulação de armas de fogo nas áreas mais violentas através do policiamento orientador para armas.	- Maior letalidade em situações de conflito.	P5 Capacitação das equipes da Polícia Militar para policiamento com foco na redução da circulação de armas de fogo nas comunidades selecionadas.

- Tradição de Resolução violenta de conflitos e dificuldade de dialogar.	O19	Reduzir a opção pela resolução violenta de conflitos comunitários através da difusão de valores de cultura de paz, da comunicação não violenta, mediação de conflitos e justiça restaurativa.	- Mortes por questões passíveis de serem solucionadas pelo diálogo.	P6 Monitoramento de agressões e ameaças nas comunidades, com estímulo ao registro das ocorrências e fornecimento de instâncias de mediação de conflito/justiça restaurativa.
PROBLEMA	#	Objetivo Geral		
1) Inexistência de uma estrutura que integre e articule as informações estratégicas para política de prevenção existentes no estado; 2) Inexistência de tratamento/análise e disponibilização dos dados para que possam ser consumidos para tomada de decisão e controle social da política de prevenção. .	OG3	Atuar na produção e sistematização de informação estratégica para subsidiar tomada de decisão na Política de Prevenção de maneira integrada e articulada com demais áreas de políticas públicas de Pernambuco.		
CAUSAS	Objetivos de Impacto	CONSEQUÊNCIAS	Produtos	
- Subnotificação de casos; nem todos os casos de violência e criminalidade são registrados. - Ausência de chave-única que integre diferentes bancos de dados.	O110	Melhorar a captação e registro de dados sobre CRIME, VIOLÊNCIA, FATORES DE RISCO e FATORES DE PROTEÇÃO em Pernambuco.	- Atuação desfocada.	P7 Atualização de protocolos de alimentação, auditoria e limpeza de base de dados sobre crime, violência, fatores de risco e fatores de proteção. P8 Capacitação das equipes da Polícia Militar para policiamento com foco na redução da circulação de armas de fogo nas comunidades selecionadas.
- Coleta de informação precária.	O111	Qualificar a produção de informação sobre causas da violência, indicando fatores de risco e de proteção em Pernambuco.	- Desconhecimento sobre as dinâmicas de crime/violência no território. - Dificuldade de avaliar a efetividade das ações implementadas. - Dificuldade de focar recursos para problemas centrais.	P9 Produção interna de pesquisas sobre causas da violência e fatores de risco e de proteção. P10 Edital aberto de pesquisas a partir de dados do Observatório. P11 Seminário anual de produção de dados para subsidiar políticas de prevenção.

- Cultura do não compartilhamento da informação.	O112	Articular a participação das diferentes secretarias na construção integrada e no monitoramento das estratégias de prevenção.	- Personificação da disponibilidade da informação (boa vontade do gestor para passar dados). Falta de protocolo de compartilhamento dos dados. - Sobreposição das ações.	P12 Estruturação de grupos de trabalho temáticos intersecretarias para melhoria dos bancos de dados e das informações.
- Ausência de protocolos de compartilhamento de dados de forma segura. - Falta de cultura de transparência de dados.	O113	Estabelecer procedimentos e protocolos de acesso, segurança, compartilhamento e transparência de dados.	- Gestão da Informação rudimentar (sistemas rudimentares, coleta precária e processamento inadequado).	P13 Elaboração do Decreto de criação do Observatório. P14 Estruturação da estratégia de compartilhamento e níveis de acesso entre secretarias. P15 Adequação do fornecimento de informações sobre crime, violência e fatores de risco e de proteção aos parâmetros de transparência da LAI. P16 Criação de um boletim de acesso público a análises periódicas de prevenção.
PROBLEMA	#	Objetivo Geral		
1) Grande percentual de casos de tentativas de homicídio relacionadas à dinâmica de drogas; 2) Grande percentual de CVLI relacionado à dinâmica de drogas.	OG4	Reduzir agressões, ameaças, tentativas de homicídio e homicídios relacionados a drogas através da oferta de serviços especializados para atendimento de pessoas com uso problemático de drogas em situação de ameaça (ou risco).		
CAUSAS	Objetivos de Impacto		CONSEQUÊNCIAS	Produtos
- Precarização econômica dos usuários de drogas e envolvimento em pequenos delitos e no mercado ilegal de drogas para pagar dívidas/subsidiar o uso.	O115	Promoção de fatores protetivos associados à segurança e organização financeira de pessoas com uso problemático de drogas: elevação da escolaridade, qualificação profissional, acesso ao mercado formal, acesso a serviços públicos e programas sociais (CadÚnico, Bolsa Família, etc.).	- Alto índice de endividamento pelo uso problemático de drogas, ameaças por dívidas e conflitos entre usuários.	P18 Projeto de reinserção produtiva, qualificação profissional e geração de renda de pessoas com uso problemático de drogas e em situação de ameaça, e seus familiares.

- Vulnerabilidade social relacionada ao uso problemático de drogas.	O116	Reduzir a vulnerabilidade social de pessoas com uso problemático de drogas através da promoção do acesso a serviços públicos, acesso a direitos e promoção da cidadania, e fortalecimento de vínculos familiares.	- Aumento do risco de violência, dificuldade e/ou não acesso a rede de serviços públicos (educação, saúde, benefícios, etc.), insegurança alimentar, problemas familiares/violência, precarização do ambiente de moradia.	P19 Acompanhamento multiprofissional do público beneficiário e seus familiares, com apoio ao acesso de serviços públicos, acesso a direitos, e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.
- Situação de rua de pessoas com uso problemático de drogas.	O117	Promover a proteção social de pessoas em situação de rua com uso problemático de drogas.	- Desproteção de usuários sem residência e fácil exposição a agressores potenciais.	P20 - Articulação do acesso de pessoas em situação de rua aos serviços públicos; - Atitude nas ruas: sensibilização e orientação de pessoas em situação de rua para estratégias de redução de danos, bem como oferta de acolhimento para público específico do Atitude.
- Deficiência de protocolo único de triagem do público atendido pelo Programa (usuários de drogas em situação de ameaça) e encaminhamento interno a partir de diagnóstico personalizado.	O118	Promover atendimento adequado a níveis distintos de vulnerabilidade e risco no interior do Programa através de protocolo único de triagem e encaminhamento.	- Variabilidade de critérios de avaliação do usuário, despadronização de classificação de casos e problemas de seleção e direcionamento do público específico do Programa.	P21 Capacitação de equipes multiprofissionais no Instrumental de categorização de situações de ameaça e risco de morte, e no Protocolo de intervenção para grupos das categorias definidas.
- Dificuldade em identificar quais as vulnerabilidades que as pessoas atendidas apresentam e em como trabalhar isso em conjunto com outros serviços de cuidado.	O119	Criar metodologias de planejamento, matriciamento e gerenciamento de casos para identificação das vulnerabilidades específicas de cada pessoa, e acesso a serviços relacionados.	- Atendimento e encaminhamentos inadequados do público, admissão de público não específico ao Programa, desassistência do público específico por ocupação inadequada de vagas.	P22 - Instrumental de categorização de situações de ameaça e risco de morte; - Protocolo de intervenção para grupos das categorias definidas.

- Protocolos burocratizados para atendimento de situações de risco/ameaça relacionadas a drogas nos serviços (saúde, assistência, educação, etc.). Não atendimento do usuário específico do Atitude em outros serviços das redes. Não integração do Atitude a outras redes de atenção.	OI20	Agilizar processos burocráticos e fluxo de encaminhamentos de pessoas em situações de risco/ameaça relacionadas a drogas entre serviços públicos (saúde, assistência, educação, etc.), definindo responsabilidade compartilhada.	- Dificuldade de atendimento imediato às pessoas em situações de risco/ameaça relacionadas a drogas nos serviços públicos (saúde, assistência, educação, etc.), gerando descrédito dos serviços.	P23 Protocolos intersetoriais de atuação do Programa com demais serviços públicos, definindo responsabilidade compartilhada.
- Atendimento insuficiente dos serviços previstos nas políticas públicas. Serviços especializados têm dificuldade de atender pessoas em vulnerabilidade, risco social e ameaça em decorrência da dinâmica das drogas.	OI21	Sensibilizar, articular e capacitar serviços públicos nos territórios para atenção conjunta ao público atendido pelo Programa.	- Desassistência às pessoas em vulnerabilidade, risco social e ameaça em decorrência da dinâmica das drogas.	P24 1-Mapeamento de serviços públicos relacionados à atenção, cuidado e proteção social nos territórios de atuação prioritária; 2-Campanha de sensibilização acerca da demanda específica do Atitude para equipes profissionais e gestoras de serviços públicos relacionados à atenção, cuidado e proteção social nos territórios de atuação prioritária; 3-Capacitação de profissionais de serviços públicos relacionados ao atendimento de pessoas com uso problemático de drogas para atendimento especializado do público específico do Atitude. 4-Articulação para desenvolvimento de estratégias de cooperação e atuação conjunta com serviços públicos relacionados à atenção, cuidado e proteção social.
- Déficit na formação (teórica e prática) da equipe multiprofissional no atendimento aos usuários de drogas.	OI22	Promover a formação teórica e prática de equipes multiprofissionais no atendimento aos usuários de drogas como forma de qualificar o serviço ofertado.	- Dificuldade no atendimento ao público específico por desconhecimento da problemática, estigmatização e ausência de ferramental teórico-metodológico adequado.	P25 - Projeto Sócio-Pedagógico do Atitude; - Curso de curta duração em formato EAD; - Curso de Especialização; - Programa de Estágio.
- Baixa qualificação na gestão de serviços/programas públicos de atenção.	OI23	Garantir qualificação técnica adequada para profissionais em funções de gestão de serviços de atenção a pessoas com uso problemático de drogas, promovendo a integração de serviços e a resposta especializada para casos de violência.	- Dificuldade de gestão de um serviço complexo, com supervisão e orientação do nível operacional e atuação em rede.	P26 Programa de formação direcionada aos profissionais da gestão.

- Ausência de serviços especializados para atender pessoas em alta vulnerabilidade/ameaçadas em decorrência da dinâmica das drogas.	OI24	Reduzir o número de mortes de pessoas em alta vulnerabilidade/ameaçadas em decorrência da dinâmica das drogas através da promoção de atendimento ágil e encaminhamento para serviço especializado.	- Aumento da exposição das pessoas a tentativas de CVLI em decorrência da dinâmica das drogas. Aumento do número de CVLI de pessoas em decorrência da dinâmica das drogas.	P27 Sistema de Gestão de público beneficiário, com categorização de risco aperfeiçoada, gestão do tempo e fluxos de atendimento na rede.
PROBLEMA	#	Objetivo Geral		
Envolvimento de adolescentes (12 a 17 anos) em atividades violentas e/ou criminosas, seja como vítimas ou autores, nos bairros com maior vitimização de jovens de PE.	OG5	Reduzir o envolvimento de adolescentes (12 a 17 anos) em atividades violentas e/ou criminosas, seja como vítimas ou autores, nos bairros com maior vitimização de jovens de PE.		
CAUSAS	Objetivos de Impacto		CONSEQUÊNCIAS	Produtos
- Ausência de Supervisão parental, rejeição parental ou supervisão parental opressora, agressiva, negativa.	OI25	Articular e acompanhar o atendimento, acolhimento e orientação de Adolescentes (e familiares) envolvidos em atividades violentas e/ou criminosas nos bairros com maior vitimização de jovens de PE.	- Pouco controle sobre atividades dos adolescentes, que estabeleça limites e regras de comportamento; ausência de ambiente de segurança e orientação.	P28 Mobilização da Rede de Serviços voltados para atendimento dos adolescentes (12 a 17 anos) envolvidos em atividades violentas e/ou criminosas nos territórios, com foco no fortalecimento de relações de supervisão, orientação e acolhimento de Adolescentes e seus familiares.
- Convivência em ambiente doméstico com uso de álcool e drogas, por vezes violência, e/ou atividade criminal, etc.	OI26	Articulação e fortalecimento da rede protetiva dos adolescentes para promoção de escuta e orientação do jovem com participação de responsáveis.	- Contato precoce com uso abusivo de álcool e outras drogas; naturalização de hábitos prejudiciais, exposição à violência.	P29 - Edital de fortalecimento de Coletivos Locais (em conjunto com Governo Presente) - com premiação de Boas Práticas em Prevenção da Violência com foco na juventude; - Premiação de boas práticas a partir de Edital de fortalecimento de Coletivos Locais.

- Convivência com atividades criminosas desde muito cedo, que despertam interesse por elementos que lhe confirmam poder, riqueza e liderança de maneira rápida (Ethos Guerreiro).	O127	Construir e fortalecer referências positivas que influenciem a trajetória dos jovens, promovam a superação de barreiras simbólicas, e ampliação de repertório cultural.	- Facilidade no aliciamento de adolescentes por atividades criminosas; desinteresse pela trajetória escolar; prisão e morte precoce de adolescentes.	P30 - Hackathon sobre soluções para jovens e para violência no território; - Edital Intercâmbio Social (Internacional) (Premiação do Hackathon); - Circular interoficinas (regional); - Coalização de articulação de agentes de Prevenção nas Torcidas Organizadas.
- Ausência de referências positivas que influenciem a trajetória dos jovens; falta de acesso a oportunidades educativas, culturais e profissionais valorizadas pelo jovem; barreiras simbólicas aos indivíduos e pouco repertório cultural.	O128	Fomentar oportunidades educativas, culturais e profissionais valorizadas pelos adolescentes nas escolas, organizações sociais e comunitárias e equipamentos públicos dos bairros com maior vitimização de jovens de PE.	- Ausência de uma visão política sobre seu lugar no mundo e de perspectiva de futuro, de construir um projeto de vida; baixa autoestima, sentimento de não pertencimento e dificuldade de autocohecimento; desinteresse por atividades educativas, culturais e profissionais; estagnação e ausência de protagonismo.	P31 - Oficinas de Conexão Sociocultural; - PAPO RETO: roda de diálogos com especialistas sobre temas voltados para a juventude; - Circuito de arte-debate com jovens em espaços de poder das cidades.
- Ausência de atividades atrativas para os jovens nos territórios no contraturno; dificuldade da escola em conquistar e manter os jovens; incapacidade da escola de acolher/absorver/cuidar/alinhar seus interesses educacionais com os dos jovens.	O129	Fomentar atividades atrativas para os jovens nos territórios no contraturno; apoiar a escola para conquistar e manter os jovens; amplificar a capacidade da escola de acolher/absorver/cuidar/alinhar seus interesses educacionais com os dos jovens.	- Desinteresse pela escola, evasão escolar, diminuição da capacidade da escola em proteger os adolescentes.	P32 - Escola - Núcleos de Cultura de Paz; - Oficinas de Conexão Sociocultural.

PROBLEMA	#	Objetivo Geral		
Envolvimento de jovens (18 a 29 anos) em atividades violentas e/ou criminosas, seja como vítimas ou autores, nos bairros com maior vitimização de jovens de PE.	OG6	Reduzir o envolvimento de jovens (18 a 29 anos) em atividades violentas e/ou criminosas, seja como vítimas ou autores, nos bairros com maior vitimização de jovens de PE.		
CAUSAS	Objetivos de Impacto		CONSEQUÊNCIAS	Produtos
- Não continuidade da trajetória escolar e profissional.	O130	Fortalecer fatores protetivos de Envolvimento de jovens (18 a 29 anos) em atividades violentas e/ou criminosas através da promoção da continuidade da trajetória escolar e/ou acesso ao mundo do trabalho formal.	- Perda da proteção da escola; falta de perspectiva no Mercado de Trabalho e de desenvolvimento profissional, falta de visão de carreira e de futuro, ociosidade.	P33 - Núcleo de acompanhamento de Universos Prioritários para identificação de necessidades e potencialidades dos jovens, e encaminhamento a novas oportunidades educacionais e profissionais;
- Envolvimento em atividades criminosas e violência durante a adolescência; passagem por instituições socioeducativas e/ou prisionais.	O131	Promover a ressignificação da trajetória de jovens com histórico de envolvimento em atividades criminosas/violência através da articulação de atividades profissionais e de capacitação, e acesso ao mundo do trabalho formal, nos bairros com maior vitimização de jovens de PE.	- Exclusão social e estigmatização, vínculos com pessoas em atividades criminosas, quebra da autoestima, maior dificuldade em acessar oportunidades.	P34 - Selo para parceiros da Prevenção.

AJUSTANDO O OLHAR SOBRE PREVENÇÃO DO CRIME E À VIOLÊNCIA

Nota Técnica Nº 001/2021 UNODC
 Responsável Técnico: Rafael S. F. Sales
 Supervisão: Eduardo Pazinato

Algumas questões preliminares

Crime e a vitimização são motivados **por muitos fatores causais ou subjacentes**. São o resultado de uma ampla **gama de fatores e circunstâncias** que influenciam as vidas de **indivíduos e famílias** à medida que crescem, e dos **ambientes** locais, e das **situações e oportunidades** que facilitam a vitimização e a ofensa.

“Deste modo, um elemento fundamental à idéia de prevenção seria a possibilidade de identificar fatores de risco ou mecanismos causais, bem como elementos de proteção, sem os quais a operacionalização de qualquer medida antecipatória constituiria um experimento às cegas” (SILVEIRA, 2007. Pp.60).

O conhecimento sobre os **fatores** que colocam populações, comunidades e indivíduos em **risco** permite que os programas de prevenção sejam direcionados a áreas e bairros de alto risco, ou a grupos de indivíduos que já estão envolvidos na ofensa ou em risco. (...)

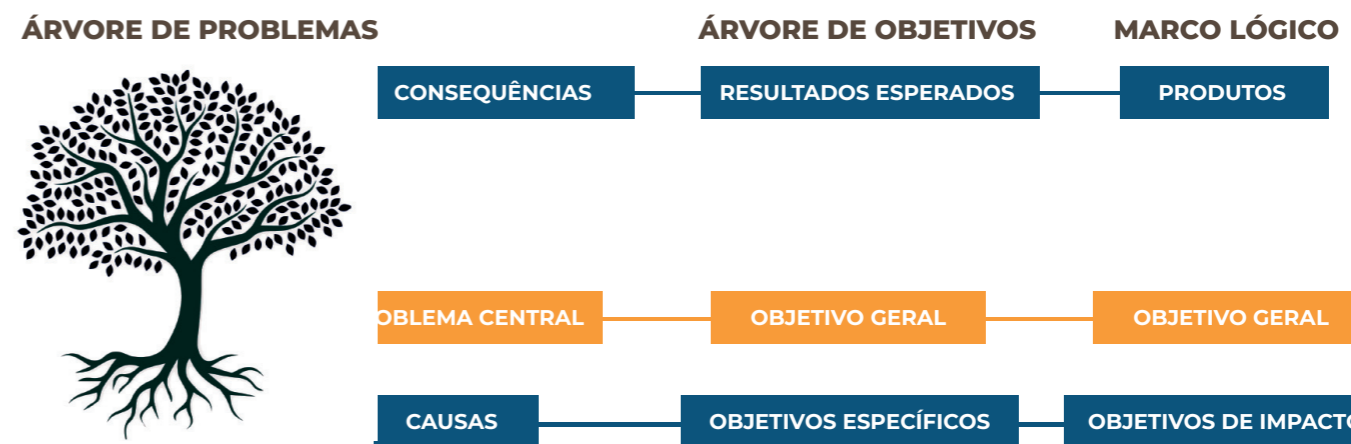
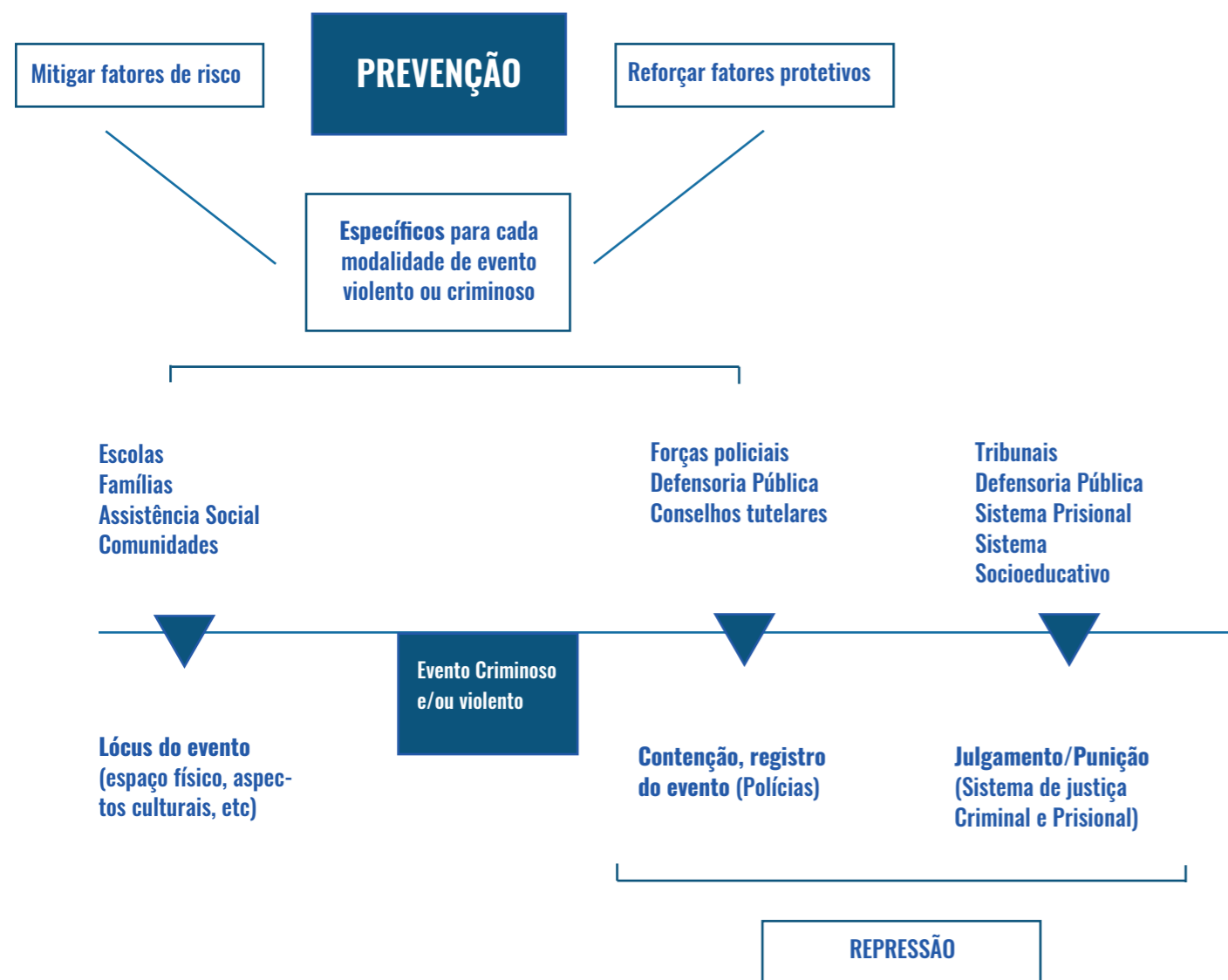
Tal direcionamento de programas e fundos para atender às maiores necessidades tem se mostrado **uma forma eficaz e econômica de reduzir os níveis de criminalidade e vitimização**. (UNODC, 2010) (p.11)

Uma abordagem mais positiva envolve examinar a qualidade conhecida como **resiliência** e a capacidade das cidades, comunidades e indivíduos de evitar o crime e a vitimização, apesar de suas circunstâncias. Os chamados **fatores de proteção**(...)

Algumas perguntas norteadoras

Que tipo de crimes/violências queremos prevenir?	Onde ocorrem?	Quando ocorrem?	Quem são as vítimas?	Quem são os algozes?	Quais são as possíveis motivações?
Crimes violentos (Homicídio, Estupro e agressão sexual, Roubo/Assalto, Perseguição/intimidação, Latrocínio, Lesão corporal seguida de morte, etc)	<ul style="list-style-type: none"> Dentro de casa Fora de casa Espaços Públicos Escolas Etc. 	<ul style="list-style-type: none"> Dias de semana Finais de Semana Madrugada Final de tarde Etc. 	<ul style="list-style-type: none"> Idade Sexo/Gênero Raça/Cor Vítimas secundárias Etc. 	<ul style="list-style-type: none"> Idade Sexo/Gênero Raça/Cor Relação com a vítima Etc. 	<ul style="list-style-type: none"> Crimes de ódio (homofobia, racismo, etc) Feminicídio Envolvimento em grupos criminosos Etc.
Crime não violentos (Crimes contra propriedade, Crime do colarinho branco, Cibercrime, Invasão de propriedade, Furto, Furto de veículos, Estelionato e fraude)					

Foco da Prevenção



	Resumo Narrativo	Indicadores	Meios de Verificação	Riscos
Objetivo Geral		Impacto		
Objetivos de Impacto		Impacto		
Produtos		Impacto		
Atividades		Processo		

Matriz de Indicadores

Utilização de **métricas nacionais e internacionais** para consolidação de Indicadores relacionados à Prevenção;

Depuração de indicadores a partir de Projetos Existentes na SPVD e em consonância com o **Pacto pela Vida**;

Suporte à definição de Metas e **tomada de decisão com base em evidências científicas**;

Para cada 1% a mais de jovens entre 15 e 17 anos nas escolas, há uma diminuição de 2% na taxa de homicídio do município. Cerqueira e Moura (Cerqueira e Moura, 2014, 2015)

O aumento de 1% na taxa de desemprego dos homens jovens (15 a 29 anos) contribui para o aumento da taxa de homicídio no município em questão de 2,5%. (Cerqueira e Moura, 2014, 2015)

Homens com nível universitário tem 15,9 vezes menos chance de sofrerem assassinato do que aqueles com até sete anos de estudo. (Cerqueira et al, 2016)

Parametrização a partir das melhores práticas de **Key Performance Indicators (KPIs)**;
 Apoio à **priorização de áreas estratégicas** (territoriais e temáticas).

Carteira de Indicadores (preliminar)

ODS	ISO 37120	Cidades Sustentáveis	International Centre for the Prevention of Crime	UNODC	ICAP/ UNODC
16.1.1 Number of victims of intentional homicide per 100,000 population, by sex and age	14.1 Number of police officers per 100 000 population (core indicator)	Acessos negados no sistema de informação ao cidadão	Victimisation rates related to burglary	Registros hospitalares de lesões e mortes	Existência de desacato praticado contra policiais (em serviço);
16.1.2 Conflict-related deaths per 100,000 population, by sex, age and cause	14.2 Number of homicides per 100 000 population (core indicator)	Adolescentes cumprindo medidas socioeducativas	Victimisation rates related to robbery	Incidência de crimes raciais ou de ódio	Existência de lesões corporais praticadas por policiais contra civis durante abordagem policial (x desacato – item 11);
16.1.3 Proportion of population subjected to (a) physical violence, (b) psychological violence and (c) sexual violence in the previous 12 months	14.3 Crimes against property per 100 000 (supporting indicator)	Adolescentes envolvidos em ato infracional	Victimisation rates related to vehicle theft	Incidência de crimes contra populações indígenas	Existência de lesões corporais praticadas contra policiais (em serviço);
16.1.4 Proportion of population that feel safe walking alone around the area they live	14.4 Response time for police department from initial call (supporting indicator)	Agressão a crianças e adolescentes	Firearms per 100 civilians	Incidência de assaltos residenciais	Inquéritos abertos por uso abusivo letal da força contra civis;
(+24 indicadores)	(+ 1 indicador)	(+36 indicadores)	(+ 9 indicadores)		(+24 indicadores)

Matriz de Indicadores

Indicador Consolidado	Linha de Base	Fórmula	Meio de Verificação	Frequência Monitoram.	Responsável
Agressão a crianças e adolescentes; (PCS)	Taxa por 10.000 crianças de 0 a 14 anos	(Número total de internações de crianças residentes, de até 14 anos, por causas relacionadas a possíveis agressões ÷ População na faixa etária de 0 a 14 anos) × 10000	Verificação do número de internações devido a agressões	Anualmente	Sec. Saúde; Sec. Defesa Social
Taxa de cobertura de intervenções de tratamento (farmacológico, psicossocial e reabilitação e atenção pós tratamento) para usuários de drogas (desagregando em álcool e outras drogas); (ODS/ONU)	%	(Número de usuários de drogas cobertos por tratamentos ÷ Número de usuários de drogas total) × 100	Survey Unodc	Anualmente	SPVD

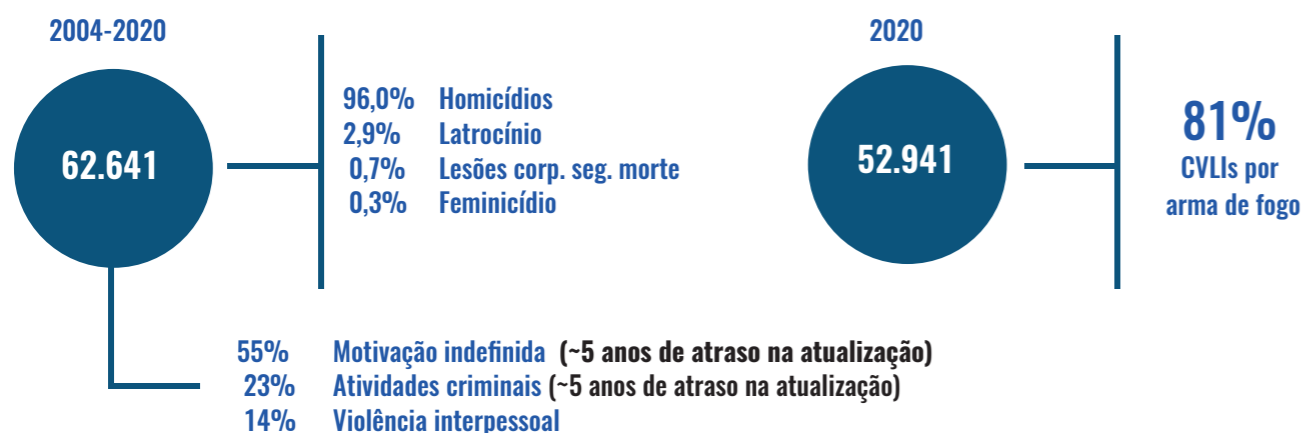
Próximos Passos

- Definir **tipo** e **natureza** dos problemas do crime/violências e suas causas;
- Estabelecer **objetivos a serem alcançados em um tempo determinado**;
- Descrever a ação planejada e quem deve ser responsável por implementar o plano;
- Considerar todos os atores a serem envolvidos, além do setor de justiça, funcionários eleitos, assistentes sociais, a educação, a moradia, a saúde e organizações da comunidade, até o setor econômico, de transportes, empresarial e a mídia;
- Considerar a relevância da prevenção ao crime para cada um desses setores;
- Considerar a ação de **prevenção primária e prevenção da reincidência e a proteção a vítimas**;

PRINCIPAIS DESTAQUES SOBRE VIOLÊNCIA EM PERNAMBUCO

Nota Técnica Nº 002/2021
Responsável Técnico: Rafael S. F. Sales
Supervisão: Eduardo Pazinato

CVLI PE CVP PE



- De janeiro de 2019 a fevereiro de 2021 - 177 casos de Tentativa foram consolidados (**2% dos casos? 7865 casos?**);
- **82% ocorreram na mesma AIS** (18% dos casos o CVLI ocorreu em um lugar diferente da tentativa);
- **25% dos casos o CVLI aconteceu 10 dias depois da tentativa**; 36% dos casos em até 1 mês; 50% dos casos em até 3 meses;
- **Média de casos é 5 meses** - O máximo entre Tentativa e CVLI foram 2 anos (também devido ao nosso recorte);
- Das 7 mulheres contidas no banco, 6 morreram em até 2 semanas;
- Maioria das vítimas de tentativa-consumada são homens [96%];
- Motivação: Desentendimento de grupos criminosos (22%); Acerto de contas (17%); Relacionado a drogas (30%); Bala perdida/engano/latrocínio (4%).
- Entre 2016 - 2020 a predominância desses CVLIs foi na faixa etária de adulto jovem (18 - 30 anos), estando majoritariamente relacionada a motivação definida como "Atividades Criminais" (Retaliação por dívidas, disputa por território, desentendimento no grupo criminoso...);
- Em relação às Tentativas de CVLI, entre 2019 e 2020 apenas 6 municípios de PE concentraram mais de 40%:

Violência em Pernambuco

Via de regra, quem morre e quem mata são:

- homens (94%)
- jovens (58,6% - até 30 anos)
- **não-brancos (95% pretos e pardos)**
- com baixa escolaridade

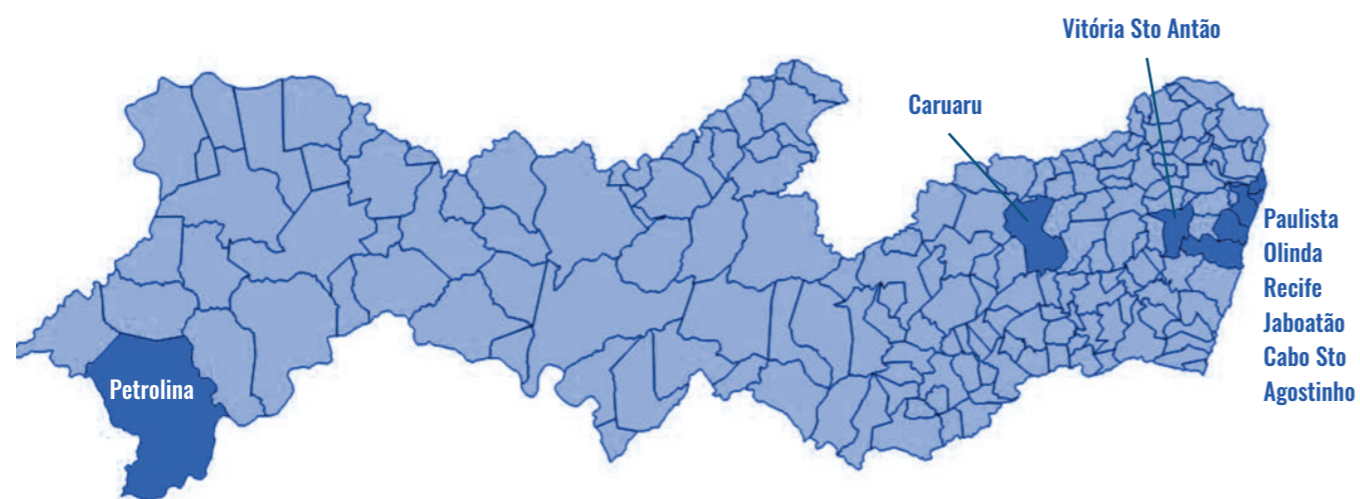
Adaptado de Andrade, Rayane M. L. (2015), com dados de 2020 da SDS.

Destaques importantes

- Violência contra a mulher
- Homofobia



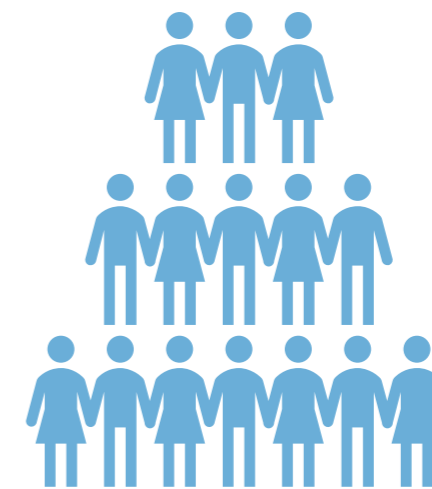
Entre 2019 e 2020 as Tentativas de CVLI pelo recorte da motivação de Proximidade (violência interpessoal + crimes por intolerância) representou 26% dos casos.



Em média, 48,72% dos CVLIs dos últimos 16 anos (2004-2020) ocorreram em apenas 8 municípios. Os mesmos 8 municípios também concentram 66,24% dos CVPs (2018)

Na série histórica entre 2016 e 2020, os **Crimes de Proximidade** (Violência Interpessoal + Crimes por Intolerância) representam **34,6% do total dos CVLIs**;

Entre 2016 e 2020 os **10 municípios** que concentraram cerca de **50% dos CVLIs** foram:



- 83,58% dos CVLIs em PE são por **arma de fogo***
- 53% das vítimas de CVLI em PE tinham entre 18 e 30 anos*
- 50,65% dos CVLIs de PE estão relacionados a **atividades criminosas**. 15% devido a conflitos na comunidade*
- **40% dos tiroteios da RMR aconteceram em Recife** em 2020.
- As demais cidades com mais tiroteios da RMR são: **Jaboatão, Cabo, Olinda e Paulista**.
- Os principais bairros de fogo cruzado da RMR são **Ponte dos Carvalhos (CSA) e Cohab (REC)**. **Em seguida ficam Várzea (REC), Piedade (JAG) e Águas Compridas (OLD)**. (Plataforma Fogo Cruzado)

Por quê isso importa?



8 cidades de PE são foco histórico de violência, concentrando os maiores números de CVLI, CVP e ocorrências de fogo cruzado. Incidir nesse número reduzido de cidades pode ter um impacto grande no desempenho do Estado como um todo (focalização);



Armas de fogo continuam sendo o principal vetor de letalidade dos crimes violentos (fator de risco);



A maioria das pessoas que morrem de forma violenta em PE tem entre 15 e 30 anos, por isso é necessário cessar o engajamento criminoso nas etapas anteriores (adolescência e infância). Isso aponta também para a importância da escola em políticas preventivas;

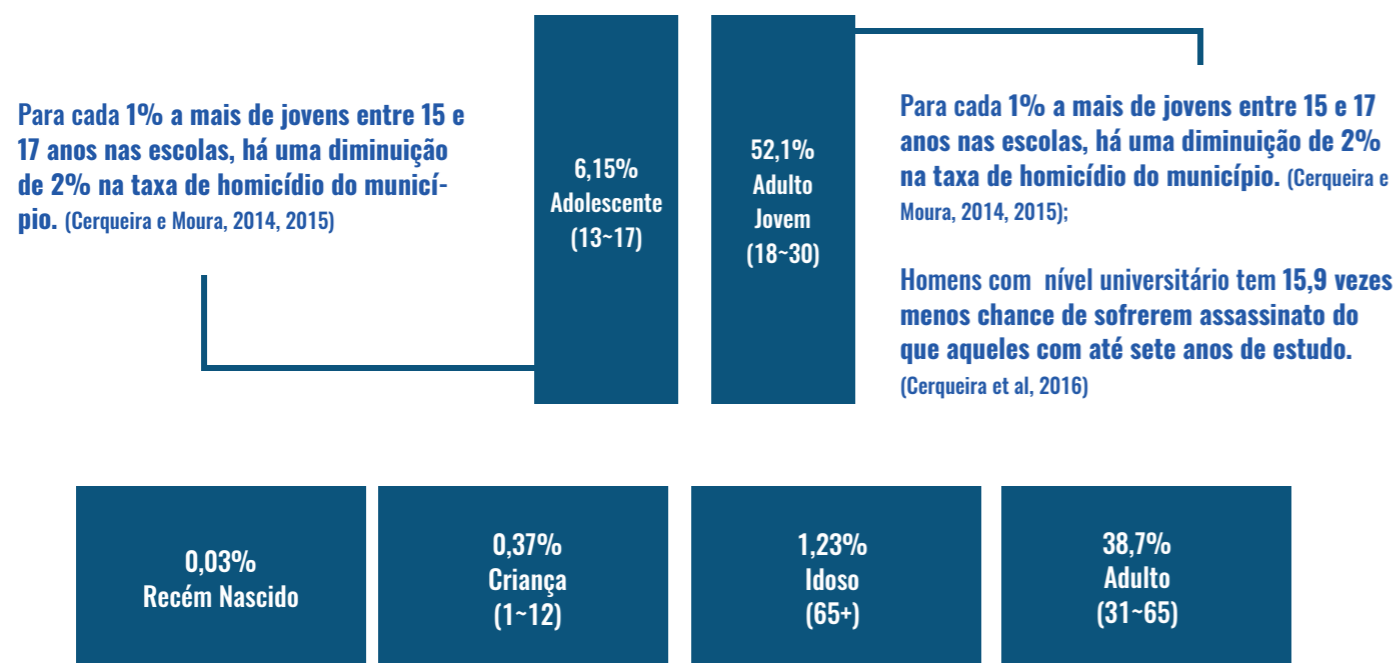


Pesquisas recentes demonstram que estratégias focadas na educação e emprego ao longo da trajetória dos indivíduos podem reduzir em até 16 vezes suas chances de sofrerem assassinato – daí a importância de políticas de atenção a egressos do sistema de medidas socioeducativas e prisional (Cerqueira e Moura, 2014, 2015. Cerqueira et al, 2016).

*Dados de 2017, segundo Anuário Estatístico de PE

Risco de Vitimização e fases de desenvolvimento

- Os fatores de risco e de proteção são distintos nas diferentes fases da vida dos indivíduos.
- As fases anteriores influenciam as fases posteriores (background, conhecimento, relações, bairro, etc)



Escalada da violência

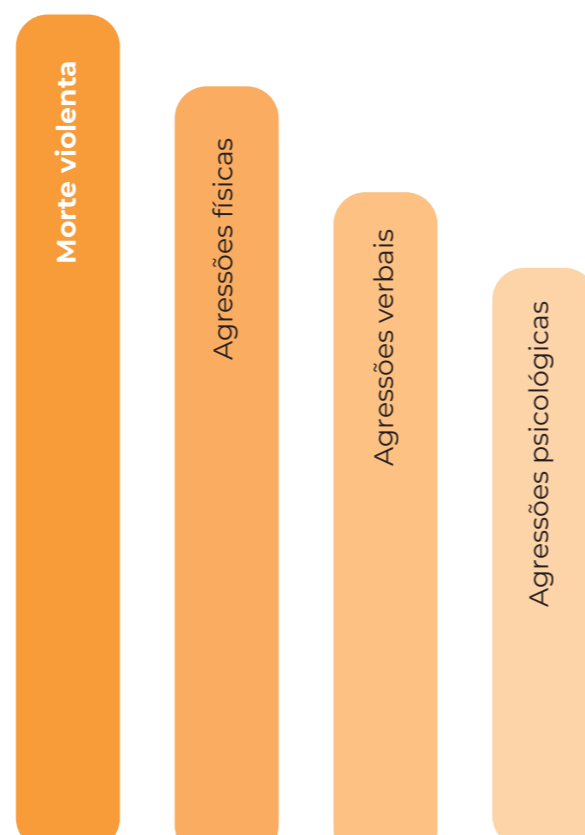
Em PE, 21,8% das pessoas sofreram algum tipo de agressão ou ameaça (2009);

Sofrer um nível de agressão ou ameaça aumenta sua probabilidade de sofrer o nível seguinte;

62,53% dos eventos de baixo potencial ofensivo acontecem na casa da vítima;

Idade e dinâmicas agressivas estão associados de maneira inversamente proporcional, isto é, à medida em que a idade aumenta, a chance de ser vítima de crimes de agressão e ameaça diminui.

Dados da Pesquisa Nacional de Vitimização, 2009 (Sales et al, no prelo)



Desafios dos dados

- Não há informação sobre número de B.O. que viraram inquéritos finalizados;
- Não há informação sobre presos decorrentes dos crimes registrados;
- 55% de casos em que não há nenhuma informação sobre os motivos (5 anos de lag);
- Falta sistematização de casos relacionados ao crime organizado;
- Ausência de dados específicos relativos a drogas;
- CVP sem detalhamento;
- Sabemos muito pouco a relação entre as mortes, vítimas, tentativas e território.

Alguns Indicadores Internacionais

- Tempo de resposta da polícia para chamadas (ISO37120);
- Incidência de assaltos residenciais (UNODC);
- Incidência de violência doméstica (UNODC);
- Incidência de violência nas ruas contra mulheres e meninas (UNODC);
- Incidentes/insegurança de transporte público (UNODC);
- Incidentes/insegurança em espaços públicos (parques, centros urbanos, etc.) (UNODC);
- Incidentes com vítimas relatados em pesquisas de vitimização;
- Proporção de estudantes do ensino básico de escolas públicas que declararam ter utilizado drogas pelo menos uma vez no período de 12 meses;
- Adolescentes cumprindo medidas socioeducativas (PCS);
- Adolescentes envolvidos em ato infracional (PCS);
- Mortes por armas de fogo (PCS).

NOTA TÉCNICA SOBRE DEFINIÇÃO DE TERRITÓRIOS PRIORITÁRIOS

NOTA TÉCNICA CONJUNTA Nº 001/2021

Gerência Geral de Projetos Especiais - SPVD

Superintendência de Planejamento - SPVD

Esta Nota Técnica tem por objetivo descrever o processo de definição dos territórios prioritários de atuação integrada das equipes da Secretaria de Políticas de Prevenção à Violência e às Drogas do Estado de Pernambuco - SPVD.

A Política de Prevenção Social ao Crime e à Violência do Estado de Pernambuco, instituída pela Lei Nº 16.569, de 15 de maio de 2019, tem como objetivo *“contribuir para a prevenção e redução do crime e da violência, por meio da promoção de ações integradas de políticas públicas nos territórios de maior incidência criminal, para superação das vulnerabilidades indutoras da violência e da criminalidade, tendo como foco prioritário a atenção a grupos e segmentos sociais mais vulneráveis”*. Para a consecução desse objetivo, apoia-se em princípios norteadores, dentre os quais se destacam:

Ações, programas e projetos **intersectoriais, transversais e integrados**;

Foco prioritário na prevenção do **homicídio juvenil**;

Serviços orientados por **evidências sociais e científicas**;

Mobilização, participação social e comunitária como elementos centrais de atuação do Estado nas localidades;

Atuação territorial, orientada por **diagnóstico situacional e de vulnerabilidade**;

Articulação com estratégias de **policciamento comunitário, repressão qualificada e intervenção estratégica**.

Ao longo dos dois últimos anos, a SPVD vem investindo na (re) qualificação dos Programas destinados ao atendimento dos universos prioritários da Política, a exemplo

do Programa Governo Presente de Ações Integradas para Cidadania e do Programa de Atenção Integral aos Usuários de Drogas e seus Familiares – Programa ATITUDE, implantados nos anos de 2008 e 2011, respectivamente, e mais recentemente (2019) o Programa Juventude Presente. Tais programas têm atuação de base territorial, regional ou local (municipal), cuja definição se deu com base em dados da Segurança Pública, mais precisamente os números e/ou taxas de Crimes Violentos Letais Intencionais - CVLI e Crimes Violentos contra o Patrimônio – CVP, sem um cruzamento com outras informações relevantes para a Política de Prevenção ao Crime e à Violência.

Em 2020, o Governo de Pernambuco firmou uma Cooperação Técnica com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) por meio da SPVD, o **“Programa de Prevenção ao Crime e à Violência de Pernambuco”**, denominado **“Cooperação Pernambuco”**, do qual participam como parceiros o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat), o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) e o Instituto Igarapé. A iniciativa busca desenvolver conhecimento e compartilhar **metodologias inovadoras e integradas** que possam fortalecer ações de prevenção social ao crime e à violência, e de cuidados às pessoas que fazem uso prejudicial de álcool e outras drogas no estado de Pernambuco.

Já no início do trabalho da Cooperação Pernambuco em parceria com a SPVD, foi identificada a necessidade de ajuste conceitual sobre prevenção ao crime e às violências, atualizando a visão estabelecida pelo Pacto Pela Vida e redesenhando programas e a estratégia geral da Política de Prevenção Social ao Crime e à Violência e tratamento de transtornos relacionados ao uso de drogas no Estado de Pernambuco, orientando-a por princípios e métricas específicas. Nesse sentido, nasceu a proposta da construção do **Marco Lógico da Prevenção**, um esforço de rever a estratégia da Prevenção de Pernambuco a partir de evidências científicas em uma concatenação lógica das ações. O esforço ajusta o foco da política de prevenção estadual e compatibiliza os demais programas desenvolvidos. Durante **cinco meses**, foram realizados diversos encontros com as equipes da SPVD para a construção do Marco Lógico da Prevenção, auxiliando-as na revisão dos objetivos, público prioritário e construção dos indicadores dos Programas da Secretaria.

Considerando a necessidade de focalização da atuação dos Programas da SPVD nos territórios de maior vulnerabilidade ao crime e às violências, com definição norteada por indicadores e outras evidências sociais e científicas, e considerando o Art. 6º da Lei Nº 16.569, de 15 de maio de 2019, que estabelece entre as atribuições da SPVD a coordenação das atividades de **diagnóstico e definição de territórios e ações prioritárias**, o Instituto Igarapé, num trabalho de integração com outras Secretarias de Estado afetas ao tema da violência e criminalidade realizaram reuniões com o intuito de conhecer de forma mais profunda a atuação das secretarias e reconhecer o quê, em seus escopos de trabalho, poderia ser considerado pertinente à qualificação das políticas de prevenção à violência e tratamento de transtornos relacionados ao uso de drogas. Ao mesmo tempo, levantou-se banco de dados, produzidos por cada uma delas, que pudessem auxiliar no desenvolvimento de um diagnóstico mais profundo sobre os territórios e públicos mais afetados pela violência no estado.

Após levantamento das bases de dados das Secretarias, foi criado um Grupo de Trabalho para definição de Territórios prioritários (**GT Territórios**) envolvendo técnicos da SPVD, da Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG, da UNODC e do Instituto Igarapé, para cruzamento das bases de dados e construção de indicadores que qualificassem a informação sobre o crime e a violência em Pernambuco, que resultou em um ranking¹ de municípios e bairros considerados mais vulneráveis à violência e à criminalidade para definição da equipe da SPVD daqueles prioritários para atuação.

De posse do material produzido pelo GT Territórios, a Gerência de Projetos Estratégicos e a Superintendência de Planejamento realizaram reuniões com as equipes das Superintendências de Gestão das Unidades Descentralizadas das Políticas de Prevenção e Drogas (SUGUD), de Prevenção e Articulação Social (SUPAS), de Promoção e Inclusão Social (SUPIS) e de Cuidado e Reinserção Social (SUCRS), para com base na capacidade instalada dos equipamentos da SPVD (equipe disponível e metas existentes), bem como nas especificidades dos objetos de atuação dos Programas, redefinir os territórios prioritários de atuação. Foram realizadas **quatro reuniões**, sendo duas com as equipes da SUGUD, SUPAS e SUPIS, e duas com a equipe da SUCRS e equipe técnica do Programa (Coordenadores Regionais e equipes de Abordagem Social – ATITUDE nas Ruas).

A definição dos territórios de atuação das Estações tomou como base o seguinte parâmetro: cada técnico com atuação na Estação Regional faria a cobertura de no máximo 04 (quatro) territórios, desde que fossem no mesmo município. A definição dos territórios de atuação dos Núcleos de Prevenção Social considerou, além do ranking, as pactuações locais já realizadas para implantação dos equipamentos.

Quanto à atuação das Equipes de Abordagem Social – ATITUDE nas Ruas foi considerado o ranking dos bairros em que as equipes de ANR já vinham tendo uma atuação, com identificação da necessidade de mapeamento de outros bairros do ranking nos quais as equipes ainda não tinham conhecimento. Após mapeamento dos novos territórios e elaboração de relatório pelas equipes, foi realizada a redefinição dos territórios.

Ao final do processo de redefinição, chegamos a um total de **62 territórios** de atuação da SPVD que estão listados no quadro 1.

QUADRO 1 – Territórios de atuação integrada das equipes da Política de Prevenção Social à Violência e às Drogas, segundo Regional, 2021-2022.

REGIONAL RECIFE			
ESTAÇÃO RECIFE			
NÚCLEO REGIONAL ATITUDE RECIFE			
MUNICÍPIO	BAIRRO	RANKING	EQUIPES
RECIFE	COHAB*	1º	NPS
	IMBIRIBEIRA	2º	ER
	IBURA	3º	ER
	PINA	4º	NPS
	VASCO DA GAMA	5º	ER
	IPUTINGA	6º	NPS
	CORDEIRO	7º	NPS, ANR
	SANTO AMARO	8º	ER, ANR
	PASSARINHO	9º	ER
	NOVA DESCOBERTA	10º	ER
	VÁRZEA	11º	NPS
	BOA VIAGEM	12º	ER, ANR
	AFOGADOS	13º	NPS, ANR
	DOIS UNIDOS	15º	ER
	SÃO JOSÉ	16º	ANR
	GUABIRABA	17º	ER
	JARDIM SÃO PAULO	18º	ER
SANTO ANTÔNIO	37º	ANR	
TOTAL	18 TERRITÓRIOS		

REGIONAL METRONORTE			
ESTAÇÃO METRONORTE			
NÚCLEO REGIONAL ATITUDE RECIFE			
MUNICÍPIO	BAIRRO	RANKING	EQUIPES
OLINDA	PEIXINHOS	1º	NPS, ANR
	JARDIM ATLÂNTICO	3º	ER
CAMARAGIBE	ALDEIA	1º	NPS
	TIMBI	2º	ER
IGARASSU	AGAMENON	1º	ER
PAULISTA	ENGENHO MARANGUAPE	1º	ER
	JANGA	4º	ER
	MARANGUAPE I	7º	NPS
SÃO LOURENÇO	PENEDO	1º	ER
	TIUMA	2º	ER
TOTAL	10 TERRITÓRIOS		

¹ * A metodologia utilizada para a definição do ranking dos municípios e bairros será objeto de outra Nota Técnica produzida pelo Instituto Igarapé, como produto da Cooperação Pernambuco.

REGIONAL METROSUL			
ESTAÇÃO METROSUL			
NÚCLEO REGIONAL ATITUDE JABOATÃO DOS GUARARAPES			
NÚCLEO REGIONAL ATITUDE CABO DE SANTO AGOSTINHO			
MUNICÍPIO	BAIRRO	RANKING	EQUIPES
JABOATÃO DOS GUARARAPES	SANTO ALEIXO	1º	ANR
	PRAZERES	2º	ER, ANR
	CAVALEIRO	4º	ANR
	PIEIDADE	5º	ER, ANR
	BARRA DE JANGADA	6º	ER, ANR
	CAJUEIRO SECO	7º	NPS
	VILA RICA	9º	ANR
CABO DE SANTO AGOSTINHO	CENTRO	1º	ER, ANR
	PONTE DOS CARVALHOS	2º	ER, ANR
	CHARNECA	3º	ANR
	GAIBU	4º	NPS, ANR
	COHAB	5º	ER
	GARAPU	7º	ANR
	CHARNEQUINHA	8º	ANR
	PONTEZINHA	9º	ANR
	SÃO FRANCISCO	10º	ANR
	ZONA RURAL	11º	ANR
SUAPE	12º	ANR	
VITÓRIA DE SANTO ANTÃO	CENTRO	S/R**	NPS
PALMARES	CENTRO	S/R**	NPS
TOTAL	20 TERRITÓRIOS		

REGIONAL AGRESTE			
ESTAÇÃO AGRESTE			
NÚCLEO REGIONAL ATITUDE CARUARU			
MUNICÍPIO	BAIRRO	RANKING	EQUIPES
CARUARU	SALGADO	1º	ER, ANR
	SANTA ROSA	2º	ER, ANR
	SÃO JOÃO DA ESCÓCIA	3º	ER, ANR
	CENTENÁRIO	4º	ER, ANR
	VASSOURAL	5º	ANR
	INDIANÓPOLIS	6º	ANR
	MAURICIO DE NASSAU	7º	ANR
	ALTO DO MOURA	8º	ANR
	CIDADE JARDIM	9º	ANR
	JOÃO MOTA	10º	ANR
TOTAL	10 TERRITÓRIOS		

REGIONAL SERTÃO			
ESTAÇÃO SERTÃO			
MUNICÍPIO	BAIRRO	RANKING	EQUIPES
PETROLINA	JOSÉ E MARIA	1º	ER
	JOÃO DE DEUS	2º	ER
	SÃO GONÇALO	3º	ER
	JARDIM PETRÓPOLIS	4º	ER
TOTAL	04 TERRITÓRIOS		
TOTAL GERAL	62 TERRITÓRIOS DE ATUAÇÃO		

* O território da COHAB no Recife é coberto pelas equipes de Abordagem Social – ATITUDE nas Ruas do Núcleo Regional de Jaboatão dos Guararapes. **N/R significa não ranqueado, por serem municípios fora do ranking dos 12 primeiros e já existir pactuação da implantação de NPS.

Com a definição dos territórios prioritários de atuação da SPVD, recomendamos que seja realizado o mais breve possível junto às equipes das Superintendências e dos Programas, um alinhamento estratégico com vistas a:

Definir o escopo e a abrangência das atividades desenvolvidas nas **Estações** e nos **Núcleos de Prevenção Social**;

Construir uma proposta de integração das ações **do Programa ATITUDE** e da Política sobre Drogas (rede) nos territórios prioritários, e sua interface com as **Estações** e **Núcleos de Prevenção Social**;

Elaborar o modelo de gestão nos territórios dos equipamentos e serviços específicos, **definindo os papéis** de cada uma **das áreas estratégicas da SPVD**.

Recife, 23 de agosto de 2021.

Márcia Virgínia Bezerra Ribeiro
Gerente Geral de Projetos Especiais

Paula Guedes de Miranda Melo
Superintendente de Planejamento

Rebeca de Oliveira Benevides Santos
Assessoria Técnica de Planejamento,
Monitoramento e Avaliação de Resultados

Carla Simone Pereira de Farias
Coordenação de Monitoramento e Gestão
por Resultados



ONU HABITAT
POR UM FUTURO URBANO MELHOR



Parceiro Implementador



Secretaria de
Políticas de Prevenção
à Violência e às Drogas



PERNAMBUCO
COMROMISSO COM O TRABALHO